



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO
SOCIAL

PEDRO RAFAEL COSTA SILVA

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS POLÍTICOS DA DEPENDÊNCIA
BRASILEIRA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES À APREENSÃO DA
“QUESTÃO SOCIAL”

FORTALEZA – CEARÁ
2016

PEDRO RAFAEL COSTA SILVA

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS POLÍTICOS DA DEPENDÊNCIA
BRASILEIRA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES À APREENSÃO DA “QUESTÃO
SOCIAL”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Eptácio Macário Moura.

FORTALEZA - CEARÁ

2016



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Silva, Pedro Rafael Costa.

Os fundamentos econômicos políticos da dependência brasileira e as suas contribuições à apreensão da "questão social" [recurso eletrônico] / Pedro Rafael Costa Silva. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 154 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Serviço Social.

Orientação: Prof. Dr. Eptácio Macário Moura.

1. Dependência. 2. "Questão Social". 3. Particularidade. I. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Título da dissertação:

**OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS POLÍTICOS DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA
E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES À APREENSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”.**

Nome do Mestrando: Pedro Rafael Costa Silva

Nome do Orientador: Eptácio Macário Moura

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Eptácio Macário Moura

Orientador


Prof. Dr. Fábio Maia Sobral

1º Examinador


Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa

2º Examinador

Data da Defesa: 24/05/2016

Conceito obtido: SATISFATÓRIO

Dedico esta dissertação aos trabalhadores das economias periféricas. Em especial, à Francisca Lúcia Costa, que em meio à animalização da exploração do seu trabalho, soube reagir à negação de sua humanização com convicção e orgulho. Amo-te!

AGRADECIMENTOS

Seguramente, esse é o momento mais delicado desse trabalho, dessa maneira, vou tentar não esquecer ninguém.

Primeiramente, a três pessoas, são elas: Francisca Lúcia Costa, minha mãe e trabalhadora consciente de sua classe; à Stephanie Barros Araújo, minha parceira eterna, que deixou mais leve e jocosa essa caminhada tortuosa em busca de uma sociedade mais humana; ao meu pai, Kenji Kanno, o homem mais generoso e persistente em suas convicções que encontrei até aqui.

Aos meus irmãos, primeiramente os de “de sangue”, Ana Jaqueline Costa. Em segundo lugar, meus irmãos por opção, Dewison (Da Bahia), Saulo, Eduardo, Mizael, Carlos (Carlito), Daniel (Dam), Rômulo, Amistardâm, Helana, Daiane e Felipe.

Aos professores que foram centrais na minha caminhada intelectual até essa etapa: Aurineida, Fábio Sobral, Frederico (Fred), Ivo Tonet, Liana Brito, Leila Passos, Paulo Monteiro, Ruth Bittencourt, Susana Jimenez, Sergio Lessa, Sofia Lerche, Valdemarim (Mário), todos são pessoas muito generosas e acessíveis.

Ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – CETROS, que me acolheu; e desenvolveu, mesmo com limitações estruturais, minha pesquisa. Neste contexto, gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador Epitácio Macário, e aos demais membros, em especial a Júlia (descanse em paz), ao Rubens e a Natan, as pessoas com quem tive contato mais próximo e dialoguei de maneira mais intensa.

A equipe técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, que proporcionou a estrutura necessária para o desenvolvimento do grupo de estudos Acumulação de Capital e Questão Social no Brasil. Nesta iniciativa, gostaria de saudar especialmente o empenho de Reginaldo e Gilvan.

Ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO, que sempre me mantiveram as portas abertas, entre idas e vindas. Em especial, as



mizadas estabelecidas com Karla, Adriano, Felipe (Chinela), Natasha (a simpática!), “Toin Capistrano”, Rafaela, Lenha, Raquel e “César PCB”.

Ao Coletivo Construção Socialista – CCS, que vem me ajudando a amadurecer politicamente com os ricos debates e com a participação honesta na organização dos trabalhadores fortalezenses, especialmente nas lutas dos trabalhadores da educação. Nesta organização, não poderia deixar de citar os nomes de Bruno, Giam, Anna Karina, Amélia e Maria, exemplos de compromisso coletivo e integridade revolucionária.

Ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS, que foi um espaço riquíssimo, superando minhas expectativas iniciais e me proporcionando toda liberdade para desenvolver meu trabalho. Também, às alunas do programa pelos debates realizados, a exemplo dos diálogos com Elane e Gervânia.

Aos meus colegas de debate e de biblioteca, Igor (grande coração), Raphael Cruz (um anarquista por convicção e não por ignorância), Rafael (Soneca) que iluminou minhas leituras em diversos momentos, abrindo as portas de sua bela biblioteca. Ao jovem Felipe (o “historiador”) por me inspirar com seu ritmo frenético de leitura. À Camile (pelos saquinhos de jujubas e pelas conversas descontraídas).

Por fim, gostaria de agradecer aos trabalhadores que financiaram meu modesto trabalho; espero ter satisfeito minimamente suas expectativas.

.

É mais ou menos isso... Amo todos vocês!

“Você não sente nem vê, mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo. Que uma nova mudança em breve vai acontecer. E o que há algum tempo era jovem e novo. Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer.”

(Belchior)

RESUMO

Neste trabalho, titulado: Os fundamentos econômico-políticos da dependência brasileira e suas contribuições à apreensão da “questão social”, teve como objetivo apresentar uma discussão fundamentada nas categorias marinistas para, então, derivar delas a particularidade da “questão social brasileira”. Dessa forma, a metodologia partiu de uma pesquisa de cunho bibliográfico com a utilização de aportes teóricos diversos. Nesse contexto, iniciamos a discussão apresentando o debate mais amplo envolvido nas proposições do sociólogo Ruy Mauro Marini. Para isso, nos reportamos a cientistas sociais como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Esse momento introdutório teve como mote a “controvérsia da revolução brasileira”. Nesse círculo de discussão, estavam grandes intelectuais preocupados em apreender as particularidades da formação sócio histórica do Brasil. Em um segundo momento, fizemos a exegese de categorias íntimas a Ruy Mauro como: superexploração do trabalho, desenvolvimento do subdesenvolvimento e dependência. No último esforço do trabalho, realizamos a exegese do conceito de “questão social”, primeiramente em seus termos abstratos; posteriormente em suas vinculações históricas. Como conclusão, afirmamos a existência de uma particularidade no surgimento e maturação da “questão social” no Brasil. Essa assertiva se baseia no modo “sui generis” como o capitalismo foi assimilado pelas diferentes classes e diversos territórios no país.

Palavras-chave: Dependência. “Questão Social”. Particularidade.

ABSTRACT

In this work, entitled: The economic and political foundations of the Brazilian dependence and their contributions to the arrest of the "social question", aimed to present a reasoned discussion on marxistas categories to then derive from them the peculiarity of the "Brazilian social issue." Thus, the methodology set out a bibliographic nature of research with the use of different theoretical contributions. In this context, we began the discussion by presenting the broader debate involved in the propositions of Marini sociologist. For this, we refer to social scientists as Caio Prado Jr. and Florestan Fernandes. This introductory time had as its motto the "controversy of the Brazilian revolution." In this circle of discussion, they were great intellectuals concerned to grasp the particularities of historical social formation of Brazil. In a second moment, we exegesis of intimate categories Ruy Mauro as overexploitation of labor, development of underdevelopment and dependency. In the last effort of the work, we carried out the concept of the exegesis of the "social question", first in its abstract terms; later in their historical linkages. In conclusion, we affirm the existence of a special feature in the emergence and maturation of the "social question" in Brazil. This assertion is based in the "sui generis" as capitalism has been assimilated by the different classes and different regions in the country.

Key-words: Dependency. "Social Question". Particularity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	17
2.1 GERAL.....	17
2.2 ESPECÍFICOS.....	17
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	18
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	24
4.1 A CONTROVÉRSIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA.....	24
4.1.1 Caio Prado e Florestan Fernandes: intelectuais de seu tempo.....	25
4.1.2 A controvérsia da revolução brasileira e a questão agrária.....	37
4.1.3 Florestan Fernandes: a revolução burguesa a partir de uma análise sociológica.....	46
4.1.4 Elementos conclusivos.....	57
4.2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA OBRA DE RUY MAURO MARINI: REVISITANDO A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	60
4.2.1 Introdução: a origem da “nova esquerda” e suas contribuições às formulações marinistas.....	64
4.2.2 Dependência: rupturas e continuidades.....	78
4.2.3 O papel da dependência no desenvolvimento industrial.....	83

4.2.4 O “valor”, a mais-valia e suas “variações”: elementos da exploração do valor	90
4.2.5 América Latina e as contradições da expansão do capital internacional.....	97
4.2.6 A superexploração do trabalho.....	100
4.2.7 A esfera da circulação em economias dependentes.....	104
4.2.8 Divisão internacional do trabalho: a tecnologia como instrumento de dominação.....	110
4.2.9 Subimperialismo: o projeto (não realizado) dos militares.....	112
4.3 “QUESTÃO SOCIAL”: DA UNIVERSALIDADE ÀS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS.....	120
4.3.1 “Questão Social”: uma polêmica fina no Serviço Social.....	123
4.3.2 A “questão social” no Brasil: elementos particulares.....	136
5. CONCLUSÃO.....	143
6. REFERÊNCIAS.....	148

1. INTRODUÇÃO

O texto dissertativo se dispõe a retomar as principais considerações teóricas da Escola da Dependência brasileira e a articular com as particularidades da “questão social” brasileira. Dentro do universo de estudiosos tributários desse debate, daremos especial atenção às proposições de Ruy Mauro Marini.

Marini (2000; 2011; 2012) foi um relevante sociólogo brasileiro vinculado ao grupo político denominado Política Operária – Polop, que se caracterizava pela atividade intelectual intensa e por estudos relativos a países periféricos, a exemplo dos localizados no continente latino-americano. Esses estudos eram vinculados a uma prolífera militância política. Nos anos 1960 a 1970, junto a outros intelectuais dos quais merece destaque Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, Marini (2000; 2011; 2012) formulou diversas proposições sobre os processos históricos que formataram a realidade latino-americana do período. Nesses estudos, que ganham envergadura particularmente a partir de 1969 (ano da primeira edição de seu primeiro livro, *Subdesenvolvimento e Revolução*), Marini (já no exílio decorrente do Golpe de 64) rivaliza com as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal – e com as conclusões de intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro – PCB.

Quanto ao PCB, interessa-nos dizer que as teses pertencentes a Terceira Internacional Comunista, na qual a então União Soviética – URSS – emanava aos Partidos filiados em todo o globo, diretrizes, vetores de implementação de uma proposta de desenvolvimento industrial que levaria inevitavelmente ao surgimento de um proletariado revolucionário. Essas assertivas, no entanto, encontravam entraves em nosso continente porque as indicações subestimavam alguns elementos importantes, como o papel revolucionário dos trabalhadores do campo. Esse estrato da classe trabalhadora havia tido papel relevante na Revolução Cubana, em 1959, fato histórico que acabava por desautorizar as concepções abstratas vindas da URSS. Outra questão era o entendimento a respeito da maturação da transição do capitalismo ao comunismo de maneira etapista e burocratizada. A Polop e

seus militantes, então, rompem com essa perspectiva. Neste contexto, aprofundaremos esse debate ao longo do texto.

Interessa-nos, no presente estudo, remontar a trama categorial trazida por Ruy Mauro Marini na sua análise do continente latino-americano, articulando tais considerações às particularidades da “questão social” no Brasil. Aqui, encontramos a relevância acadêmica e social de nosso trabalho, pois, em meio aos “dependentistas brasileiros”, Marini (2000; 2011; 2012) ainda é incipientemente estudado em seu país de origem. Cabe destacar, de forma breve, que tal fenômeno deu-se pelo rompimento do autor com a esquerda política brasileira, aglutinada em grande medida no PCB e que dava apoio a burguesia industrial e progressista, em especial ao projeto governista de Goulart (1961-1964). Também podemos citar sua efusiva crítica à intelectualidade desenvolvimentista encabeçada por Celso Furtado no Brasil. Tal embate excluiu Marini (2000; 2011; 2012) de todos os círculos editoriais relevantes de sua época. Remediar o que consideramos um equívoco histórico é também o objetivo desse trabalho.

Salientamos que existiram ao redor do globo diversos teóricos que se detiveram à análise do desenvolvimento do mercado capitalista mundial nas periferias (teóricos da dependência), no entanto, a escola latino-americana deu um importante apoio à criação de conceitos específicos, a exemplo do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e ao de “subimperialismo”, conceitos atentos à realidade brasileira que demonstravam

[...] o nascente capital financeiro brasileiro surgido no bojo de uma forte dependência do capital internacional [...] tendo de enfrentar [...] a contradição entre sua tendência expansionista – na busca de novos mercados para seus investimentos e seus produtos – e sua condição subordinada e dependente do capital internacional [...] (SANTOS, 2009, p.22).

É sobre essa condição, portanto, que os países da América Latina irão desenvolver seu setor produtivo. Os dependentistas da Polop afirmavam que tal qualidade foi resultado de uma luta classista acirrada, na qual forças específicas buscaram imprimir seus projetos de governo, por isso esse fenômeno possui intencionalidades e particularidades. São esses fatores que buscaremos elucidar para evidenciar os elementos constituintes da “questão

social” brasileira. Sempre nos reportaremos ao movimento global da economia no qual as relações desiguais de setores e nações apoiados em pesquisa e desenvolvimento convivem imperativamente com nações nas quais atividades secundárias e com baixo grau de produtividade predominam. É dessa forma que a concentração de renda torna-se um veículo de expansão econômica no qual o mercado interno preserva-se a partir do consumo de setores com grande poder aquisitivo (latifundiários e seletos grupos industriais), gerando um verdadeiro monumento da desigualdade que é o Brasil (SADER, 2009). Transfigurando-se em um arauto da “[...] pior distribuição de renda do planeta, dos assassinos de índios, crianças de rua e sem-terras, além de se converterem nos campeões do analfabetismo e da evasão escolar, da maior taxa de acidentes de trabalho de todo o mundo etc.[...]” (SANTOS, 2009, p.25)

Por fim, notaremos a importância em dar especial atenção ao conceito central de superexploração do trabalho e o modo como tal elemento se dispõe a valorizar o capital. Nas palavras de Emir Sader:

[...] O conceito-chave de superexploração do trabalho permite decifrar questões-chave da história contemporânea e da forma que assume a luta de classes. Pode-se dizer que, sem esse conceito, passar-se-ia ao largo das particularidades desse processo na periferia capitalista, mas – e daí a sua surpreendente atualidade – também da extração do valor nos países do centro do capitalismo, no período histórico marcado pela desregulamentação e pela deslocalização dos capitais [...] (SADER, 2009, 30).

Podemos notar que existem muitos elementos envolvidos no objeto em estudo. Para percorrermos tal caminho e organizarmos coerentemente nossa exposição, optamos por esclarecer, primeiramente, as informações relativas às “formulações intelectuais” que deram origem às proposições marinistas como: superexploração do trabalho, divisão da esfera da circulação em alta e baixa e dependência. Para tanto, construímos nossa discussão objetivando apresentar os principais pontos da “controvérsia da revolução brasileira”.

Tendo sido um debate gestado principalmente entre as décadas de 1960 – 1970, tal discussão envolveu muitos estudos relevantes referentes à formação sócio-histórica brasileira. De maneira genérica, os principais estudiosos partícipes desta produção tinham como preocupação apreender de forma crítica a constituição dos grupos sociais e das classes sociais envolvidas

no projeto de construção de uma identidade nacional no Brasil, bem como procuraram afirmar as particularidades da penetração das diretrizes capitalistas no país. A contribuição desses autores foi central no desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência – TMD, da qual Ruy Mauro Marini era partidário. No fim, esse primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar os elementos geradores da TMD no Brasil, assim como aprofundar o conhecimento sobre as variáveis sócio-históricas pressupostas na obra de Marini.

Na segunda etapa da discussão, encontra-se o “núcleo duro” do presente trabalho. Nele, inicialmente, explicitamos os principais motivos do surgimento da “nova esquerda” como um amplo movimento divergente das teses do PCB. As diversas organizações políticas surgidas nesse estágio foram centrais para que novas proposições teóricas ganhassem circuito na esquerda brasileira. Nesse ponto, daremos especial atenção ao documento produzido pela Polop em seu último congresso, realizado em 1967: “Programa Socialista para o Brasil”.

No mesmo capítulo, esclareceremos detalhadamente as principais categorias marinistas, contextualizando, sempre que possível, os autores e elementos historiográficos com os quais Ruy Mauro dialoga.

Na conclusão da discussão, dedicamo-nos a esclarecer primeiramente os pressupostos mais abstratos relativos ao conceito de “questão social”, pois consideramos crucial situar o leitor nas diversas leituras sobre o tema por parte de alguns intelectuais do Serviço Social. Em seguida, explicaremos os elementos estruturantes da manifestação da “questão social” no Brasil. Na conclusão, pretendemos esclarecer quais as contribuições das categorias marinistas ao entendimento de uma particularidade na “questão social” brasileira. Nesse ponto, apresentaremos uma articulação dos princípios mais genéricos referentes ao modo de produção capitalista em relação à conformação da luta de classes no Brasil.

Portanto, tal percurso caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica de cunho qualitativo e quantitativo. Esperamos, com este esforço,

trazer novas contribuições ao debate relativo às características da “questão social” no Brasil, recuperando a contribuição teórico-política de um importante intelectual marxista, Ruy Mauro Marini, personagem que deixou um rico legado para a teoria revolucionária latino-americana.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Capturar e expor a trama categorial presente na obra de Ruy Mauro Marini, articulando tais proposições à particularidade da “questão social” brasileira.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a particularidade da formação do capitalismo brasileiro, resgatando os traços nodais do processo de industrialização e da dinâmica política de classes a partir do universo categorial de Ruy Mauro Marini;
- Explorar as mediações existentes entre o processo de industrialização, a dinâmica da luta de classes e as formas particulares de soerguimento da “questão social” no Brasil, retomando o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960.
- Refletir sobre a validade ou não do universo categorial da teoria marxista da dependência, com foco na obra de Marini, para a análise do capitalismo brasileiro e da “questão social” na contemporaneidade.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Assumimos a tarefa de delinear as principais características econômico-políticas da incorporação do Brasil ao ciclo mundial de acumulação capitalista a partir do século XX. Nesse caso, estamos dando atenção às análises da chamada “Escola da Dependência” brasileira, em especial ao sociólogo Ruy Mauro Marini (2000; 2011; 2012). A natureza da pesquisa é explicativa (Gil, 2009) e tem como preocupação central identificar os fatos históricos que contribuíram a determinação do fenômeno da dependência brasileira e seus rebatimentos sobre a geração e reprodução da “questão social” nacional. No caso do presente estudo, fez-se necessário realizar alguns procedimentos de pesquisa. Primeiramente a pesquisa bibliográfica a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos.

Salientamos a partir dos apontamentos trazidos por Gil (2009) que existe uma diferença entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica correspondente à natureza de suas fontes. A primeira direciona-se efetivamente à análise de dados não tratados (primários) de origem qualitativa ou quantitativa. O segundo procedimento baseia-se na contribuição de autores a respeito de um tema específico. Dessa forma, a presente pesquisa enquadra-se na segunda situação.

No caso de nosso estudo, o mote é a dependência que o Brasil nutrirá em suas relações com os países centrais durante a primeira metade do século XX, com efeito, a partir de sua incorporação ao ciclo de produção de manufaturas e à nova dinâmica interna de classes daí surgida. Posto isto, as contribuições trazidas pelos dependentistas brasileiros são fundamentais à análise de um dos acontecimentos mais relevantes do século passado para a América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil: o processo de industrialização e urbanização brasileira.

Acreditamos que a incorporação de novas críticas e interpretações graças à tradução de obras inéditas de vários dependentistas, a maior distância histórica aos problemas analisados por esses estudiosos tragam maturidade as nossas reflexões apresentando leituras particulares sobre o tema, no sentido

de preservar originalidade ao problema, descobrindo, aprofundando e verticalizando as proposições anteriormente estabelecidas. Dessa forma, os dados angariados podem ser centrais a socialização do conhecimento profundo sobre a realidade brasileira, podendo contribuir com a classe trabalhadora e com a comunidade acadêmica nacional.

Outra questão fundamental, já que o presente trabalho se destina à pesquisa bibliográfica, diz respeito à recuperação do significado de ortodoxia e da leitura imanente. Nesse caso, estamos diante de um desafio processado no campo acadêmico em nossos dias. Temos como pressuposto que a leitura, mesmo a exegética, de uma obra teórica ou literária não substitui a realidade social e as mediações daí surgidas, ou seja, o primeiro aspecto a ser analisado na confecção de um texto é sua “validade” histórica: *ele realmente corresponde ao real?*, desta forma, a construção do texto dissertativo faz referência a uma lógica e coerência interna capazes de refletir adequadamente o real (LESSA, 2011).

Coloca-se aí a necessidade metodológica da ortodoxia. Se o objetivo do pesquisador rompe com a lógica formal e positivista da ciência e busca compreender os fundamentos da construção histórica de um fenômeno social determinado (inclusive incorporando seus elementos contraditórios), parece-nos um equívoco que pressupostos teóricos e políticos eminentemente contrários sejam colocados lado a lado como parte de um sistema estável de proposições. Essa precipitação, invariavelmente, desagua em uma leitura parcial do objeto de estudo, justamente porque as categorias propostas são incapazes de se articular em uma lógica histórica total. Dessa forma, podemos afirmar que a ortodoxia está intimamente ligada ao argumento de autoridade, ou seja, ao apreço de que a ciência lida com determinadas categorias, autores e aquisições de forma a avançar positivamente com a transição de geração de estudiosos pertencentes a um paradigma teórico. Dito isto, considera-se (de maneira genérica) que muitas polêmicas geridas em épocas anteriores na maturação do pensamento de um autor ou de um grupo de autores adotados enquanto referencial podem ser pacificadas de forma que o ponto de partida de

uma pesquisa avance a partir das conclusões anteriormente expostas (LESSA, 2011).

Importante ressaltar que esses avanços são dialéticos, ou seja, a observação do pesquisador pode levá-lo a afirmar as considerações de autores anteriores na constituição de seu marco teórico ou questioná-los posteriormente na problematização do objeto. Está aqui o sentido revolucionário da ortodoxia, ela aceita a mudança, pois tem na história (por essência transitória) o critério da verdade. Diferencia-se fundamentalmente do dogmatismo que tem como marco uma verdade permanente e imutável.

Ainda sobre o dogmatismo, é importante destacar que apenas sua crítica (endógena) não constitui um movimento completo, é necessário criticar o mundo que torna esse dogmatismo um “falso socialmente necessário”. Em nosso caso, por se tratar de pesquisa eminentemente bibliográfica, temos que levar em conta as distinções que essa modalidade de pesquisa apresenta em relação aos textos empíricos. A primeira é de que os textos exibem pelo menos duas dimensões: o conteúdo acerca do qual o texto se silencia e aquilo que o texto afirma de maneira indireta ou implícita (LESSA, 2011).

Ocorre que essas duas dimensões estão articuladas, e a apreensão desses momentos é o passo inicial da leitura imanente, por sua vez um exame rigoroso das prioridades do texto. Dito isto, afirmamos que a presente pesquisa trata-se de uma investigação eminentemente exegética. O que de forma nenhuma nos impede de direcionar nossa análise bibliográfica para autores com proposições divergentes, desde que esses tenham contribuído para a elaboração das reflexões presentes nas formulações dos autores primariamente estudados. Para tanto, procuraremos seguir os passos mais frequentes da leitura imanente. O primeiro movimento consiste na decomposição das obras analisadas em unidades significativas: conceitos, ideias e categorias de ordem elementar. O segundo é a articulação desse movimento em uma tese, teoria ou hipótese. O terceiro movimento é investigar os nódulos decisivos e buscar pressupostos implícitos. O quarto movimento é a

revisão crítica das hipóteses. Por fim, o quinto passo é a elaboração de uma teoria interpretativa do texto (LESSA, 2011).

Salientamos, ainda, os aspectos filosóficos relativos à metodologia de nossa pesquisa. Primeiro, para alguns o método científico moderno tornou-se o único caminho adequado a produzir conhecimento verdadeiro, sob a afirmação de que o que não se enquadra nele não é ciência, mas superstições, ideologias (TONET, 2013). Essa forma de pensar é a que procuramos negar, pois ela conduz a um pensamento viciado que não compreende nem propõe possibilidades de emancipação social, já que enxerga como insuperável o pensamento cartesiano, assim, buscando apenas identificar lacunas e imperfeições dos fenômenos sociais (TONET, 2013).

Ainda segundo Tonet (2013), existe na modernidade uma visão de que o sujeito é o polo regente do conhecimento (abordagem gnosiológica). Nesse caso, a realidade giraria em torno do sujeito e a problemática do conhecimento que, por sua vez, repousa basicamente sobre a relação entre o sujeito e o objeto, faria com que o sujeito construísse o objeto por meio da sua ordenação, organização e classificação, partindo de uma forma avançada do ser social, a forma burguesa, o indivíduo burguês que pensa e vive apartado da sociedade e sustentado pela divisão social do trabalho (em especial a separação do trabalho manual *versus* intelectual). O conhecimento e, conseqüentemente o método, pode partir de outro ponto de vista: o ontológico.

Em nosso trabalho, adotamos uma perspectiva direcionada a uma ontologia histórico-social (existe também a ontologia metafísica característica da fenomenologia e do existencialismo). Nessa perspectiva, não cabe ao sujeito forjar (na teoria) o objeto, mas transpor, através da conceituação e categorização, a realidade do próprio objeto estudado. Eis a diferença central entre as duas perspectivas. A gnosiologia se preocupa em esclarecer os procedimentos relativos ao “conhecer”, em outras palavras, ao questionamento de *como conhecer o ser*. Para a ontologia, o questionamento é anterior, diz respeito à busca sobre *o que é o ser*. Somente com essas determinações esclarecidas, é possível partir para uma etapa posterior. Nas palavras de Kosik:

O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção de realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade? (KOSIK apud TONET, 2013, p. 14).

É sempre necessário, portanto, buscar a gênese histórico-social do fenômeno (o que ele é), pois a partir de então será possível compreender sua natureza, sua função social e seu alcance. A ontologia é uma construção teórica, mas é antes uma tradução ideativa de uma realidade já existente, logo, para a ontologia (na perspectiva histórica), sempre haverá um caráter de classe na produção do conhecimento, (atente-se para o fato que em sociedades sem classes nunca houve produção sistematizada de conhecimento). Esse conhecimento é fomentado pela articulação do sujeito individual e do sujeito coletivo mediado por elementos históricos necessários à reprodução humana (TONET, 2013). É uma práxis, mas não uma práxis de qualquer tipo. Primeiramente porque, sendo a práxis um conceito que traduz a maneira como se articulam a subjetividade e a objetividade sob a regência da última, (já que todos os sujeitos individuais se formam a partir das riquezas instrumentalizadas pelo gênero humano até o momento presente), considera, em segunda instância, as mediações particulares a cada esfera da vida social acumulada até o momento em que se localiza o pesquisador (TONET, 2013). É nesse sentido que nasce o método de pesquisa dialético marxista. Ou seja, o método não é inteligível por ele mesmo, é necessário que se articule com a realidade. O contrário acontecerá na gnosiologia na qual:

A razão se examina a si mesma e decide, inteiramente isolada do conjunto da sociabilidade, o que ela pode ou não pode fazer e como deve proceder para efetivar o conhecimento científico. Ela própria estabelece os seus limites, as suas possibilidades e os seus necessários procedimentos (TONET, 2013, p. 72).

Podemos afirmar, após essa incursão teórica, que o marxismo encontrou um método particular oposto claramente à racionalidade moderna característica do iluminismo. O método não se fundamenta mais no sujeito que busca conhecer; esse pressuposto não é suficiente ao marxismo. A partir de então, é a história o critério de validade do conhecimento. No entanto, essa história não é organizada de maneira linear:

Se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então não há método em Marx (CHASIN *apud* TONET, 2013, p. 72).

Partimos da assertiva de que no marxismo não existe exames isolados da subjetividade, portanto da razão. Interessa-nos apreender quais as determinações fundamentais do objeto de estudo. E isso só é alcançado a partir da crítica ao materialismo idealista.

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica (MARX *apud* TONET, 2013, p. 75).

É justamente neste marco que buscamos um método conciso, baseado em categorias historicamente fundadas e críticas. Neste esforço, a análise da “questão social” brasileira requer uma análise crítica da formação histórica brasileira. Este será o contexto de nosso esforço teórico.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1 A controvérsia da revolução brasileira e suas contribuições ao desenvolvimento da escola da dependência brasileira

O último grande ciclo de crise do capital, desencadeado no ano de 2008, aliado a retração que as políticas neodesenvolvimentistas tiveram em alguns países latino-americanos vem reacendendo o debate em torno da posição que países periféricos têm no ciclo de acumulação capitalista. Novos estudos buscam atualizar os debates gestados nas décadas de 1960 e 1970 sobre a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Tal escola de pensamento analisava o papel de países que tiveram sua inserção no modelo de acumulação capitalista enquanto colônias. De maneira geral, as proposições desse conjunto de intelectuais afirmavam que as estruturas territoriais subjugadas aos países europeus (colônias) que tiveram seu processo de industrialização ocorrido de maneira precoce (o que levaram esses últimos a especializarem sua produção em mercadorias com alto valor agregado), fizeram com que países tradicionalmente associados ao cultivo de produtos da terra fossem sistematicamente conduzidos a essa eterna condição pelo que, no estágio monopolista do capital, passou-se a denominar: imperialismo. Dessa maneira, em um mercado mundialmente integrado, a troca de produtos industrializados (produzidos nos países centrais) por produtos de base agrária (produzidos por países periféricos) ocasionaria uma “troca entre desiguais”. Essa conclusão, exposta pelas análises “furtadianas” e “prebistas”, e largamente divulgada pela Escola Desenvolvimentista nos anos 1960, através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ocasionou o que, talvez, seja o período mais profícuo de contribuições teóricas e políticas na economia política brasileira. Havendo muitas correntes nesse debate, nosso estudo se dirige à contribuição de uma delas, mais ainda, as proposições de um autor específico, no caso: Ruy Mauro Marini. Posto isto, o paradigma a qual objetivamos percorrer em nossa análise era vinculado à chamada “nova esquerda”. Nesse movimento, interessa-nos salientar as proposições dos teóricos e militantes armados vinculados ao grupo Política Operária (Polop). Tendo sido exilado no início do período ditatorial, suas formulações teóricas, como dependência,

superexploração do trabalho e divisão da esfera do consumo em alta e baixa, foram obscurecidas no Brasil. Esse fato, no entanto, não impediu que sua obra alcançasse intenso circuito em países como o México, Chile e China.

No presente capítulo, recortamos esse debate e objetivamos, a partir de pesquisa bibliográfica, dar enfoque a chamada “controvérsia da revolução brasileira.” Essa discussão teórico-política é relativa à decisão de que os partidos, coletivos e movimentos revolucionários tinham sobre qual direção a esquerda revolucionária deveria seguir para tornar o socialismo um projeto viável no Brasil, este debate também era caro à sociologia brasileira dos anos 1960 – 1970, que buscava encontrar os principais atores sociais responsáveis pela construção de uma identidade burguesa no Brasil. Como “obras principais”, adotaremos as proposições de Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira* (1966). Percorreremos também as linhas de *A Revolução Burguesa no Brasil* (1974) cuja autoria é de Florestan Fernandes. Tal incursão tem por objetivo esclarecer porque em nosso país não podemos contar com uma burguesia nacionalista que tornasse uma revolução social-democrata efetiva, o porquê do “entreguismo” ser sempre característica do desenvolvimento capitalista e porque os grupos políticos vinculados a esse perfil sempre foram econômica e politicamente fortes em nosso país. Temos como assertiva que os debates gerados nesse “nicho” foram essenciais ao desenvolvimento da “Escola da Dependência brasileira”, por isso buscaremos ressaltar os principais elementos que confirmam tal proposição.

4.1.1 Caio Prado e Florestan Fernandes, intelectuais de seu tempo.

Primeiramente, é importante situar o contexto histórico no qual se desenvolveu a obra dos dois autores, durante os anos 1960 e 1970. O projeto social-democrata da esquerda “progressista” brasileira havia sido derrotado pelo Golpe Civil-Militar de 1964. Os anos que seguiriam seriam de uma intensa fragmentação dos grupos revolucionários brasileiros (RIDENTI, 1993). Vários programas partidários e de ação dinamizariam a atuação desses grupos, portanto, é em um contexto extremamente adverso e nebuloso no qual Caio

Prado Jr. e Florestan Fernandes escrevem um de seus principais registros, intitulados *A Revolução Brasileira* e *A Revolução Burguesa no Brasil*.

Tendo consciência do estado de coisas que o Brasil se encontrava, Prado Jr. (2014) sinaliza:

O Brasil se encontra num desses instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz presente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Donde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamento e insatisfações generalizados e profundos; em atritos e conflitos, efetivos e muitos outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente. Situação essa que é efeito e causa ao mesmo tempo da inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública; dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira que, vinda de longa data e mal encoberta durante curto prazo – de um ou dois decênios – por um crescimento material especulativo e caótico, começa agora a mostrar sua verdadeira face; da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que se assenta a vida do país. É isso que caracteriza o nosso país [...] o mais completo ceticismo e generalizada descrença no que diz respeito a possíveis soluções verdadeiras dentro da atual ordem de coisas. O que leva, não se enxergando, ou não se enxergando ainda, em termos concretos, a mudanças dessa ordem a uma corrida desenfreada para o ‘salve-se quem puder’, cada qual cuidando unicamente (e por isso erradamente) de seus interesses imediatos [...] (PRADO Jr., 2014, p 13).

Nessa situação complexa, a pergunta geradora da obra de Caio Prado Jr. parece ser: qual o tipo de análise pode ser elaborada para que ocorra uma interpretação correta dos fatos políticos e econômicos dos processos históricos brasileiros? Não para um perfilhamento desses em uma categoria restrita, mas em ordem histórica e dinâmica:

A teoria revolucionária brasileira [...] não se inspira assim de um ideal expresso na ‘natureza’ da revolução para a qual se presumiria a priori que marcha ou deve marchar a evolução histórica brasileira – revolução socialista, democrático-burguesa ou outra qualquer [...] o tipo de revolução viável no Brasil: a socialista ou a democrático-burguesa? (PRADO Jr., 2014, p. 19).

Tais assuntos, hoje, parecem ser pormenorizados nas produções marxistas, mas tinham um valor programático fundamental para o direcionamento das ações políticas nos anos 1960.

Em primeiro lugar, é importante afirmar que a teoria da revolução socialista não é um todo absoluto e aplicável em qualquer lugar do globo; tal premissa ocorre em equívoco metodológico sério. Só é possível qualificar a existência de um fenômeno social e estabelecer a melhor forma de tratá-lo, após determinar os fatores que o constituem; e esse tipo de análise é traçado a partir do desenvolvimento das contradições internas de cada parâmetro territorial, político e social.

Pouco importa assim, ao se acertar a análise e a indagação das transformações constituintes da revolução brasileira, saber se elas merecem esta ou aquela designação, e se se encerram nesta ou naquela fórmula ou esquema teórico. O que vale é a determinação de tais transformações, e isto se procurará nos fatos ocorrentes e na dinâmica desses fatos (PRADO Jr., 2014, p. 15).

Não foi isso que ocorreu com os países periféricos com os seus respectivos partidos comunistas e programas revolucionários.

A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais na década de 1920, em conjunto com a dos demais países coloniais ou semicoloniais e dependentes [...] aqueles países e povos submetidos política e economicamente [...] ao imperialismo (PRADO Jr., 2014, p. 37).

Historicamente, é nessa mesma época que surge a necessidade de ampliar os níveis de produtividade do setor produtivo nacional, e isso é feito em associação ao capital internacional. A herança dessa teoria da revolução brasileira advém de longa data, mas, principalmente, de um modelo etapista característico do IV Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em Moscou no ano de 1928. Na direção dada por esse evento, os países da ditadura proletária estimulariam o desenvolvimento dos países dependentes (Argentina, Brasil e outros), assim como dos coloniais e semicoloniais (Índia, China e outros), em etapas preparatórias para a revolução democrático-burguesa. Segundo Caio Prado Jr. (2014), esses apontamentos colocavam todos os países periféricos em pé de igualdade sem considerar suas particularidades históricas, sociais, econômicas, políticas, entre outras. Essa confusão se espalhou para a base do movimento que, segundo o autor, sempre teve uma tradição de formar militantes na atividade prática, imediata.

Dessa forma, as teorias abstratas e fracas, alcançaram maior penetração em grupos que não possuíam formação intelectual (possibilidades de reflexão sobre suas ações) como, regra geral, aconteceu no Brasil. Além disso, a teoria da revolução brasileira foi elaborada numa época em que havia pouco conhecimento sobre a realidade brasileira, mas vem sendo transmitida como dogma, sem nenhuma crítica, apenas assimilando coincidências históricas e desprezando o remanescente.

Esse movimento estendeu-se para o restante da América Latina. Dentre os organismos revolucionários com forte penetração entre os comunistas e que organizavam proposições de uma linha de ação, destacava-se o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista. Com fortes tendências hispânico-americanas e que pouco compreendiam a realidade brasileira. Prado Jr. (2014) deixa isso bem claro:

[...] publicado em 1933 sob o título *Por un viraje decisivo en el trabajo campesino*, aparecem afirmações verdadeiramente assombrosas a respeito [...] do Brasil [...] Referindo-se, por exemplo, aos grandes produtos de exportação que fundamentavam a economia brasileira, alinham-se aí, a par do café (até aí iam os conhecimentos do Bureau acerca do Brasil), a borracha (que em 1933 tinha uma expressão mínima, quase nula, o que já vinha, aliás, de mais de uma dezena de anos) e o arroz, cujo o papel no conjunto da economia brasileira também era tão insignificante, e que não se exportava. E esquece-se completamente o cacau [...] além de segundo produto de exportação brasileira, depois do café, tinha, como ainda hoje tem [...] expressão econômica considerável (PRADO Jr., 2014, p. 39).

A confusão atingiria outro patamar, em 1949, quando o assunto era a luta dos países dependentes contra o imperialismo. O informe formulado por Luiz Carlos Prestes era sintomático:

A luta do nosso povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, a luta contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e a democracia é, antes de tudo, a luta pela independência nacional, contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Mas é igualmente a luta contra os restos feudais, contra as formas pré-capitalistas de exploração, em que se baseia o imperialismo, adaptando-as aos seus interesses [...] (PRESTES apud PRADO Jr., 2014, p. 67).

Ocorre que os restos feudais aos quais os comunistas brasileiros se referem e que realmente existiam em povos asiáticos foram onde o “[...] imperialismo se propôs em frente a sociedades que se tinham constituído à

parte inteiramente dos imperialistas. [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 68). No caso latino-americano, é importante ressaltar que a penetração do imperialismo se dá anteriormente na vida econômica do continente, pois foi desses países expansionistas que “nossa América” recebeu todos os favores e elementos constitutivos da sua personalidade nacional, por isso a dificuldade de estabelecer uma bandeira nacionalista. Ela própria já foi corrompida em seu nascedouro, pois a unificação nacional derivou de uma necessidade do mercado, não do confronto de interesses de classes distintas. Prado Jr.(2014) esclarece:

[...] a saber, não apenas, como se deu na Ásia, apoiado simplesmente numa ligação exterior, isto é, na penetração de empresas e iniciativas econômicas do capital imperialista com a convivência de setores internos de fato desnacionalizados [...] Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo [...] (PRADO Jr., 2014, p. 68-69).

Na Ásia, um desses setores desnacionalizados correspondia à figura dos “compradores” na China. Esses eram um grupo que se preocupava apenas na compra de um produto por “x” e na sua venda por “x+1”, cambiando mercadorias com qualquer grupo que oferecesse oportunidades de negócios vantajosas. Isso gerou um embate com a produção interna do país. Segundo Prado Jr. (2014), um caso exemplar foi a da concorrência entre produtos ingleses e chineses:

[...] é o caso da famosa porcelana chinesa, muitas vezes milenar, que a louça inglesa, muito inferior em valor artístico, mas avantajada pelo preço e resistência maior de material empregado, desbancou por completo, arruinando e destruindo um artesanato de considerável expressão econômica e altamente conceituado [...] (PRADO Jr., 2014, p. 112).

Isso não aconteceu no Brasil. O trabalho escravo impediu a instituição de uma produção de bens elaborada no país. Quando se deu a produção de certos bens, efetivamente, só no século XIX, foi por interesses externos ao país e pelo direcionamento de estrangeiros. Essa foi uma característica essencial da formação da burguesia brasileira:

Os primeiros representantes da burguesia brasileira – falemos aqui unicamente da burguesia urbana, [...] são sobretudo comerciantes portugueses aqui radicados – o comércio sempre foi da na colônia, via de regra, monopolizado por nativos do Reino -, que depois da Independência foram progressivamente nacionalizando-se e integrando-se na população brasileira. A eles vieram se juntar, com a Abertura dos Portos e a liberdade comercial [...] ingleses, franceses, alemães, que logo se identificaram com o país, e cuja a descendência se fez brasileira. Prova está no grande número de famílias com apelidos estrangeiros já no império [...] ocupando [...] posições comerciais e industriais (PRADO Jr., 2014, p. 113).

Dessa forma, para caracterizar uma análise rigorosa da penetração imperialista nos países latino-americanos, temos que alcançar suas particularidades constitutivas e não elaborar analogias amplas e obscuras com a Ásia. Restringir o atual estado de coisas à ação restrita do imperialismo norte-americano seria um erro. A verdade é que a expressão “países dependentes” parecia ser uma categoria vazia de sentido aos comunistas da época, pois esses defendiam o rompimento brusco com os acordos empresariais firmados com os Estados Unidos e tendiam a ridicularizar “[...] as questões financeiras legadas ao problema do balanço de pagamentos externos, entre outras a da remessa de lucros [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 70).

Para desenvolver a sua argumentação, Caio Prado Jr. (2014) diferenciou a formação mais comum da divisão de grupos sociais na Rússia tsarista (onde Lenin formulou a teoria da revolução democrático-burguesa) e nos países asiáticos, contrapondo-os à formação das classes sociais no Brasil. Com relação ao primeiro grupo:

[...] os latifundiários, réplica no Brasil dos senhores feudais da Rússia tsarista ou dos países asiáticos; uma burguesia retrógada ligada a tais latifundiários, e aliados, com estes últimos, ao imperialismo; e, finalmente, um setor progressista da burguesia e eventual aliado do campesinato e do operariado na revolução democrático-burguesa, a chamada ‘burguesia nacional’[...] (PRADO Jr., 2014, p. 71).

Quanto ao Brasil:

[...] os fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho e usineiros (que são os grandes proprietários brasileiros, e seriam na teoria preconizada os nossos ‘feudais’), e doutro lado a burguesia industrial, comercial ou outra qualquer. Todos esses grupos que constituem no Brasil, em conjunto, a classe econômica, financeira, social e politicamente dominante se compõe da mesma categoria de indivíduos, sejam suas atividades urbanas ou rurais [...] não têm posição de classe ou categoria social distinta, isto é, não se situam

diferentemente dentro das relações de produção, e muito menos, está visto, em frente à lei e às relações jurídicas. São todos homens de negócio, burgueses e capitalistas [...] não se diferenciam entre si senão pelo ramo e vulto de seus negócios [...] (PRADO Jr., 2014, p. 72).

O sustentáculo material de sua argumentação está na seguinte passagem:

Um levantamento realizado em 1962 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, embora incompleto e abrangendo unicamente o estado de São Paulo, chegou à conclusão de que '35% dos grupos econômicos nacionais possuem empresas agrárias (agrícolas, agropecuárias, agromercantis ou agroindustriais) muitas vezes sem conexão alguma com as principais atividades do grupo' (PRADO Jr., 2014, p. 72).

Dessa forma, não existe fundamento na diferenciação político-social entre os grupos nacionais ligados a atividades rurais e urbanas; e entre uma burguesia entreguista (setores exportadores) e outra nacionalista (setores industrializados, anti-imperialistas). Isso se dá por força de seus negócios e atividades, da posição econômica e financeira que ocupam frente ao imperialismo. Os trusts financiaram o desenvolvimento industrial nacional (PRADO Jr., 2014). "O imperialismo não é senão o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, e tem suas raízes no capitalismo mercantil dentro do qual e por influxo do qual o Brasil e todos os seus elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram" (PRADO Jr., 2014, p. 81). É nesse contexto que se dá a integração da classe trabalhadora em um projeto de nação, com o fim da escravidão:

[...] o início da integração da massa trabalhadora no conjunto da sociedade brasileira, na qual não passara anteriormente de setor marginal e sem outra função e expressão que satisfazer as necessidades de energia física aplicada ao trabalho e à produção [...] eram os próprios meios de produção [...]. A sua integração na sociedade brasileira permitirá a amalgamação desta num todo homogêneo, eliminando o dualismo, irredutível por outra forma, do sistema implantado pela colonização, a saber, de um lado os dirigentes da empresa mercantil aqui montada e destinada a suprir com sua produção o comércio exterior, e de outro os trabalhadores que dariam a essa empresa o esforço físico necessário à realização de seus fins, e que não passavam e não deviam passar disso: simples fornecedores de energia produtiva, nada mais que instrumentos de trabalho. Superava-se assim, definitivamente, a natureza e estrutura colonial da sociedade brasileira, abrindo caminho para a sua completa integração nacional [...] (PRADO Jr., 2014, p. 85).

Ainda hoje esse processo (lembramos que a 1^o edição do texto em análise pertence ao ano de 1966), em certos aspectos, está incompleto. Tendo em alguns territórios diferenças regionais, em especial, na comparação das regiões que receberam grandes contingentes de imigrantes europeus mais intelectualizados em relação ao norte do país, onde a população tinha pouco acesso à cultura letrada, mesmo depois da constituição dessa integração nacional. Existem dois resquícios do Brasil colonial que devem ser superados e não o foram. O primeiro é referente a uma economia brasileira estruturada para atender necessidades estranhas ao país, meramente exportadora. A outra diz respeito às condições materiais e morais dos trabalhadores brasileiros que conservam muitos traços do escravismo. Um dos condicionantes é que essa economia voltada para exportação abre portas para a penetração imperialista, especialmente no que se refere ao desenvolvimento econômico brasileiro fundado no comércio de produtos da terra:

[...] o imperialismo intervém na comercialização desses produtos [...] gêneros primários [...] bem como em atividades auxiliares e complementares da produção, como o financiamento dela e o transporte dos produtos (estradas de ferro, aparelhamento portuário, navegação marítima). É nesses setores sobretudo que se realiza a penetração e intervenção do capitalismo estrangeiro na economia brasileira, empolgando o comércio externo do país, comércio esse que constitui a trave mestra daquela economia [...] a imperialista [...] Simultaneamente, fica à sua mercê o mercado interno do país, graças ao fato da especialização da produção brasileira em artigos de exportação (PRADO Jr., 2014, p. 87).

Esse panorama não muda com a industrialização, ao contrário, constitui-se a “fórmula do círculo da dependência”. “Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais” (PRADO Jr., 2014, p. 89). A consequência direta disso é que:

[...] apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que se vem acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não conseguiu integrar-se nacionalmente [...] o mercado interno, antes inexpressivo e contando muito pouco como fator propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha nesse sentido ao externo [...]

Isso sem dúvida constituiu um considerável progresso e grande passo no sentido da integração nacional da economia brasileira. Mas é um progresso que, pela maneira como se realiza [...] se anula em boa parte e se automutila, encerrando-se em estreitas perspectivas [...] De um lado, segundo vimos, porque a diversificação da produção para o atendimento das necessidades próprias do país e de sua população e a libertação com isso do exclusivismo de atividades econômicas voltadas para a exportação se realizam paradoxalmente por um processo em que a função exportadora conserva de fato sua primazia, e retém assim a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial [...] De outro lado, a liderança naquelas transformações [...] se vem concentrando [...] nas mãos de empreendimentos imperialistas. Com isso evidentemente a economia brasileira se subordina a interesses e conveniências daqueles empreendimentos (PRADO Jr., 2014, p. 92).

Do ponto de vista revolucionário, esses elementos constituem um desafio imenso para a teoria da revolução brasileira, pois os indivíduos considerados atômica e só formariam uma classe na medida em que se vissem impelidos a manter uma luta comum contra outra classe, de outra maneira eles mesmos enfrentariam uns aos outros, hostilmente, no terreno da concorrência (MARX, 2015).

Quando o imperialismo encontra dificuldades de manter seus rendimentos, ele reverte o problema com a alta taxa de exploração do trabalho. O que, em uma colônia anteriormente fundamentada pelo trabalho escravo, adquire contornos muito específicos. Marini (2000, 2011, 2012) irá tratar dessa questão durante sua obra. Por hora deixaremos esse tema nos termos de Prado Jr. (2014).

[...] sobrevivências escravistas (que são frequentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como 'restos semifeudais'), longe de constituírem obstáculos ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalho [...] O que sobra do escravismo representa assim um elemento que o capitalismo se prevalece, e em que frequentemente se apoia, uma vez que o baixo custo da mão de obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários. É assim errado, e da maior gravidade para os efeitos da revolução brasileira, supor que tais remanescentes escravistas poderão ser eliminados e eliminadas, com isso, algumas formas mais brutais de exploração do trabalho, pelo simples progresso e maior difusão das relações capitalistas de trabalho e produção [...] O 'negócio' da agricultura – e é nessa base que se estrutura a maior e principal parte da economia rural brasileira – não se mantém muitas vezes senão graças precisamente aos baixos padrões de vida dos trabalhadores, e pois ao reduzido custo da mão de obra que emprega [...] (PRADO Jr., 2014, p. 97 - 98).

Dessa maneira, a transferência do trabalhador empregado em assalariado deverá (pela lógica) reduzir os níveis de renda do trabalhador brasileiro. A lavoura canavieira é um exemplo disso. Segundo Prado Jr. (2014), o progresso tecnológico dessa atividade não melhorou os níveis de renda dos assalariados nessa e em outras atividades. Somando-se a isso, os níveis de produtividade exigidos pela produção agrária industrial fez com que o pequeno proprietário de terra não tivesse mais tempo para cultivar sua própria lavoura, tendo que comprar seus alimentos no comércio a partir de preços exorbitantes, no fim, suas condições de vida se agravaram. “E os fatos diretamente responsáveis por isso foram precisamente desenvolvimento e apuração das relações capitalistas de produção e trabalho” (PRADO Jr., 2014, p. 98).

Caio Prado Jr. (2014) conclui que uma análise equivocada das condições produtivas da sociedade brasileira levará a uma interpretação completamente distorcida da configuração classista em nosso país. Sendo assim impossível apontar para uma direção correta na luta revolucionária, exemplo disso foi o envolvimento dos comunistas na luta janguista de tão deplorável desfecho.

A partir disso, os militantes atentos poderão perceber que a previsão marxista do socialismo não significa que essa estará a todo instante na ordem do dia. Existe, na esquerda brasileira, a necessidade de responder às questões mais amplas apresentadas na conjuntura econômica e política nacional. Põe-se um momento revolucionário, ou seja, um período de tempo no qual o estado das coisas e das pessoas altera-se rapidamente. Nesse instante, é necessário questionar-se sobre as deficiências da teoria de revolução brasileira construída até então.

Segundo Prado Jr. (2014), o primeiro ponto é que não se deve construir um projeto revolucionário que deva adequar à realidade de um país, território ou povo a um esquema pré-estabelecido. Antes, a própria realidade dará as respostas pertinentes às questões políticas apresentadas em cada contexto específico. Cada ação, cada fenômeno coletivo organizado, mesmo que de forma pontual, pode desencadear uma sucessão de acontecimentos que gerem

uma alteração substancial nas relações sociais até então estabelecidas. Nesse ponto, é impossível menosprezar o papel de uma greve, por exemplo. Uma ação aparentemente focalizada pode desencadear um conjunto de fatos que desestabilize o sistema governamental vigente, por isso a história é dinâmica. Isso dependerá de uma conjunção de fatores históricos e não da ação imediata de um projeto revolucionário. Esse é um dos fundamentos práticos do método dialético e não de um receituário de fatos em esquemas abstratos pré-estabelecidos. Nesse ponto, o modo como se processou a Revolução Cubana também poderia ser tomado como exemplo aos revolucionários dos anos 1960 (PRADO Jr., 2014).

Em suma, Prado Jr. (2014) afirmava existir na esquerda brasileira uma desconexão entre a teoria e a prática que não motivara as forças progressistas brasileiras a assumirem posições vanguardistas. Afirma o intelectual que as esquerdas brasileiras nunca lograram mobilizar as grandes massas, estavam presas a esquemas teóricos sem nenhuma ou episódica correspondência com a realidade e os fatos históricos não podem ser estudados como fatos físicos (exteriores ao homem); não se pode destacar a análise histórica da existência política humana. Nesse contexto, os projetos guiados pela “esquerda institucional”:

[...] Com raras exceções, não foram além de uma agitação de superfície, promovida em torno de slogans, e que desbaratava sem maior proveito as energias revolucionárias e as desencantava de seus líderes. E assim a ação revolucionária se reduziu de fato a pequenas minorias e se concentrou em acanhadas cúpulas [...] Cúpula política no Congresso Nacional e numa ou noutra assembleia estadual ou câmara municipal, cúpula sindical nos setores profissionais, cúpula estudantil, cúpula militar...Tudo mais, as bases, as massas populares, assistiam passivamente [...] aos acontecimentos (PRADO Jr., 2014, p. 25).

Essa prática viciada ficaria cristalizada no

[...] apoio e a colaboração emprestados, nas eleições presidenciais de 1955, ao candidato do dispositivo PSD-PTB, o sr. Juscelino Kubitschek. [...] aliança espúria a trajetória política da esquerda brasileira, e dos comunistas em particular, que iria terminar com o desastre de 1º de abril (PRADO Jr., 2014, p. 25).

A crença em uma aliança com o empresariado brasileiro enquanto grupo revolucionário, na verdade, serviu para sedimentar o caminho para uma

verdadeira orgia do imperialismo, no Brasil, durante a metade final dos anos 1950. Isso deixaria as condições de emancipação da classe trabalhadora brasileira ainda mais restritas. Prado Jr. (2014) detectava, em sua obra, como conclusão derivada, que uma alta penetração de capital estrangeiro na economia brasileira gerava o aumento do grau de exploração da classe trabalhadora.

A esquerda brasileira não buscou formar bases no setor operário, ao invés disso, buscou apoio junto a representação burguesa na câmara. Essa proposta no setor econômico favoreceu também a promoção do grande capital nacional com estímulos creditícios (Banco do Desenvolvimento Econômico) que através de empréstimos forçados do contribuinte brasileiro e o adicional do imposto de renda. Utilizariam esses recursos para financiar as grandes empresas. Também a inflação que reduz os salários reais e incrementa os lucros capitalistas. [...] Entreguismo e inflação em escala sem precedentes, foi isso o essencial do governo Jucelino Kubitschek [...] E foi isso que levou, de um lado, ao total enfeudamento da economia brasileira ao capital imperialista, e de outro, à redobrada exploração do trabalho pelo capital (que é a consequência mais direta e imediata da inflação) e à decorrente concentração e acumulação capitalistas em proporções jamais vistas no Brasil (PRADO Jr., 2014, p. 26).

Obviamente esse fator não atuou unilateralmente, pois encontrava, na economia brasileira, condições ideais para o seu desenvolvimento. Prado Jr. (2014) afirmava que as altas taxas de exploração do trabalho tinham também relação com a baixa produtividade na produção agrária. Por sua vez, esses fatores não se ligavam unicamente a fundamentos de ordem econômica, mas encontravam correspondência na construção social do grande produtor rural brasileiro e do trabalhador brasileiro do campo:

[...] baixos padrões culturais da maioria e da generalidade dos empresários da produção agropecuária – fazendeiros, senhores de engenho, usineiros, estancieiros e o mais. Também contam por muito nas insuficiências da agropecuária brasileira as reduzidas aspirações e o baixo nível ideológico e da consciência de classe dos trabalhadores rurais, que somente de poucos anos a esta parte começam a dar mostra de maiores exigências e agressividade. [...] (PRADO Jr., 2014, p. 106).

Os comunistas, ainda, insistiram nos mesmos erros, no início dos anos 1960. Os revolucionários erraram em 1960 apoiando o nacionalismo do marechal Lott. As esquerdas depositaram suas expectativas sobre problemas irrealistas do ponto de vista nacional, “Uma revolução agrária, antifeudal, anti-imperialista [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 28). O problema não era esse, afirma

Prado Jr. (2014). No fim, as esquerdas brasileiras aderiram a um projeto desenvolvimentista abrindo concessões aos velhos setores que sustentavam a submissão do país ao imperialismo.

Sobre esse último tema, Prado Jr. (2014) se preocupa em fazer uma longa análise para descrever o quanto as teses relativas à questão agrária estavam equivocadas e em quase todos os casos concorriam em erros programáticos e de ação por parte da esquerda brasileira. Dessa maneira, era necessário analisar as concepções teóricas e esquemas de ação das esquerdas reelaborando a teoria da nossa revolução, a fim de pautar a ação política da esquerda brasileira de maneira convincente.

4.1.2 A controvérsia da revolução brasileira e a questão agrária.

Numa economia predominantemente agrária, como era o caso do Brasil até metade do século XIX, é necessário pensar sobre a evolução da propriedade agrária (forma, função econômica e social). Se no decorrer do estudo algum ponto desses processos também acontecerem em outros lugares, não podemos apontá-los precipitadamente como fatalidade histórica, como a teoria da revolução brasileira insistiu. Se a grande propriedade rural necessitava ser capitalizada na Rússia do século XIX, isso não quer dizer que no Brasil devesse ocorrer o mesmo sobre a mesma sucessão de fatos.

O baixo nível de desenvolvimento econômico desses países [...] antigas colônias [...], bem como sua posição subordinada, os colocava naturalmente em posição especial que tornava impossível a assimilação pura e simples deles aos países de economia capitalista madura e altamente desenvolvida da Europa e aos Estados Unidos, como também aos países de desenvolvimento capitalista médio (Espanha, Portugal, países da Europa oriental). Presumiu-se – simples presunção porque não se formulou ou inspirou em nenhuma análise rigorosa e séria dos fatos econômicos, sociais e políticos verificados – que, não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais ou dependentes [...] um desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do esquema consagrado, o da revolução ‘democrático-burguesa’, segundo o modelo leninista relativo à Rússia tsarista [...] esse movimento aplicado aos países da periferia do capital estaria ligado a uma plataforma Anti-imperialista e [...] agrária porque se tratava de neles

superar a etapa 'feudal' em que, em maior ou menor grau, eles ainda se encontravam [...] não se tratava de uma revolução agrária, mas de uma revolução antifeudal [...] (PRADO Jr., 2014, p. 37 - 38).

Dentro desse esquema "teleguiado", continuou-se a falar de "uma revolução democrático-burguesa destinada a eliminar os 'restos feudais' supostamente presentes em nosso país" (PRADO Jr., 2014, p. 40). Nesse ponto, o autor é bastante esclarecedor quando trata das relações de trabalho ocorridas no campo e como essas divergem das situações presentes na formação capitalista dos países centrais, portanto, das posições dos comunistas brasileiros da época:

Um elemento do sistema de produção agropecuária brasileira que invariavelmente se aponta como caracterizando a natureza semifeudal da nossa economia é a parceria (meia ou terça) [...] a parceria, sob a forma em que geralmente se pratica no Brasil e nos setores de alguma expressão no conjunto da economia do país, não constitui propriamente a parceria clássica e tal como se apresenta em outros lugares, e na Europa em particular, como o *métayage* francês ou a *mezzadria* italiana. Trata-se entre nós, pelo menos daquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, de simples relação de emprego, com remuneração in natura do trabalho [...] A nossa parceria assemelha-se assim antes ao salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de trabalho. Ao menos no que respeita a suas implicações socioeconômicas (PRADO Jr., 2014, p. 41).

Se partimos dessa constatação, veremos que os setores progressistas brasileiros não querem acabar com o sistema de parceria, que não é, para eles, uma característica que impede o desenvolvimento capitalista no país. Em São Paulo (principal setor da economia agrária do país até meados dos anos 1960), a parceria se difundiu só a partir de meados de 1930 (concomitantemente ao primeiro grande movimento de industrialização da produção brasileira), ligada à cultura do algodão.

A economia agrária brasileira não se constituiu à base da produção individual ou familiar e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, mas sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constituiu assim uma economia e classe camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias trabalhadas pela mão de obra escrava (PRADO Jr., 2014, p. 79).

Assim, Caio Prado (2014) afirma que a instituição do chamado ‘barracão’ (fornecimento de gêneros aos trabalhadores pelo proprietário ou seus prepostos, em regra a preços extorsivos); o ‘cambão’ (prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra, sistema esse ocorrente, sobretudo no Nordeste), bem como outras formas intensivas de exploração do trabalho [...] foram terminologicamente vulgarizadas [...] ‘Feudal’ tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é realmente falso (PRADO Jr., 2014, p. 43). Elas derivam do trabalho escravo no Brasil, portanto de outra relação de trabalho, a relação senhor e servo.

Caio Prado (2014) insiste nesse ponto e continua. Na Rússia czarista na qual Lenin elaborou a sua teoria da revolução democrático-burguesa, o que caracteriza o feudalismo é a ocorrência de uma economia camponesa. Os direitos do senhor feudal que explora mais-trabalho do camponês correspondem às obrigações do último, a “corveia”. No momento em que os direitos do senhor feudal são abolidos, esses se transfiguram na simples figura do proprietário de terras. Essa é a substância do conflito de classes na Rússia (a luta pela posse da terra, após o surgimento do princípio alodial), não no Brasil. Na Rússia, a luta pela posse da terra em meio aos grandes latifúndios é uma bandeira da burguesia e dos camponeses que querem capitalizar sua produção com a abolição dos privilégios dos senhores feudais. “A reforma agrária que se propõe aí, em correspondência e continuação à luta camponesa, será a transformação do latifúndio feudal em exploração capitalista, e a substituição do senhor feudal pelo camponês capitalista” (PRADO Jr., 2014, p. 45).

O que fundamenta a economia agrária brasileira é a grande propriedade fundiária com grande oferta de força de trabalho. Essa força de trabalho, anteriormente, era escrava (PRADO Jr., 2014).

Não se incluem nesse sistema relações de trabalho e produção próprias da economia camponesa, como se dá com relação ao agrarismo feudal. Como também não ocorrerão tais relações nos derivados e sucedâneos do *plantation system* quando se verifica a libertação jurídica do trabalhador. Com a abolição da escravidão, substitui-se às relações servis de trabalho a relação de emprego ou

locação de serviços, embora nem sempre o pagamento e a remuneração desses serviços (trabalho prestado) se fizessem em dinheiro – o salário propriamente -, assumindo formas mistas [...] como o pagamento in natura, concessão do direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência etc. (PRADO Jr., 2014, p. 47).

Essas formas mistas podem fazer referência indireta ao feudalismo, mas a base de sua existência já se encontra em uma economia capitalizada. Podemos extrair dessa incursão que não é necessário existir salário pago em dinheiro para que exista uma relação de trabalho capitalizada. O que é produzido não é produzido para o consumo imediato, mas para a troca. O que existe no sistema de cambão, por exemplo, é uma relação na qual o proprietário da força de trabalho se liga ao proprietário da terra através, somente, da venda da mesma, esse trabalhador não é um camponês em seu sentido tradicional. Sem a figura do camponês não é possível existir condições para uma revolução democrático-burguesa como na Rússia czarista, depois da abolição da servidão em 1861 (PRADO Jr., 2014).

No Brasil, o trabalhador escravo ou livre do campo, não lutou pela livre utilização da terra como ocorreu com o camponês que necessitava da mesma para sua manutenção, no caso da Europa ocidental. Eles lutaram por melhores condições de trabalho e de emprego. Em parte, isso ocorreu porque já existia uma produção especializada em determinados gêneros que possuíam um circuito no setor de exportação (cana-de-açúcar, de café, de algodão, de cacau entre outros gêneros); nesses setores, estavam ocupados a maior parte dos trabalhadores do campo.

[...] o trabalhador da grande propriedade rural, seja escravo ou livre, é mantido, remunerado ou compensado pelos serviços que presta, pelo senhor ou proprietário sob cujas ordens e a cujo serviço se encontra. Seja, no caso do escravo, com alimentos, vestimenta e habitação que lhe são fornecidos, acrescidos da concessão que lhe é feita de trabalhar por conta própria aos domingos e mesmo, às vezes, nalgum outro dia da semana (como ocorria frequentemente no Brasil); seja, no caso do trabalhador livre, com pagamento em dinheiro ou de outra natureza [...] Deriva daí que o trabalhador nessa situação dirige sua luta principal em sentido diverso do camponês, e essencialmente no de melhorar quantitativa e qualitativamente sua remuneração e os recebimentos que percebe a título de empregado. Ele não se orienta para a ocupação e posse da terra [...] em suma [...] a situação na grande exploração rural, que é o nosso caso, seja antes como depois da transformação do regime de trabalho servil em livre, a situação se inverte, pois é a grande exploração dirigida pelo proprietário que constitui o elemento econômico

essencial e central. E é nela que se enquadram, a ela se ajustando, o trabalhador e suas atividades [...] enquanto o camponês se acha economicamente ligado e associado à terra de forma direta, a ligação do trabalhador empregado na grande exploração com a terra se faz indireta e em função da mesma grande exploração de cujo sistema econômico produtivo ele não participa senão à título de simples força de trabalho, e não de ocupante propriamente e explorador direto da terra como se dá com o camponês (PRADO Jr., 2014, p. 48-49).

Para Caio Prado (2014), os fatos históricos nacionais revelavam essa realidade. Esses elementos divergiam das teorias importadas das reflexões presentes nos países centrais, no entanto existem três setores que não compactuam com o regime de trabalho da grande propriedade brasileira, a seguir.

O da produção agrária no Nordeste, que não se sustentou sobre a grande propriedade pelo decaimento de sua produção, ocasionado, muitas vezes, por circunstâncias naturais (áreas intermediárias da Zona da Mata e agreste), nessas áreas parte das terras se encontrava arrendada e existia uma atuação significativa das Ligas Camponesas. Outro caso é o de ocupantes de terras virgens em zonas pioneiras no Brasil (oeste paranaense e centro-norte de Góias). Os denominados “posseiros” lavradores sem títulos regulares da terra que entravam em choque com especuladores “grileiros”. O terceiro e último caso é o mais difundido geograficamente em território nacional é o da “[...] concorrência que faz a pecuária a pequenos cultivadores sem terras próprias e que são desalojados das terras que ocupam para darem lugar a pastagens [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 52). Esse fenômeno encontrava-se em ascensão pelo consumo de carne estar progredindo em parte das áreas urbanizadas. Dessa forma, esse fenômeno é comum no alto interior do país, sertões do Nordeste, da Bahia e Minas Gerais onde agricultores familiares são expulsos de suas terras para empregarem sua força de trabalho em uma produção que requer pouca quantidade de força de trabalho.

No entanto, todas essas três situações são insignificantes em comparação com a grande produção agrária e nada tem haver com restos feudais ou semif feudais, portanto, com uma revolução democrático-burguesa na qual o “[...] centro nevrálgico do impulso revolucionário se encontra na questão da posse da terra reivindicada por camponeses submetidos a jugo feudal ou

semifeudal [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 54). Concluímos que as reivindicações em torno da terra se ligam a circunstâncias muito particulares e específicas de lugares e momentos. São nas situações político-sociais brasileiras que se encontram as contradições mais profundas e revolucionariamente mais fecundas.

Negligenciando esses apontamentos, a esquerda brasileira se desenvolveu. Como exemplo, Caio Prado (2014) cita o Programa de 1954 do PCB (primeira ocasião após a Segunda Guerra em que um programa partidário de esquerda foi regularmente discutido e aprovado em Congresso) no qual o partido reivindicava garantia de terras aos que desejassem. No entanto, as reivindicações dos trabalhadores do campo se dirigiam a melhorias salariais, atendidas em parte com a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 que assegurava ao trabalhador rural o salário mínimo. Assim, a pauta estava imediatamente em tornar esse salário efetivo. A esquerda brasileira aglutinada no PCB não estava atenta ao movimento do real.

Somente assim se explica o verdadeiro disparate contido no item 39 do mesmo Programa, em que se propõe a substituição da meia e da terça, consideradas formas ‘semifeudais’ de exploração dos brasileiros rurais, pelo pagamento em dinheiro [...] no entanto [...] não somente não se trata aí de uma forma semifeudal de relação de trabalho, mas também que a parceria representa para o trabalhador rural um tipo de relação superior e muito mais vantajosa [...] Ele [...] o trabalhador rural [...] é perfeitamente consciente disso. Sobretudo em consequência da inflação crônica que caracteriza as finanças brasileiras, e já as caracterizava na data do Congresso (PRADO Jr., 2014, p.55).

Recebendo seu salário *in natura*, o trabalhador do campo preservava sua renda de maneira mais efetiva do que com um salário que constantemente se desvalorizava com a inflação.

Outra debilidade da esquerda brasileira era não existir referência à sindicalização do trabalhador rural “[...] legalmente consagrada já na época do Congresso pelo decreto-lei nº 7033 de 10 de novembro de 1944, e que permanecia ainda praticamente letra morta [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 54). Assim, “[...] o Programa do PCB de 1954 simplesmente ignorava o assunto.

Certamente, porque ele não se enquadrava nas premissas teóricas de sua imaginária revolução antifeudal. [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 55).

A luta por uma legislação trabalhista aos trabalhadores do campo renegada pelos comunistas e materializada em ganho somente em 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4214 de 2 de março de 1963), aliás, legislação ignorada pelo PCB, era uma das questões centrais na luta de classes no Brasil. Nas palavras de Caio Prado (2014),

Os fatos se incumbiriam de comprovar aquela importância e fecundidade das reivindicações trabalhistas no campo brasileiro com as ocorrências verificadas, particularmente no Nordeste, em 1963, e até o Golpe de abril do ano seguinte, quando na base da luta pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural se desencadeou uma das maiores batalhas, senão a maior delas, jamais verificada no campo brasileiro. Sobreleva-a a unicamente a campanha abolicionista (PRADO Jr., 2014, p. 55).

Com esse excesso de “abstrações importadas”, a esquerda brasileira perdeu sua ligação com as massas trabalhadoras do campo:

[...] perde-se o impulso e a força necessários para uma ação fecunda e uma mobilização eficiente da massa trabalhadora rural. E isso porque precisamente naquele terreno de maior conteúdo e potencialidade revolucionários [...] como seria o caso dos ganhos trabalhistas formais [...] a Consolidação da Legislação Trabalhista de 1943 assegurou alguns direitos e vantagens aos trabalhadores [...] sem que nada se fizesse [...] salvo em Pernambuco [...] para tornar efetivas aquelas disposições legais. Nenhum passo foi dado, nenhuma medida foi tomada para esclarecer a massa trabalhadora rural de seus direitos, para lhe abrir perspectivas, estimulá-las a luta [...] (PRADO Jr., 2014, p. 62).

Caio Prado (2014), comentando sobre o Programa de 1961 do PCB, faz referência a ele como uma coleção desordenada de ideias e teses. Proposições como reforma agrária, desapropriação de grandes propriedades incultas são expostas de maneira que não trazem elementos fundamentais da realidade brasileira.

Falar em confisco de terras e sua divisão e distribuição, e em modificações profundas a serem introduzidas nas relações de trabalho e produção, quando isso tudo decorre de premissas econômicas e sociais presentes e vivas na dinâmica dos fatos reais, é uma coisa. Mas fazê-lo, quando a teoria paira no abstrato de esquemas apriorísticos, é bem diferente (PRADO Jr., 2014, p. 58-59).

Foi isso que distanciou a esquerda brasileira dos pontos nevrálgicos da classe trabalhadora do campo: “[...] a luta reivindicatória dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e emprego. [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 62) Em um momento no qual o grau de exploração dos trabalhadores do campo atingia um patamar inédito:

Outro fator de crise no campo é o predomínio de atividades agropecuárias com extensas pastagens que substitui o cultivo de grãos. O requerer um número reduzido de força de trabalho, estaria obrigando o trabalhador do campo a intensos movimentos migratórios, a compressão de seus salários, entre outros fenômenos. A esquerda não está atenta a isso (PRADO Jr., 2014, p. 64).

Essa situação era bem distinta dos perímetros urbanos, nos quais o tipo de trabalhador industrial podia contar com uma legislação do trabalho similar ao dos países industrializados (importadas), sem que isso causasse tanto prejuízo à compreensão do desenvolvimento das grandes contradições capitalistas. O mesmo não acontece no campo, pois esse território conta com práticas anteriores a instituição do capitalismo industrial, portanto possuindo contradições bastante específicas.

Mas, no caso do Brasil, a agricultura financiou a industrialização, e toda a movimentação dos grupos industriais passariam pelo crivo dos grandes proprietários rurais, o que revelaria que o desenvolvimento industrial no Brasil possuiria uma conotação bem peculiar. Prado Jr. (2014) fala que essa submissão de um grupo ao outro (burguesia industrial em relação aos proprietários de terras) não gerou tensões relevantes entre projetos políticos e econômicos. No capítulo posterior, veremos que Marini (2000, 2011, 2012) discordará dessa posição, porém, nesse momento, ficaremos com os apontamentos de Caio Prado:

[...] não pode haver dúvidas que de um modo geral o primeiro grande surto da indústria paulista, que se verifica desde os últimos anos do século passado, se deve à economia cafeeira, tanto no que se refere à procedência de capitais proporcionados pelo grande sucesso financeiro da cultura e comércio do café, como no relativo à formação de mercados consumidores de manufaturas [...] os diferentes setores da burguesia brasileira evoluíram paralelamente, ou antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses. [...] Os setores agrário e industrial da economia brasileira e, pois, os dirigentes e beneficiários deles, a burguesia respectivamente de um e

de outro, se entrelaçam assim intimamente, e conjugam seus interesses (PRADO Jr., 2014, p. 115 - 116).

Por fim, Prado Jr. (2014) deixa seus apontamentos mais polêmicos para a diferenciação entre os empresários do setor rural em relação aos empresários do setor urbano. Segundo o autor, não existia um grande contraste entre os proprietários de terra e os capitalistas quanto a sua real posição no sistema de produção, eles eram apenas “[...] homens de negócio que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada [...]” (PRADO Jr., 2014, p. 108). Portanto, não existia no Brasil uma linha divisória entre os investidores rurais e industriais a ponto de gerar uma categorização social diferenciada entre os mesmos. “As distinções a esse respeito são antes de ordem pessoal, e não propriamente de classe” (PRADO Jr., 2014, p. 109). O que não impede que os interesses dos grandes proprietários rurais não se choquem com o imperialismo (com efeito, os empresários nacionais do ramo pecuarista, que enfrentam grandes empresas multinacionais e tentam hegemonizar o mercado de carne). Esses conflitos sempre apontavam para o recurso ao capital estrangeiro:

Em todas as ocasiões, em suma, em que se fez ouvir a voz da burguesia como classe, o apoio e a simpatia com que se manifestou em relação às iniciativas e inversões de capital estrangeiro em empreendimentos no Brasil foi geral e não encontrou nenhuma oposição (PRADO Jr., 2014, p. 118).

Exemplo basilar foi o caso da Instrução 113 que autorizava a emissão de licença para importação sem cobertura cambial de equipamentos industriais que correspondessem a inversões estrangeiras. Isso tornava possível aos empreendimentos estrangeiros que importassem seus equipamentos sem aquisição prévia de cambiais, ficando esses equipamentos importados por preços muito inferiores aos pagos pela maneira ordinária brasileira, a única via de que dispunham as empresas nacionais:

[...] mesmo aqueles que combateram a instrução 113 (bem como outras medidas semelhantes que trouxeram especiais vantagens aos empreendimentos estrangeiros) nunca agiram na base de oposição a tais empreendimentos e às inversões no país de capitais estrangeiros, e pelo contrário sempre fizeram questão de proclamar a

utilidade e a necessidade deles, divergindo unicamente de concessão de favores que colocassem o capital estrangeiro em situação excepcionalmente vantajada em frente aos empreendimentos nacionais, como foi o caso, numa instância extrema, da referida instrução 113 [...] (PRADO Jr., 2014, p. 118-119).

Posto isto, a conclusão de Prado Jr. (2014) é pontual. A burguesia brasileira se associa com o imperialismo, ela não tem em nenhum momento papel revolucionário no Brasil. Com isso, o comunista brasileiro deixa claro que a teoria nunca é superior à realidade. Ela não é um pressuposto, ao contrário, parte de constatações históricas.

4.1.3 Florestan Fernandes: a revolução burguesa a partir de uma análise sociológica

Florestan escreve sua obra intitulada *A Revolução Burguesa no Brasil* com o propósito de responder a uma pergunta implícita ao título do texto, ou seja, existiria uma classe burguesa no Brasil? Se ela existiu, qual seu papel histórico nas transformações sociais? Nesse ponto, o autor afirmava ser necessário perguntar se haveria papel revolucionário em suas ações:

[...] existe ou não uma 'Revolução Burguesa' no Brasil? [...] Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil [...] Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado (FERNANDES, 2005, p. 37).

Segundo o autor paulistano, é necessário retornarmos a questionamentos basilares para definirmos quais grupos sociais tiveram atuação efetiva no desenvolvimento social brasileiro e, portanto, papel revolucionário. Segundo Fernandes (2005), para dizermos que um grupo teve verdadeiramente papel coadjuvante, temos que apontar de que ordem foram as mudanças realizadas por esse grupo social. Dessa forma, o autor deixa implícito que o rompimento do estatuto colonial, a transição para um Estado nacional não alteraram a “base” da conjuntura produtiva brasileira, embora

precisasse desses elementos para uma mudança política; e a grande lavoura exportadora teve papel central nesse movimento:

Assim, se não todas, pelo menos uma parte considerável das potencialidades capitalistas da grande lavoura foi canalizada para o crescimento econômico interno, permitindo o esforço concentrado da fundação de um Estado nacional, a intensificação concomitante do desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas de atividades econômicas, que os dois processos exigiam [...] Esse processo abrange duas fases: 1º) a ruptura da homogeneidade da 'aristocracia agrária'; 2º) o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional (FERNANDES, 2005, p. 44).

Posto isso, é fundamental apontar o conceito de burguesia. Para tanto, Fernandes (2005) problematizou as colocações nas quais a figura do burguês já estava assimilada ao grande proprietário exportador de gêneros primários no Brasil colonial:

[...] não se pode associar, legitimamente, o senhor de engenho ao burguês (nem a 'aristocracia agrária' à 'burguesia'). Aquele estava inserido no processo de mercantilização da produção agrária; todavia esse processo só aparecia, como tal, aos agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. Para o senhor de engenho, o processo reduzia-se, pura e simplesmente, à forma assumida pela apropriação colonial na qual as riquezas nativas precisavam ser complementadas ou substituídas através do trabalho escravo. Nesse sentido, ele ocupava uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não era nem poderia ser o antecessor do empresário moderno [...] O que ele realizava como excedente econômico, portanto, nada tinha que ver com o "lucro" propriamente dito [...] é um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização" (FERNANDES, 2005, p. 32-33).

Nesse contexto, os primeiros agentes econômicos da colônia (o colonizador) mantinha uma distância significativa de práticas capitalistas, como a acumulação de riqueza:

[...] arriscava, ao mesmo tempo, os cabedais, a honra e a vida. 'Lucro', 'ganho', 'risco calculado', nada disso exprime o que ele perseguia (e se sentia com direito de perseguir), que deveria ser o equivalente econômico, pelo menos, da grandeza da aventura e da audácia. Nesse sentido era um autêntico soldado da fortuna [...] Desse complexo contexto psicossocial resultou uma tradição extraeconômica persistente, graças à qual a grande lavoura 'só paga a pena' quando e enquanto for uma espécie de 'mina de ouro' (PRADO Jr, 2005, p. 40).

Um dos motivos de não existir a figura do burguês tradicional no Brasil era porque a formatação da estrutura produtiva brasileira se desenvolveu de maneira distinta da Europa ocidental.

[...] assim como não tivemos um 'feudalismo', também não tivemos o 'burgo' característico do mundo medieval. Apesar existência e da longa duração forçada das corporações de ofícios, não conhecemos o 'burguês' da fase em que não se diferenciava o mestre do artesão senão nas relações deles entre si – o 'burguês' como típico morador do 'burgo'. O *burguês* já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura de agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito se gênero de negócios; se vendia mercadorias importadas, especulava com valores ou com o próprio dinheiro; as graduações possuíam significação apenas para o código de honra e para a etiqueta das relações sociais e nada impedia que o 'usuário', embora malquista e tido como encarnação nefasta do 'burguês mesquinho', fosse um mal terrivelmente necessário). Pela própria dinâmica da economia colonial, as duas florações do 'burguês' permanecem sufocadas, enquanto o escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial estiveram conjugados (FERNANDES, 2005, p. 34).

Sendo assim, segundo Florestan Fernandes, quatro características são “tópicas” para a mudança de estado de coisas, no Brasil, na transição da colônia para o período republicano: a Independência em relação a suas implicações políticas seculares; o fazendeiro de café e o imigrante, encarados como figuras centrais das grandes transformações do cenário econômico, social e político. Por fim, a mudança do padrão de relação dos capitais internacionais com a organização interna da economia brasileira que trouxe a expansão e universalização da ordem competitiva.

Como classificação sociológica, Fernandes (2005) afirmava existir dois tipos elementares de burguês: o que combinava a sua sede por lucro em propensão a acumulação de poder, portanto de independência; o segundo tipo seria o que encarna a capacidade subjetiva de realizar atos inovadores, a figura do líder empresarial. Apesar de esses perfis sucederem-se, na história em momentos distintos, pode-se dizer que as características de ambos somaram-se no ambiente da cidade moderna e a suas formas de socialização no desenvolvimento capitalista no Brasil. É com o surgimento de novas formas de interação social desenvolvidas em espaços anteriormente inexistentes que farão a sociedade colonial colapsar, segundo Fernandes (2005).

[...] o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista [...] a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial. Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram malvistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela 'aburguesou-se', desempenhando uma função análoga à de certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo [...] (FERNANDES, 2005, p. 45).

Desse processo saíram novos tipos humanos desvencilhados do código senhorial. Fernandes (2005) afirma que, antes da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, a esfera dos serviços já sofrera intensa modificação no nível das elites e das massas trabalhadoras. Isso aconteceu, com ênfase, nas regiões privilegiadas pelo comércio de café ou pela imigração, também em regiões onde os dois fenômenos se condensaram. Desses estratos que se derivavam os representantes mais característicos do espírito burguês: negociantes do varejo e do atacado, os funcionários públicos, os profissionais de "fraques e cartolas", os banqueiros, empresários das indústrias nascentes de bem de consumo, artesãos autônomos, o autor nomeia de uma "massa amorfa de pessoas em busca de ocupações assalariadas ou de alguma oportunidade 'para enriquecer'" (FERNANDES, 2005, p. 46). Houve um aumento qualitativo e quantitativo na diversidade dos grupos sociais. Dessa maneira, novos interesses e necessidades estavam sendo postas. "Nesses estratos sociais, a identificação com o mundo moral da aristocracia agrária era superficial ou se baseava em lealdades pessoais e em situações de interesses que não lhe tolhiam uma crescente liberdade de opiniões e comportamentos" (FERNANDES, 2005, p. 46). Nesse ponto, fica claro que Fernandes (2005) tem um estudo bastante focado nas mudanças da sociedade paulistana e, de forma geral, concentrada no sudeste, enquanto Caio Prado (2014) estabelece uma análise mais abrangente e levando em consideração territórios mais resistentes ao processo de liberalização da economia, como no caso da região Nordeste (análise do sistema de parceria). A justificativa quanto a essa questão é fornecida pelo próprio Fernandes (2005): a assimilação de novos padrões de produtividade foi mais intensa nos centros urbanos que coordenavam as relações de importação e exportação de mercadorias advindas do aumento da

produção rural, do aumento dos padrões de consumo e de comércio. É importante qualificar que tipo de comércio era esse, e Fernandes (2005) o fez:

O núcleo de real vitalidade econômica produzia para exportação, não para o consumo interno [...] em consequência [...] conexões com a vida econômica interna possuíam escassa importância estrutural e dinâmica [...] Um país cuja economia se especializa na produção agrícola e obtém os excedentes de que precisa por meio da exportação dependente do mercado externo e possui um mercado interno forçosamente débil (FERNANDES, 2005, p. 110).

Evidentemente, esse fato trouxe consequências sociais variadas e é importante analisá-las para termos um panorama qualificado da realidade social brasileira no século XIX. O primeiro elemento é que esse processo de integração econômica, sobretudo política (com o advento da República), fez com que o Brasil ganhasse novas características sociais. Elas eram bastante similares aos países centrais. “No entanto, dada sua própria condição de economia periférica e dependente, não iria assimilar tais modelos reproduzindo, pura e simplesmente, o desenvolvimento prévio daquelas economias” (FERNANDES, 2005, p. 109). Essa é uma questão central para a assimilação material e moral dos pressupostos do liberalismo econômico, portanto do capitalismo terem sido tomados de forma muito peculiar no Brasil. Que particularidades seriam estas? Uma delas faz referência a expansão do mercado consumidor interno. Fernandes (2005) afirmava haver com a expansão da economia liberal uma ampliação dos padrões de consumo interno.

No caso do Brasil, no entanto, qualquer assimilação de novos padrões mercadológicos fornecidos pelas economias centrais estaria subordinada ao aparecimento e desenvolvimento de formas de produção e consumo compatíveis com paradigmas relativamente heteronômicos (com relação à formação do mercado interno, por sua vez, voltados para fora) de crescimento econômico. Não coincidentemente, a relevância desse movimento estava associada à instauração de uma autonomia política (somente no plano interno, pois, no plano internacional, o Brasil continuaria tendo posição marginal), cujo desencadeamento de fatores sociais estava presente no crescente processo de urbanização. Os elementos denunciadores diziam que as pessoas abastadas que se localizavam nas cidades consumiam produtos que não eram produzidos

no país como forma de demonstrar *status senhorial*. Dessa maneira, se ligavam aos interesses dos exportadores estrangeiros. Portanto, os novos padrões de consumo adicionaram dois elementos básicos à situação do mercado interno: a produção agrícola, artesanal e manufatureira passou a se destinar, também, ao mercado interno a partir da expansão da agricultura de subsistência, da criação de gado e da comercialização interna desses. Também se tem a presença do excedente econômico como fator de dinamização da vida econômica interna, ele não é mais “sangrado” em direção à metrópole (FERNANDES, 2005). É bom lembrar que a referida “nova situação” não conseguiu eliminar três características crônicas presentes também no período colonial: preponderância de exportação; importação como mecanismo corretivo de especialização na produção agrícola e dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico. E isso por que: “não surgiu uma situação de mercado nova, independente dos nexos coloniais ou imperialistas, inerentes ao esquema de exportação-importação controlado de fora” (FERNANDES, 2005, p. 112). Muito embora Fernandes (2005) admitisse a influência decisiva dessa “nova situação” na dinamização interna das necessidades da população. Dito isto, Fernandes (2005) conclui:

[...] o que interessa é que a estrutura da situação de mercado apontada engendrou processos econômicos que se refletiram, seja quantitativamente, seja qualitativamente, na absorção de modelos econômicos transplantados e, portanto, no grau e na forma de vigência do capitalismo na sociedade brasileira (FERNANDES, 2005, p. 112).

Quanto aos fundamentos desse capitalismo, Fernandes (2005) esclarece:

Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente” (FERNANDES, 2005, p. 113).

Dessa maneira, a “Revolução Burguesa” se desenvolve no Brasil sobre uma complexa base fundamentada numa economia colonial, periférica ou dependente. Não havendo lastro para o pleno funcionamento de modelos transplantados das economias centrais. Os protótipos desses modelos ficaram

restritos ao “alto comércio” fossem eles de exportação ou importação ou ainda associados ao desenvolvimento interno do consumo (FERNANDES, 2005). Podemos dizer que tal proposição possui relação com o conceito marinista de separação da esfera do consumo entre “alta” e “baixa”. Trataremos da questão com mais dedicação em seções posteriores.

Com a independência do Brasil, os países centrais passam a ter vantagem no controle dos processos econômicos internos. Os países centrais tomaram proveito da estrutura interna de mercado e das vantagens que a aristocracia agrária oferecia. Pelo fato de monopolizarem a produção de conhecimento técnico, recursos financeiros (moeda de curso internacional), puseram em ação a marcha de reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional. Nesse ponto, o Brasil saía da posição marginal que ocupava enquanto perdurou o sistema colonial:

Aceitando a internacionalização dos processos de exportação e de importação e deslocando a marginalidade econômica do exportador brasileiro do nexo político para o nexo econômico, ao mesmo tempo em que se acomodavam às transformações e às vantagens econômicas que elas conferiam à aristocracia agrária emergente, os agentes econômicos externos cravam bases bastante frutíferas para uma posição vantajosa [...] os controles econômicos externos instalavam-se onde eles queriam operar – no cerne da vida econômica interna, preparando-se para se diferenciarem, se intensificarem e crescerem com ela (FERNANDES, 2005, p. 116 - 117).

A aristocracia agrária é transformada em sócio minoritário da burocratização da dominação imperialista.

[...] a modernização econômica associada à extinção do estatuto colonial e à implantação de um Estado nacional independente não tinha por fim adaptar o meio econômico brasileiro a todos os requisitos estruturais e funcionais de uma economia capitalista integrada, como as que existiam na Europa [...] a expansão de mecanismos monetários de crédito ou bancários correspondiam à necessidade que operações mercantis de importação e exportação [...] seus estímulos inovadores eram consideráveis, mas unilaterais. Dirigiam-se no sentido de estabelecer uma coordenação relativamente eficiente entre o funcionamento e o crescimento da economia brasileira e os tipos de interesses econômicos que prevaleciam nas relações econômicas centrais com o Brasil [...] (FERNANDES, 2005, p. 118).

O Brasil assume sua dependência ao mesmo tempo em que ganha maior liberdade na esfera econômica em relação ao período colonial. Ai reside

a natureza dialética desse movimento no qual diferentes transformações se processaram em margem profunda, mas Fernandes (2005) salienta que não existe uma transformação econômica de ordem revolucionária. No entanto, quanto ao palco social:

Pela primeira vez, emergia na cena histórica brasileira o verdadeiro palco do “burguês”: uma situação de mercado que exigia, econômica, social e politicamente, o “espírito burguês” e a “concepção burguesa do mundo”. E era por aí que o processo de modernização econômica, desencadeado pela substituição dos nexos e dependência, tenderia a negar-se e a superar-se. [...] Esse ciclo atinge seu auge com o café [...] (FERNANDES, 2005, p. 120).

É baseado nessas características que o processo de modernização da vida econômica brasileira está ligado a três fatores, segundo Fernandes (2005). Em primeiro lugar, a aceitação dos controles estrangeiros da vida econômica interna processados sobre laços profundos de lealdade e simpatia. O segundo fator: os papéis econômicos dos países emergentes tendiam a processar-se sob condições de maximização de sua eficácia relativa, mas de maneira a não oprimir determinada dose de iniciativa, com efeito em situações imprevistas e fundamentais:

Isso explica porque pequenas firmas que se dedicavam ao “alto comércio” importador, bem como a facilidade com que algumas delas se nacionalizavam. Muitas vezes, o interesse econômico real não estava nem na propriedade nem na gestão de “filiais”, mas nas vantagens auferidas através da exportação em si e por si mesma. As organizações estrangeiras podiam, assim, usar procedimentos econômicos aparentemente liberais, equitativos e neutros (FERNANDES, 2005, p. 122).

O terceiro fator, decorrente da concretização dos dois primeiros, é: o homem de negócios urbano estava ligado ao controle econômico externo, mas Fernandes (2005) salienta que existe aí uma diferença entre esses “homens de negócios” e o estamento senhorial. No caso do segundo grupo, os grandes proprietários de terra alimentavam a dependência brasileira, pois esses representavam tão somente a figura do consumidor de artigos importados; e esse grupo social fazia enorme pressão para manter a normalidade econômica dessa estrutura: “[...] exportação de produtos agrícolas e a importação de bens acabados [...]” (FERNANDES, 2005, p. 122).

Para tanto, soergueram ajustamentos bastante vantajosos para o Brasil. O primeiro caso é mais complexo e envolve uma confluência mais estreita de interesses entre grupos sociais. Os chamados “homens de negócios” só existiam enquanto agentes econômicos na medida em que se ligavam aos “interesses externos”. Dessa forma, seus interesses convergiam aos da aristocracia agrária no tocante a melhor política econômica fornecida pelo liberalismo econômico (FERNANDES, 2005). Esse mesmo setor (comerciantes atacadistas intermediários que realizavam comércio a varejo e com produtores artesanais) se sentiam oprimidos por um circuito comercial extremamente restrito onde apenas a aristocracia agrária possuía poder aquisitivo real. Os estremecimentos causados por essa situação foram essenciais a negatização da produção com o uso de mão de obra escrava e ao patrimonialismo. Ambos passaram a ser vistos como fatores de estrangulamento da economia até o terceiro quartel do século XIX, quando o processo de urbanização, a inclusão dos comerciantes nesse projeto se transformam em “[...] fontes de negação e de superação dos nexos de dependência decorrentes do neocolonialismo [...]” (FERNANDES, 2005, p. 124) e isso era natural visto que “[...] Por sua estrutura, aquela economia não possuía condições para absorver e dinamizar o excedente econômico que produzisse” (FERNANDES, 2005, p. 124).

O grupo comercial irá tirar proveito dessa situação, mas se demonstraram completamente submissos ao controle externo, estabelecendo, inclusive, reservas de mercado à produção externa.

Quanto às novas condições trazidas pelo setor novo (grupos comerciantes) formou-se uma trama de relações econômicas, que se vinculavam a várias iniciativas novas de desenvolvimento interno aumentando a diversidade e o ritmo das atividades econômicas, elevando probabilidades de acumulação de capital acima dos limites de participação de renda que a aristocracia agrária possuía. Os bloqueios da acumulação estamental de capital seriam gradativamente destruídos. Esses passariam a direcionar suas atividades em direções puramente capitalistas (FERNANDES, 2015).

Dessa forma, foi graças à cidade e as conexões proporcionadas por esse território em relação ao mercado externo que:

[...] a produção agrícola exportadora erigiu-se em condição de crescimento econômico interno. A divisão de trabalho social e a estrutura capitalista da situação de mercado funcionavam, em última instância, como fatores socioeconômicos da redistribuição de renda. Em consequência, o setor novo da economia [...] vinculados a atividades comerciais [...] absorvia parcelas crescentes do excedente econômico e convertia-se no fulcro de um novo padrão de desenvolvimento econômico (FERNANDES, 2005, p. 124).

Nessa passagem, Florestan Fernandes não se aprofunda sobre a situação da classe trabalhadora brasileira e sua relação com o desenvolvimento do “alto comércio”. No entanto, quando formos nos dirigir às categorias marinistas, trataremos da questão. O que importa dizer até aqui é que:

[...] não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizou, historicamente, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil. Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob as pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano [...] (FERNANDES, 2005, p. 127).

O agente mais afetado por essa pressão foi o grande produtor rural. O que existiu foi a transformação do senhor rural em fazendeiro de café e, segundo Fernandes (2005), isso nada mais foi que um movimento de “aburguesação” desse:

[...] aos poucos ele é apanhado na rede das pressões que o mercado externo exercia sobre os custos sociais da grande lavoura escravista e passa por duas transformações sucessivas, como e enquanto agente econômico. Primeiro, ele é crescentemente incentivado a operar com a riqueza fora do contexto econômico da grande lavoura. Depois, ele é forçado a renunciar ao status senhorial e a adaptar-se às funções de grande proprietário segundo determinações puramente econômicas. Essas determinações puderam ser neutralizadas ou negligenciadas enquanto a forma estamental de acumulação de capital possuía uma base material (o trabalho escravo) e um suporte social (a dominação patrimonialista no nível do domínio e da sociedade global). Todavia, à medida que a ordem social competitiva se fortalece internamente e que a grande lavoura cai de modo implacável sob os mecanismos econômicos do mercado (em suas conexões com a economia mundial), a ordem social estamental perde sua eficácia como meio de defesa e fonte de segurança. Então, da perplexidade, do pânico e da ruína, o fazendeiro evolui, rapidamente para adaptações econômicas novas, que redundam no abandono da forma estamental de acumulação de capital e na adoção de uma fórmula alternativa, que consistia em despojar a grande propriedade dos atributos históricos-sociais do domínio. Desse modo, ela se

converteu, com relativa rapidez, numa variante típica da plantação tropical moderna, associada à acumulação comercial ou financeira de capital (FERNANDES, 2005, 129-130).

O senhor de terras (com rígido controle do Estado e alta concentração de poder) se transforma em cidadão da República (um capitalista livre para atuar no mercado). No fim, a reação da velha aristocracia rural e sua tentativa de preservar o status senhorial contribuiu para capitalizar a produção agrária no desenrolar dos fatos, pois a modernização da produção proporcionava melhores condições para a penetração de capital externo e é justamente durante esse processo que surge a plantação comercial típica (com uso de trabalho livre e preocupada em produzir mercadorias para exportação).

Procuraram intensificar o trabalho escravo ou combiná-lo ao trabalho livre, tentando promover a substituição paulatina daquele; concomitantemente, eliminaram todos os custos diretos e indiretos, visíveis ou invisíveis com que a ordem senhorial onerava a produção agrícola; substituíram ou aperfeiçoaram as técnicas agrícolas; ao mesmo tempo, modernizaram os transportes; e separaram o lar senhorial da unidade de produção, removendo os fatores de redução da produtividade que provinham das técnicas de organização e dominação patrimonialistas da produção. (FERNANDES, 2005, p. 135).

Posto isso, Fernandes (2005) afirma que houve no final do século XIX uma mudança de sentido com relação à funcionalidade da grande lavoura em relação aos seus respectivos agentes econômicos:

[...] O excedente econômico destinava-se ao crescimento horizontal da grande lavoura exportadora, às obrigações contraídas através da solidariedade patrimonial e estamental, ao estipêndio do status senhorial ou dos papéis sociais deles decorrentes e ao entesouramento. No outro extremo, deparamos com o fazendeiro que pretendia encarnar a personalidade ideal do moderno 'homem de negócios' do meio urbano. A fazenda, para ele, não é fonte de status, mas de riqueza. Devia 'dar lucro', acima de tudo. Nesse caso, ele não se sujeitava ao estilo de vida isolado e circunscrito do antigo 'barão do café' que morava na sede da fazenda [...] A fazenda ideal [...] devia organizar-se para preencher sua função econômica especializada, consistente em produzir café, na maior quantidade possível, pelo mais baixo preço, oferecendo ao proprietário condições vantajosas ou seguras de barganha (FERNANDES, 2005, p. 136 – 137).

Se considerarmos a conjuntura histórica do período, veremos que as transformações sociais e econômicas que se sedimentaram posteriormente não obedeceram esse ritmo interno de mudanças. Antes se fundamentaram no

modo como os agentes econômicos de destaque conseguiram sedimentar sua produção baseado na circulação de mercadorias no mercado interno e externo:

[...] o Brasil pagou quase um século ao atraso econômico, social e cultural em que emergiu da era colonial. A dinâmica e a evolução da vida econômica, nesse ínterim, não foram determinadas e reguladas pela transformação das estruturas sociais e econômicas das relações de produção, imperantes na grande lavoura exportadora. Mas, pelo modo através do qual o principal agente econômico conseguia integrar, expandir e diferenciar seus papéis econômicos nucleares, com referência ao mercado externo e ao mercado interno. Por isso, quando o burguês emerge do senhor agrário, o fazendeiro de café já deixava de ser, parcial ou preponderantemente, 'homem da lavoura' ou produtor rural, e se convertera em puro agente, mais ou menos privilegiado, do capitalismo comercial e financeiro (FERNANDES, 2005, p. 138).

É assim que a figura do grande proprietário de terras é “capitalizada”. Esse personagem é central na história econômica e social do Brasil, pois, será ele que financiará o processo de industrialização brasileiro. E esse é um elemento central na compreensão da dinâmica da luta de classes no Brasil. Também será um ponto decisivo na construção das particularidades da “questão social” brasileira.

4.1.4 Elementos conclusivos

A principal distinção entre Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes é que o primeiro deu ênfase maior à formação social do trabalhador do campo no Brasil. Para isso, adotou categorias muito caras ao marxismo e à economia política (classe social, exploração do trabalho). Apontou, também, as dificuldades de se instituir um projeto revolucionário para o Brasil (preocupação central da obra), dentre esses aspectos identificou as dificuldades de se estabelecer uma classe trabalhadora autônoma em uma economia dependente da atuação do imperialismo.

Além disso, refutou a ideia de que a burguesia brasileira poderia ter um papel revolucionário na construção de um projeto de revolução democrático-burguesa nos moldes leninistas. Ao contrário, afirmou que esse grupo se utilizou de resquícios da sociedade colonial para manter uma alta taxa de exploração do trabalho com baixos níveis de produtividade. Para isso,

estabeleceu uma relação intensa com a penetração estrangeira de capitais. Afirmou que não existe constatação histórica na existência de um sistema feudal no Brasil e isso se deu porque o lucro sempre tangeu as ações dos grandes proprietários de terras. Essa mentalidade capitalista foi o motor propulsor de uma burguesia entreguista e dependente. Esse mesmo grupo, por essa característica, se viu completamente sublimado de possibilidades revolucionárias. Por fim, a partir do momento em que os setores agrários financiaram a industrialização, viram-se também práticas análogas à escravidão se ampliarem (em especial nas plantações de algodão a partir dos anos 1930) e após essa burguesia urbana e industrial alcançar certa autonomia. Nenhuma tensão gerada entre essa e seus financiadores (grandes produtores agrários e a burguesia industrial) deixou de apontar para as confluências desses setores intra-burgueses pela ampliação da penetração de capital estrangeiro no setor interno da economia brasileira.

Florestan centra sua análise no nascimento de uma burguesia industrial e urbana; para tanto, adota categorias derivadas da sociologia em muitos casos mais abrangentes e de cunho interpretativo mais largo. Outra questão é que na sua análise da evolução da propriedade agrária e das relações sociais daí fomentadas o autor traz uma séria distinção da figura do burguês, pois não há para o autor esse personagem no período colonial (o grande proprietário de terras estaria ligado a uma estrutura estamental). Ele também não estaria presente na grande lavoura exportadora. Isso porque o escravismo sufocava qualquer maturação desses tipos sociais. Essa é uma distinção central entre Fernandes (2005) e Prado Jr. (2014). O último, em uma obra anterior pertencente à década de 1940 (*História Econômica do Brasil*), assinalava que o escravismo e o pacto colonial sublimaram as potencialidades de surgimento da figura do artesão, de um regime de trabalho familiar que desenvolvesse a figura do camponês, mas não afirmou que tal movimento impedisse o desenvolvimento da personalidade mercantil, da figura do comerciante. O capitalismo não surgiu em nossas paragens do declínio do mundo feudal. No entanto, o capitalismo surgiu, no Brasil, a partir de sua integração ao mercado mundial. Tal integração já está presente na formação da grande lavoura

exportadora, o que já se inicia com a cultura do açúcar e alcança seu auge com a cultura do café. Isso é um elemento central para notar que as reivindicações dos trabalhadores do campo não estavam ligadas a posse da terra, mas a melhoria de suas taxas de renda. Tal fato se deu (como já citado anteriormente), porque no sistema de parceria, o produto apropriado pelo agricultor representa para ele uma espécie de salário.

O segundo ponto repousa no fato de não possuímos uma burguesia nacional. Isso se deu porque nosso desenvolvimento econômico sempre esteve ligado aos incentivos externos dos países comercialmente desenvolvidos.

Outra questão relevante na obra de Florestan Fernandes é a análise da função social dos espaços gerados pela industrialização brasileira. Aqui se põe a cidade moderna, com seu conjunto de necessidades inéditas ao país. Um espaço onde o campo das carências das classes dominantes se altera quantitativamente, mas, sobretudo qualitativamente. Dessa forma, o jogo por disputa por poder político passa a envolver novos elementos que não se relacionam a velha aristocracia rural. Além disso, a esfera do consumo é finalmente perfilada nos moldes de uma economia dependente, ou seja, uma formatação onde uma pequena elite tem acesso ao “alto comércio”.

Dito isto, Florestan Fernandes apresenta como outra especificidade um forte apego a análise da construção social brasileira a partir do trato com categorias sociológicas abstratas. Essas categorias não apresentam ligação tão estreita com o cotidiano brasileiro e suas particularidades, como vimos em Prado Jr. (2014). Por isso, uma análise atenta perceberá que seus apontamentos (de Florestan Fernandes) dirigem-se a grupos sociais com bases no sudeste brasileiro. Prado Jr. (2014) dá atenção maior a regiões economicamente secundárias como o Nordeste brasileiro e isso é fundamental na sua crítica a existência do feudalismo no Brasil. Embora Fernandes (2005) justifique sua opção analítica por grandes centros comerciais. Ampliar territórios no estudo seria fundamental para termos uma noção do

posicionamento de grupos laborais (trabalhadores) no processo de maturação da classe burguesa brasileira.

Em resumo, ambos os autores prestaram relevantes contribuições ao desenvolvimento de uma teoria científica e política rigorosa do desenvolvimento das relações sociais capitalistas no Brasil. Seus apontamentos foram, portanto, fundamentais às notas da Escola da Dependência brasileira. Procuraremos demonstrar ressaltar tal assertiva nas próximas seções.

4.2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA OBRA DE RUY MAURO MARINI: REVISITANDO A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Uma das marcas de Ruy Mauro Marini é seu rigor teórico-metodológico na apreensão e aplicação das categorias marxianas à análise da realidade dos países latino-americanos. Ele trava decisiva batalha contra a mistura de correntes diversas do pensamento social por entender que, no afã de responder às múltiplas determinações do fenômeno econômico e social, o ecletismo opera mesmo uma confusão e presta grande desserviço à ciência e, ainda mais, à orientação política dos sujeitos. Assim, o sociólogo brasileiro em lide nega com veemência as análises baseadas em adaptações categoriais difusas que, segundo ele, não correspondem à realidade regional da América Latina (MARINI, 2011).

Com base nessa crítica, Ruy Mauro Marini cria um exame singular do desenvolvimento econômico, social e político dos países na América Latina, advertindo que tal esforço se faz necessário na medida em que as leis gerais do desenvolvimento capitalista se materializam nos países dependentes (dentre eles, os latino-americanos objeto de sua análise), de forma particular e deforme. Cabe, pois, à elaboração teórica capturar tais particularidades, pois somente assim o conhecimento será capaz de dar conta da realidade destes países. A articulação do modo de produção capitalista em escala global com os elementos que particularizam o desenvolvimento do capitalismo nos países

dependentes é que permite estabelecermos conhecimento sólido sobre nossa realidade.

Posto isto, na sua análise dos países latino-americanos, Marini (2011) assinala que seu desenvolvimento se dá, a partir do século XVI, sempre em estreita e subordinada conexão com as demandas oriundas da dinâmica capitalista dos países que inauguraram o modo de produção capitalista, como Inglaterra e França. No caso brasileiro, a relação subordinada institui-se, primeiramente, na forma da Empresa Colonial que, em conformidade com Sodré (2002), tem sua origem na própria estrutura produtiva de Portugal.

Tratando brevemente da questão sobre o histórico de Portugal, Sodré (2002) afirma que a reorganização de elementos ligados ao comércio, já a partir do século X (o fato do pagamento ao servo pelo seu trabalho já poder ser feito em espécie) e o advento das manufaturas, dá início a uma corrosão das corporações de ofícios. As relações entre mestres e aprendizes se subvertem; aparecem, também, produtos com pequeno volume e alto valor unitário (especiarias). É nesse ponto que se tem o crescimento do capital comercial obtido na área de circulação e a subsunção do antigo princípio no qual a posição social do indivíduo era determinada pela sua relação com a terra. Os grupos comerciais daí surgidos observaram que os entraves senhoriais tornavam a especulação com a terra extremamente trabalhosa. Nesse contexto, a centralização do poder nas mãos do rei tornava o fluxo de hegemonias mais interessante ao comerciante. Além disso, um sistema administrativo centralizado contribuía para que a circulação de mercadorias se tornasse mais eficiente, e esse é um elemento central:

[...] A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Ela não aparece senão onde a produção mercantil e o comércio já atingiram um certo grau de desenvolvimento. A história moderna do capital data da criação do comércio e do mercado dos dois mundos, no século dezesseis. [...] (MARX apud SODRÉ, 2002, p.197).

Nesse momento, já temos o princípio básico do comércio:

[...] o que é produzido [...] não é produzido para o consumo imediato e local, deve ser transportado ao mercado e trocado. É trocado por outra mercadoria qualquer, por mercadoria especial básica ou por dinheiro. Com o passar do tempo as trocas se desenvolvem, cresce o mercado, as relações tornam-se complexas. Tais relações terminam

por especializar atividades: uns produzem, outros trocam. [...] (SODRÉ, 2002, p. 45).

Com o desabrochar do comércio, portanto, Portugal surge a partir do fracionamento da Galícia (processo comum no período feudal) aparecendo inicialmente como simples condado, posteriormente, alcança sua autonomia, em 1140, através do triunfo dos portugueses sobre os lioneses em Guimarães (SODRÉ, 2002).

Uma questão crucial em Portugal é que a unificação surge do apoio que o grupo mercantil empresta à facção que luta pela submissão dos senhores à monarquia. Esse grupo depende de outras localidades para desenvolver seu comércio (o trato com Flandres começa a ser importante para Portugal no final do século XII) e, a partir da revolução do Mestre de Avis (1383), a expansão mercantil agrupa-se ao progresso das técnicas de comércio e de navegação. Posto isto, os conflitos entre o grupo mercantil que passam a intensificar o fluxo de especiarias e os senhores feudais que tiveram suas posses avolumadas pelas doações de terras feitas pelo Reino Luso durante as constantes batalhas pela expulsão dos mouros se intensificam. Isso somado a descoberta da rota para as Índias (1497) rompe com o monopólio de Veneza enquanto entreposto comercial (o que ajudou Portugal a ganhar maior representatividade no comércio da época). A conjuntura europeia na qual os produtos da terra não eram objetos de troca (pelas suas próprias formatações ecológicas) é substituída pela ampliação do consumo para produtos da terra que condiciona o aparecimento de um mercado mundial. Nesse movimento, os trópicos tem papel fundamental por apresentar período vegetativo prolongado, produtos agrícolas muito valorizados como condimentos e especiarias. Já no século XIII, é a aplicação de capital na circulação que amplia a variedade e a quantidade de mercadorias. Isso não quer dizer que esse capital interfira nos processos produtivos de maneira sistemática. Pelo contrário, ele assimila qualquer objeto passível de troca não importando a maneira com o qual foi produzido (o açúcar pode ser produzido por mão de obra escravizada ou livre). Está aqui a característica central do mercantilismo no medievo, ou seja, ainda não existe uma uniformização na produção de mercadorias (SODRÉ, 2002).

A partir de então, Sodré (2002) aponta a grande peculiaridade de Portugal. Alguns estudiosos afirmam que o movimento que levou Mestre de Avis ao poder, foi uma revolução burguesa, ocorre que tal fato só poderia ser realidade se o burguês se dirigisse a luta e dela tomasse proveito. Não foi isso que ocorreu, a participação burguesa, nesse movimento, se restringiu a “grande burguesia comercial-marítima” (ricos comerciantes de Lisboa e Porto), ou seja, um grupo restrito. O fortalecimento da coroa correspondeu ao fortalecimento dos nobres que acabaram por se constituir em um corpo disciplinado e burocratizado. Da mesma forma, o afluxo de ouro e de especiarias é apropriado por uma oligarquia política em detrimento dos burgueses que não conseguem estabelecer uma base industrial.

Nesse contexto, a posse e a colonização de áreas fora do continente tornam-se prerrogativas essenciais para o enfrentamento e saturação do mercado gerada pela expansão manufatureira na qual Portugal teve ajuda decisiva do capital comercial holandês, que, por sua vez, já estava vinculado à distribuição de açúcar ao mercado europeu (a Holanda detinha técnicas de refino que Portugal desconhecia, portanto, ficava dependente de outra nação para realizar sua produção).

Outra argumentação pertinente de Sodré (2002) é a de que, para o capital comercial sedimentar suas bases, é necessário o capital usurário, que centraliza fortunas, atuar sobre o empréstimo da forma universalmente aceita, o dinheiro, atacando o pequeno produtor que precisa de insumos para cultivar sua plantação e o grande proprietário que necessita de empréstimos que sustentem a manutenção de grandes propriedades (a grande propriedade tende a desaparecer). Adiante trataremos da organização fundiária do Brasil como elemento particular a esse apontamento.

Sodré (2002) conclui que esse foi o grande legado de Portugal ao aumentar suas riquezas nas possessões ultramarinas. Esse movimento compeliu o país ao abandono das atividades industriais. Dessa forma, ela sai de sua fase agrícola, mas, posteriormente, pouco influenciará no fluxo de manufaturas. O motivo disso é porque o capital auferido na esfera da produção

não substituiu o capital auferido na esfera da circulação e não é o comércio que revoluciona a indústria, mas a indústria que revoluciona o comércio. Em síntese, a debilidade de Portugal residia no fato de que o capital comercial não tinha raízes no processo produtivo do próprio país, os seus lucros não eram revertidos em manufaturas nem na produção local; eram revertidos a paragens estrangeiras, particularmente Holanda; eram consumidos nas guerras. Os servos não se constituíam em massa miserável desprovida dos meios de produção. Isso deixava os comerciantes sem base política. Essa empresa das navegações portuguesas, capenga e provinciana, fornecerá a base material do esquema de produção colonial no qual a colônia exporta matérias primas e importa produtos manufaturados da metrópole.

Para Marini (2011), o fluxo de mercadorias produzidas no Brasil, no bojo da grande empresa colonial, alimentou a expansão do capital comercial e bancário, e deu sustentáculo ao crescimento da indústria manufatureira. Aqui, temos o cerne do conceito de dependência para Marini (2011). O modo como as colônias incorporaram-se à expansão do capital comercial levá-las-á, mesmo após suas independências formais, a serem subordinadas aos países industriais, ou seja, a subordinação do Brasil a Portugal se reproduzirá em escala ampliada na medida em que Portugal se submete as diretrizes inglesas. Assim, a realização de uma cadeia produtiva nacional existe em função de outra. Isso constitui uma unidade contraditória na qual as relações de produção entre os países centrais e os países periféricos tendem a acentuar o grau de dependência econômica do último. Logicamente as afirmações de Ruy Mauro possuem estreita ligação com o contexto histórico no qual o estudioso estava inserido. Apontar os elementos que prescindem suas assertivas é fundamental para que possamos ter a compreensão precisa de suas proposições. O fenômeno da “nova esquerda” é central nesse movimento e buscaremos provar isto.

4.2.1 Introdução: a origem da “nova esquerda” e suas contribuições às formulações marinistas

O estudo de um autor impescinde que façamos uma situação do chão histórico em que brota sua obra ou mesmo o objeto de sua análise. No caso do autor estudado nesse trabalho, Ruy Mauro Marini, torna-se fundamental recuperar, mesmo que em largos traços, a controvérsia do pensamento de esquerda brasileiro sobre a Revolução Brasileira, pois ele não apenas tomou parte de organizações de esquerda que lutaram pela revolução socialista no País, como foi um dos seus principais formuladores. É com esse intento que buscamos recuperar, no presente capítulo, de forma parcial e aproximativa a trajetória das organizações revolucionárias brasileiras nos anos 1960. Primeiramente porque, se Marini (2000, 2011, 2012) reivindicou um rompimento com as diretivas do PCB e do Partido Trabalhista – PT, representantes do reformismo e do populismo respectivamente (REIS, 2006), tal fato não significou que ele tenha passado ileso às formulações dessas organizações. **Segundo fato: existem novos estudos que trabalham com o recorte em questão (desenvolvimento e ação de grupos políticos de esquerda durante os anos 1960) apresentando novas descobertas, novos laços de ordem programática e prática entre as organizações, que reputamos importantes para serem aqui incorporados.** O terceiro e último motivo diz respeito à recuperação das trajetórias de lutas de grupos revolucionários e reformistas no cenário brasileiro que precede e escorre por todo o período da ditadura militar.

Nesse contexto, existe um complexo jogo político no qual movimentos revolucionários e reformistas coexistiram. Mais do que isso, suas bandeiras se confundiram em ligação íntima com o passado político brasileiro nos anos 1930, 1940 e 1950. Um exemplo desses princípios difusos são os ideais democráticos (a ideia de “democracia” ganhou destaque entre as esquerdas brasileiras após a 2^o Guerra Mundial, ao ser tomada como oposição aos ideais fascistas).

As esquerdas no Brasil, de seu lado, e até meados dos anos de 1970, tenderam a privilegiar, em seus programas e lutas, questões relativas à justiça social e a soberania nacional...conformou-se uma cultura política nacional-estatista: o trabalhismo e o comunismo foram expressões e fatores dessa cultura, e não gratuitamente constituíram-se como as principais forças de esquerdas até 1964...a autêntica democracia, para existir, teria, como pré-requisitos, a igualdade social e a ‘segunda’ independência, a real e efetiva, a econômica...as esquerdas deveriam lutar por reformas e, se fosse o caso, pela revolução, para ganhar igualdade e a soberania (REIS, 2006, p. 12).

Essas propostas baseavam-se em princípios aparentemente emancipatórios, no entanto enfrentavam, especialmente no caso do Brasil, conformações históricas contraditórias:

[...] os grandes avanços sociais e nacionalistas não tinham sido promovidos pela ditadura (do Estado Novo). E retomados, entre 1951 e 1954, por Getúlio Vargas, o ex-ditador? E por seu herdeiro, Jango, entre 1961 e 1964? Em sentido inverso, as bandeiras democráticas, não eram elas o monopólio das forças mais retrógradas e reacionárias (tradição udenista e oligárquica), que as agitavam com claro sentido instrumental? (REIS, 2006, p 12).

Essa contradição não poderia se perpetuar sem gerar intensos debates entre os movimentos de esquerda. Esse contrassenso alcançará seu limite no governo de Goulart (1961-1964) no qual os setores conservadores ficaram apavorados com a plataforma das Reformas de Base que alterava o estatuto da propriedade rural no Brasil. Também a penetração do ideário trabalhista do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT nas diretivas governamentais, guiados pela aliança entre o Partido Comunista Brasileiro – PCB e parte de uma burguesia industrial urbana progressista. Esses elementos iriam se chocar com a ameaça de criação de uma República Sindical. Inevitavelmente as classes sociais e os grupos ligados a elas iriam se movimentar a favor e contra os novos elementos sócio-históricos postos.

É dessa atmosfera de reflexão e intervenção como elementos indissociáveis do que fazer militante que nasce o que ficou mundialmente conhecido como Escola da Dependência. Essa escola se caracterizou como um espaço de múltiplas reflexões e interpretações tanto sobre o subdesenvolvimento quanto sobre a espoliação dos países do Terceiro Mundo, em geral, e da América Latina, em particular, pelo capitalismo internacional (STEDILE, TRASPADINI, 2010, p.8).

Para termos maior substância argumentativa, necessitamos expor alguns elementos conjunturais sobre a esquerda brasileira nos anos 1960. Segundo Reis, Sá (2006), os novos grupos surgidos a partir do fracionamento dos grandes partidos de esquerda foram denominados por alguns estudiosos: “nova esquerda”; essas organizações partem de um processo de fracionamento dos movimentos revolucionários em meio a uma intensa centralização do Estado que se tornava cada vez mais burocratizado e partia

para o controle político de diversas instâncias da sociedade civil. Isso se deve a agressiva hegemonia do capital internacional associado ao bloco dominante. O Golpe Civil-Militar de 1964¹ era a materialização desse projeto. A esquerda, desmoralizada por esse processo e sem ter conseguido implementar um plano de ação que revertesse a situação, se dispersaria. O desencantamento das organizações daí surgidas deu suporte a ações práticas que proporcionassem resultados imediatos contra o poder recém-estabelecido. Esse era um dos principais caminhos de reorganização da Nova Esquerda. Juntaram-se a isso as experiências de luta armada na América Latina e ao redor do globo. No fim, a juventude revolucionária via na luta armada no campo, portanto no fator militar, um importante instrumento de radicalização de suas pautas, assim como uma importante resposta ao grau de burocratização que os grandes Partidos de esquerda haviam atingido.

[...] todas estas proposições apresentavam-se como alternativa aos laboriosos pactos políticos anteriores a 1964 e aos processos de lutas populares e manifestações pacíficas de pressão política aos poderes constituídos, dentro da lei e da ordem. As mensagens de revolução cubana e da revolução chinesa caíam como uma luva nas mãos impacientes por apertar gatilhos da Nova Esquerda (REIS, 2006, p. 23).

Posto isto, é importante pontuar que os conchavos entre a burguesia e a classe trabalhadora em um projeto de aliança governamental, não se objetivaram sem sofrerem abalos; e eles começam efetivamente a se alinhar anteriormente, em fevereiro de 1961.

Marco na Nova Esquerda, reuniu-se, em Jundiaí, o 1º Congresso da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop). Essa Nova Esquerda apresentava uma multiplicidade de organizações. Dos cinco troncos apontados por Reis (2006), importa-nos citar pelo menos dois:

O primeiro é formado pela ORM-Polop e pelas organizações que se formaram sob sua inspiração ou derivadas de suas cisões e dissidências: os Comandos de Libertação Nacional (Colina); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que integraria também elementos provenientes do Movimento Nacionalista Revolucionário

¹ Segundo o historiador Daniel Arão Reis, o termo Golpe Militar se tornou ultrapassado pois já existem diversas fontes documentais que comprovam a participação de diversos setores da sociedade civil no surgimento e posterior estabilização do Governo Militar. Dessa forma, objetivando ser mais preciso, optamos por utilizar o termo Golpe Civil-Militar.

(MNR), inspirado pela corrente política liderada pelo então Deputado Leonel Brizola; o Partido Operário Comunista (POC), resultante da fusão da ORM – Polop com a Dissidência Comunista do Rio Grande do Sul, originária do PCB. Do POC, abalado por golpes de repressão e por dissensões internas surgiria a Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), da qual se destacaria pouco depois a Fração Bolchevique, e a tendência Combate do POC, formada no exterior e que não conseguiria êxito em suas tentativas de implantação no Brasil (REIS, SÁ, 1985, p.20).

Quanto à fragmentação do PCB, essas se acentuariam após 1964:

As divergências no interior do PCB, posteriores a 1964, provocariam o surgimento de um novo tronco, subdividido ainda no processo de luta interna em duas seções: as Dissidências e a Corrente. As Dissidências gerariam várias organizações regionais. Registramos as mais significativas: a do Rio Grande do Sul se integraria à ORM-Polop para formar o POC; a de São Paulo ingressaria na Ação Libertadora Nacional (ALN); a da Guanabara formaria a Dissidência Comunista da Guanabara (DI – GB), que, mais tarde, assumiria o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), liquidado pela repressão em 1969 e que teria seu nome retomado pela DI – GB. A corrente daria origem ao Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR) e à Ação Libertadora Nacional (ALN), na qual surgiria o Movimento de Libertação Popular – Molipo (REIS, 1985, p.21).

Tratando especificamente da organização revolucionária na qual Ruy Mauro militou, neste contexto extremamente fragmentado, estabelecemos algumas considerações. A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – Polop) organizou quatro congressos até sua transformação em Partido Operário Comunista – POC, em 1968 após os “rachas” decorrentes do IV Congresso realizado em 1967. Antes, é importante citar que a sigla Polop derivou de sua publicação mais relevante, a “Política Operária”. Esta publicação começou a circular em fins do ano de 1960 como um boletim mensal. Em 1961, foi transformado em trimestral. Tornou-se, finalmente, jornal semanal a partir de dezembro de 1963. A organização também teve participação no debate sobre a revolução brasileira com a série Aonde Vamos? Seriam quatro textos publicados entre abril de 1966 e julho de 1967. Esses documentos somados ao “Programa Socialista para o Brasil” foram fundamentais à propagação do ideário socialista, com efeito, entre as dissidências do PCB (REIS, SÁ, 2006).

Marini (2011), em Memorial escrito em 1990, ressaltava como foi seu primeiro contato com a POLOP:

[...] ainda na França [...] onde Marini residia desde 1958 [...] a tomar contato com o grupo que editava no Brasil, a revista Movimento Socialista, órgão da juventude do Partido Socialista (que publicou um artigo meu, em que ajustava contas com o nacional-desenvolvimentismo), em particular Eric Sachs, com o qual eu viria a estabelecer, no meu regresso, uma grande amizade e cuja experiência e cultura política me influenciaram fortemente. Esse grupo, com suas principais vertentes no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, constituirá, mais adiante, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) (MARINI, 2011, p. 61).

Dando continuidade, no documento emitido pela Polop em 1967, de título Programa Socialista para o Brasil, são abordados muitos aspectos do que viria a ser aprofundado no primeiro livro de Ruy Mauro Marini, intitulado Subdesenvolvimento e Revolução, publicado em 1969. O referido documento faz uma análise conjuntural do desenvolvimento capitalista mundial incluindo uma primorosa análise do Brasil nesse movimento, examinando principalmente o processo de industrialização do país durante os anos 1950. Dessa maneira, se temos como um dos objetivos do trabalho situar as credenciais teórico-políticas de Ruy Mauro, faz-se coerente citar o debate que circulava em sua organização após seis anos de existência.

Tratando primeiramente da situação mundial, a Polop afirmava que a Revolução Soviética de 1917 havia espalhado o ideário socialista nos diversos continentes do mundo e era otimista com relação ao progresso das iniciativas revolucionárias durante o ano de 1967: “Hoje, um terço da humanidade está libertada da exploração capitalista ou pré-capitalista. Um, entre três seres humanos, vive e trabalha sob sociedades onde se edifica o socialismo.” (REIS, SÁ, 2006, p. 116) No entanto, a Polop afirmava que esse fenômeno gerava um desdobramento das ações imperialistas nas economias centrais. “Para impedir o crescimento do campo adversário, o imperialismo torna-se cada vez mais agressivo.” (REIS, SÁ, 2006, p. 116). Somavam-se a isso novos elementos econômico-políticos. Se no século XIX o capitalismo europeu se desenvolveu vendendo seus produtos fabris em contraponto à compra de matérias-primas e alimentos, no século posterior o imperialismo suplantou tal ação por exportação de capitais. “O capital financeiro das metrópoles imperialistas conseguiu, desse modo, aumentar seus lucros juntando a exploração de seus próprios operários à acumulação da mais-valia produzida pelos trabalhadores dos países coloniais

e semicoloniais” (REIS, SÁ, 2006, p. 117). Ocorre que, segundo a Polop, a exploração imperialista colonial sofreu uma mudança qualitativa com a libertação das colônias, com a abertura de novas competições por mercado. Desse modo o imperialismo europeu teve que se associar ao imperialismo mais forte: o estadunidense. Novas condições geopolíticas foram instauradas: “Hoje não se conta mais com a possibilidade de uma guerra entre as potências imperialistas. O que domina as relações interimperialistas é o sentido de autodefesa em face da revolução mundial.” (REIS, SÁ, 2006, p. 118). Nesse contexto de avanço do capitalismo, a Polop situava as perspectivas para o socialismo: “O próprio fato das revoluções se darem primeiro nos ‘elos mais fracos da cadeia imperialista’ – hoje no mundo subdesenvolvido – nos mostra que o socialismo ainda está em sua infância, necessitando partir das economias mais atrasadas.” (REIS, SÁ, 2006, p. 119). Tal fato era radicalizado pelos investimentos que as economias socialistas tiveram que fazer em seus mecanismos de defesa, isso associado à enorme burocratização que o Estado socialista realizou para limitar o assédio imperialista. “O internacionalismo proletário, visando a unidade da revolução mundial, foi substituído pela submissão dos partidos dos países capitalistas aos partidos já no poder.” (REIS, SÁ, 2006, p. 119). Esse era um dos elementos mais relevantes de cunho geopolítico presente no documento. No fim, a associação imperialista resolvia seus conflitos recorrendo às potências mais fracas do mercado mundial e, com isso, o capital estadunidense penetrava cada vez mais em toda a economia capitalista (REIS, SÁ, 2006). Essa afirmação é fundamental para apreendermos à frente a categoria marinista: subimperialismo.

Esse era o contexto de expansão imperialista durante o pós-Segunda Guerra:

Com o desenvolvimento do pós-guerra, o sistema imperialista entrou na fase da cooperação antagônica. Trata-se de uma cooperação visando à conservação do sistema e que tem a sua base no próprio processo de centralização do capital, e que não elimina os antagonismos inerentes ao mundo imperialista. A cooperação prevalece e prevalecerá sobre os antagonismos. Mesmo a rebeldia francesa em seu ponto mais extremo não põe em xeque a cooperação antagônica; visa, em última análise, melhores condições dentro da associação imperialista mundial (REIS, SÁ, 2006, p. 118).

Além de outros aspectos, o documento da Polop expõe que a necessidade de aumentar os níveis de produtividade com a importação de maquinaria moderna exigiu do país a desvalorização real dos salários dos trabalhadores a partir de mecanismos inflacionários. O objetivo dessa ação era desvalorizar a moeda a ponto de tornar competitivo o preço dos produtos no âmbito internacional e fornecerem divisas a modernização do parque industrial nacional. Esse manejo cambial terá como consequência, também, a desvalorização do valor da força de trabalho com a compressão real das taxas de renda dos trabalhadores.

Em 1952, um operário comum recebia um salário correspondente a apenas 84% do que recebia um seu camarada em 1914. E, mesmo no período de euforia desenvolvimentista – entre 1955 e 1959 – enquanto a produtividade do trabalho aumentou em 37%, o lucro bruto dos empresários cresceu de 76%, a elevação do salário real ficou por volta de 15% (REIS, SÁ, 2006, p. 125).

Dessa reflexão podemos retirar que a elevação das taxas salariais não era proporcional ao aumento dos níveis de produtividade dos trabalhadores, pelo menos nesse caso. Somam-se a isso os elementos regressivos da questão agrária herdados do período colonial, como por exemplo: em 1960 havia uma concentração de propriedade gigantesca em que 2,2% das unidades agrícolas representavam 59,02% das terras ocupadas (REIS, SÁ, 2006). Dessa maneira o trabalhador do campo era tensionado a vender sua força de trabalho por preços baixíssimos já que era desprovido dos meios de produção. No fim, a grande concentração da propriedade estimulava uma exploração elevada dos trabalhadores do campo, o que não excitava a substituição dos homens por máquinas no campo. Nessa conjuntura, o pequeno proprietário (minifúndio) representava uma parcela miserável da população que não conseguia prover sua própria subsistência. Segundo dados da época:

[...] 89,39% dos estabelecimentos ocupam 20,2% da área total, sendo que mais da metade daqueles 89,39% é constituída de propriedades de menos de 20 ha, ou seja, de estabelecimentos em geral insuficientes para a manutenção de uma família camponesa [...]. ” (REIS, SÁ, 2006, p. 126).

Segundo o documento da Polop, isso é um prejuízo ao desenvolvimento capitalista do país, pois a lei de acumulação capitalista pressupõe a subordinação de todos os meios de produção. Isso não ocorreu com os

produtos da terra no Brasil, pois os grandes proprietários se transformaram em especuladores e inverteram a lógica capitalista da lucratividade (REIS, SÁ, 2006). Segundo a Polop, existiam elementos históricos que justificavam esse “panorama produtivo”. O primeiro elemento é que o capital industrial surgiu atrelado ao modelo agroexportador, nunca tendo se desprendido dessa estrutura. Assim, o que se viu foi a maturação de uma complementaridade entre dois setores aparentemente antagônicos: a nascente indústria e as grandes fazendas monocultoras-exportadoras. Ocorre que se essa estrutura foi útil ao desenvolvimento industrial gerando uma acumulação de capital em um primeiro momento (fonte de divisas para a nascente indústria). Posteriormente foi um empecilho, pois mantinha uma taxa de produtividade baixa no campo, impedindo a expansão do capital. No fim, o capital auferido na atividade industrial foi, em parte, assegurado à compra de excedentes pertencentes ao grande latifundiário, amparando-o nos momentos mais difíceis (um exemplo seria a intensa oscilação do preço do café na transição dos anos 1940 para os anos de 1950, prejudicando a pauta de exportação). Dessa maneira, a Polop afirmava que os lucros auferidos na indústria amparavam o sangramento do latifúndio monocultor.

Mesmo com este panorama, a Polop sinalizava em seu documento uma propensão ao desenvolvimento revolucionário partindo do campo. Segundo eles, já havia uma capitalização no campo para construir uma unidade programática entre os trabalhadores do campo e da cidade. Isso se deu porque:

A aliança que se fez entre a burguesia e o latifúndio fez-se acompanhar da identidade de interesses entre os trabalhadores da cidade e do campo, criando as condições sociais para a aliança entre operários e camponeses...a base econômica da produção agrícola brasileira – latifúndio do café, do açúcar, do algodão, do cacau etc. – pelo grau de capitalização realizado já [...] oferecia [...] as condições para a sua transformação em grandes unidades coletivas (REIS, SÁ, 2006, p. 127-128).

A partir desse apontamento polêmico, a Polop dá mais elementos à “questão agrária.” Nos lugares em que tais condições de desenvolvimento não fossem detectadas, a posse da terra pelos camponeses, acompanhada de formas de cooperativas, realizariam a destruição do latifúndio. Nesse contexto,

um elemento agregador seria a nacionalização da terra: "...isto é, a passagem para as mãos do Estado da renda da terra. A nacionalização da terra não impede ainda a existência de pequenas propriedades privadas sobre ele, mas impede o arrendamento privado da terra e a utilização da terra para fins especulativos" (REIS, SÁ, 2006, p. 128)

Outros indicativos presentes nos documentos da Polop sinalizam, também, para a categoria trabalhada mais tarde por Marini – a do subimperialismo. Segundo a organização, era importante salientar que o imperialismo adentrou no Brasil aproveitando-se da estrutura colonial do país. Temos aí uma diferença qualitativa de ordem decisiva. O processo de acumulação de capitais nos países centrais entrou em sua fase imperialista a partir de meados do século XIX. Isso se deu em um período determinado, quando o processo de acumulação de capitais fazia-se em proporção bem maior que o ritmo de sua absorção interna, restando a aplicação externa de capitais. Ou seja, o capitalismo dos países centrais sentia a necessidade de ultrapassar as fronteiras nacionais no século XIX através da conquista de novos mercados e exportação de capitais para esses novos mercados.

No Brasil, a burguesia surge tarde no cenário internacional, numa quadra histórica em que as burguesias mais avançadas já haviam promovido sua acumulação primitiva de capital e já iniciavam um processo de expansão de seus capitais. Portanto os capitalistas dos países centrais já haviam se lançado a dominação de mercados mundiais no século XIX. Nossa burguesia, para auferir lucros em proporção parecida, teve que se associar ao capital imperialista (REIS, SÁ, 2006).

[...] os períodos de maior crescimento industrial no Brasil [...] foram [...] os períodos de maior penetração do capital imperialista. Em 1960 era de 90% o controle estrangeiro sobre a indústria automobilística, 82% sobre a eletricidade, 70% sobre a de máquinas etc, e tudo indica que os números tenham crescido de lá para cá. (REIS, SÁ, 2006, p. 129).

Assim se concretizava uma das ânsias da burguesia nacional: o aumento de sua produtividade. Só que isso ocorreu através da incorporação de maquinário obsoleto ao processo de produção dos países centrais. Por tais motivos, ainda segundo a Polop, o projeto de nação brasileira forte e competitiva estava atrelado à dependência estrutural dos setores mais

avançados da economia nacional em relação com o capital financeiro e industrial imperialista. “Por isso, o ‘nacionalismo’ só é usado [...] pela burguesia nacional [...] como arma de pressão para obterem mais vantagens na associação com o imperialismo. Mas o domínio imperialista mesmo não é, nem pode ser, por eles contestado.” (REIS, SÁ, 2006, p. 129) Como essa dependência para com os países centrais deixa os países periféricos com uma baixa capacidade de autonomia, a remessa de lucros auferidos no mercado nacional para o estrangeiro se torna uma necessidade interna do próprio processo de acumulação de capital, assim diz o documento: “No período de 1947 a 1960, as entradas, de 2 bilhões e 369 milhões de dólares, ainda ficaram abaixo das saídas em cerca de 1 bilhão e 100 mil dólares.” (REIS, SÁ, 2006, p. 130)

Outro elemento importante é que a industrialização da economia nacional acentuou o seu processo de monopolização. Segundo a Polop, o aumento da capacidade produtiva industrial aumentou a desproporção relativa entre a capacidade produtiva dos monopólios e a capacidade aquisitiva do povo brasileiro (REIS, SÁ, 2006), ou seja, o aumento da participação de capital fixo aumentou os níveis de desemprego. Segundo a Polop: “o avanço técnico [...] limitava [...] as possibilidades de emprego destas populações [...] de países periféricos [...] que, em boa parte, vão se constituir nos aglomerados miseráveis das favelas e mocambos.” (REIS, SÁ, 2006, p. 130). Isso somava-se à ocorrência de preços de monopólio, causado pelas restrições produtivas impetradas pelo capital industrial imperialista em âmbito internacional. Ainda de acordo com a Polop, os monopólios estavam:

Controlando a oferta dos artigos no mercado, o punhado de trustes que [...] dominava [...] os grandes ramos da indústria – desde a industrialização de alimentos até os remédios [...] manipulavam [...] à vontade os preços, obtendo lucros extraordinários. (REIS, SÁ, 2006, p. 130).

Mais à frente veremos, segundo a letra de Ruy Mauro Marini, que o monopólio nada mais é que um mecanismo de transferência de valor.

Essa “industrialização forçada” fez com que os níveis de produção aumentassem tão rapidamente quanto o processo de estagnação desses

índices. Só que agora existe um crescimento demográfico ascendente. A partir de então o crédito refluuiu, trabalhadores foram dispensados de seus postos, entre outros fatores. Para superar essa situação, um novo nível de exploração precisou ser implementado e essa marcha se intensifica com o governo civil-militar:

Nos anos de 1966 e 1967, justamente como efeito da intensificação da exploração sobre a classe operária e da concentração e centralização de capitais, a produção apresentou relativa recuperação, embora bem diminuta, com taxas de 4,4% e 4,5% (REIS, SÁ, 2006, p. 131).

Para a Polop, essa crise apresentava elementos inéditos até então:

Trata-se assim de uma crise capitalista. A primeira em nossa história que é produzida no interior do próprio sistema. Ao contrário da crise de 1929, por exemplo, que foi um reflexo da depressão na economia estadunidense, essa última desencadeou-se em pleno momento de apogeu da indústria ianque (REIS, SÁ, 2006, p. 131).

Após a apresentação dessas características, a síntese da Polop é que o modo de produção capitalista no Brasil tem como características gerais a carência de mercado interno, a baixa produtividade da agricultura, a sangria de capitais, a inflação e a exploração violenta da classe trabalhadora (REIS, SÁ, 2006). Nesse contexto, os elementos para o enfrentamento das contradições do capital no âmbito nacional se confundem com os mesmos elementos fundamentais no âmbito internacional, o embate entre burguesia e o proletariado em um processo revolucionário que possa sedimentar as bases de um sistema socialista amparado na crítica ao caráter feudal da produção agrícola. Essa produção nada tem de feudal, produz desde a época colonial artigos para o mercado internacional, guiando-se assim, pelo lucro. Mais a frente veremos que Marini (2000, 2011, 2012) irá explicitar melhor quais características fazem o Brasil se inserir no ciclo mundial de acumulação de capital a partir da metade do século XIX, divergindo assim do presente documento, pelo menos nesse aspecto.

Em síntese, a Polop defendia no programa Por um Brasil Socialista, um sistema produtivo no qual os meios de produção pertenceriam à coletividade e a produção fosse planejada de maneira a atender os interesses do trabalhador. Um mundo no qual todos os homens desfrutassem igual e

livremente do progresso e das riquezas comuns (REIS, SÁ, 2006). Existe aqui uma divergência com a bandeira levantada nos anos 1960 por partidos como o PCB. Esse grupo defendia a proposta de que era necessário aprofundar as contradições do desenvolvimento capitalista para somente depois – já com uma sociedade plenamente mercantilizada e industrializada – implantar um programa de formação e ação que promovesse a formação da consciência proletária, e a partir disso o desenvolvimento de uma plataforma socialista. Já a Polop afirmava haver condições para a luta revolucionária já nos anos 1960 e correspondência com os elementos materiais da classe trabalhadora brasileira:

O Brasil dispõe hoje de todas as premissas materiais para seguir esse caminho, acreditava a organização. Dispõe de um parque industrial cuja potencialidade não está sendo aproveitada, dispõe de terras ricas para serem cultivadas racionalmente e possui trabalhadores à procura de trabalho. Tirados esses meios de produção da mão dos capitalistas, latifundiários e especuladores que só visam lucros e dividendos, os recursos do povo brasileiro estão em condições de assegurar uma riqueza e um bem-estar comum inimagináveis na nossa sociedade baseada na exploração (REIS, SÁ, 2006, p. 133).

A Polop também sinalizava que a velha sociedade capitalista exploradora era um empecilho ao progresso histórico da humanidade e o desenvolvimento desse modelo no Brasil acentuou as contradições entre “[...]o capital e o trabalho, ou a burguesia (nacional ou estrangeira) e o proletariado.” (REIS, SÁ, 2006, p. 134). Sendo assim, o caminho reformista não era uma alternativa para a sociedade brasileira. No que correspondia a organização Polop, não havia espaço para a política formal:

[...] o monopólio exercido pela burguesia pelo seu poder econômico e representativo por intermédio de rádios, TV, jornais etc., e a ajuda do voto de cabresto fornecido pelos latifundiários, permitiu sempre as classes dominantes eleger seu congresso, dócil aos seus interesses e hostil às aspirações das massas trabalhadoras...tirado o direito de voto a analfabetos e soldados, retirando o direito de disputar as eleições aos comunistas, a democracia burguesa foi sempre uma democracia para a burguesia e uma ditadura real para os trabalhadores. [...] (REIS, SÁ, 2006, p. 135).

Essa posição não desprezava o papel do Estado como espaço de disputa de projetos societários: “[...] o proletariado não pode desistir, de todo, do Estado. O proletariado no poder terá de assegurar o seu domínio contra a resistência das velhas classes exploradoras que fomentarão a contra-revolução

[...]” (REIS, SÁ, 2006, p.136). Sendo assim, a Polop já detectava a particularidade da questão social brasileira e propunha uma saída, a luta revolucionária na qual os camponeses teriam um papel fundamental.

Recapitular esses elementos é essencial, pois segundo Marini (2000; 2011; 2012), a teoria da dependência não surge como uma alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal, ela tem raízes nas concepções que a “nova esquerda”, em especial no Brasil, estava estabelecendo. A Cepal só aparecerá nos debates dos dependentistas em um segundo momento, especificamente quando os comunistas que haviam se direcionado mais ao estudo da história e secundarizado a economia e a sociologia passaram a se apoiar nas

[...] teses cepalinas da deterioração dos termos de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional [...] (STEDILE, TRASPADINI; 2011; p. 64).

A passagem acima, extraída do memorial escrito por Ruy Mauro conflui com outra passagem do mesmo documento onde Marini (2000, 2011, 2012), enquanto representante da nova esquerda, está claramente “polemizando” as teses do PCB, na sua letra:

Contra-pondo-se a isso, a “nova esquerda” caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a ideia de predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista. Foi no Brasil da primeira metade dos anos de 1960 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que sugeriram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia cepalina – não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados, de alguma forma, ao Brasil (STEDILE, TRASPADINI; 2011; p. 64).

Esse novo quadro social, no qual essa nova intelectualidade estava inserida, culminou com a primeira greve de docentes universitários da qual se tem notícia, ocorrida na UnB em 1963. Após o Golpe Civil-Militar de 1964, Ruy Mauro se exila no México onde integra o corpo editorial da revista Foro Internacional, publicando em 1965 o artigo Contradiciones y conflictos en el Brasil que assimila o Golpe Civil-Militar as contradições internas da formação

sócio-histórica brasileira, ao contrário da perspectiva que tomava como elemento delineador, unicamente as diretivas imperialistas norte-americanas. A partir de então a trajetória de Ruy Mauro ganha novo fôlego crítico e os estudos a respeito dos países dependentes passa a ser central.

4.2.2 Dependência: rupturas e continuidades

Nessa seção daremos início ao estudo do pensamento de Ruy Mauro Marini a partir de suas próprias proposições. O objetivo de tal incursão é situar a contribuição do sociólogo em meio a outros autores. Aqui iremos “extratar” suas principais considerações com a finalidade de apreender os elementos particulares da formação sócio histórica brasileira.

Segundo Marini (2011), o fundamento da dependência está no período colonial. No entanto é um equívoco no qual Gunder Frank incorre ao afirmar que esse período já comporta relações de dependência em um mesmo nível que o século XX. Existem mediações inéditas que conferem originalidade a esse centenário, muito embora não excluam sua característica de continuidade com a época anterior - continuidade, no entanto, eivada de rupturas e são estas rupturas que ocasionarão o surgimento da dependência tal como teorizada por Marini (2011).

É pertinente uma breve referência a André Gunder Frank cujo nome se constitui em um dos principais pilares da chamada “Escola da Dependência”. Seu livro: *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* publicado em 1965 influenciou muitos jovens pesquisadores ao tratar da formação histórica do Chile e de sua articulação com o papel que a América Latina detinha no processo de reprodução capitalista em escala global, tudo em íntima ligação com a categoria “subdesenvolvimento”. O conceito de subdesenvolvimento, que aplicou ao longo de sua trajetória intelectual através de parcerias com outros estudiosos no Oriente Médio, na Ásia e na África gerou alguns desafios nunca concretizados pela própria inviabilidade editorial da época, como o volume I de “Teoria é História” (coletânea de 88 textos) com aproximadamente mil páginas (finalizada, mas nunca publicada) (Frank, 1977).

Frank (1977) citava Mao Tse-Tung (Sobre a Contradição) e sua proposição seminal onde coloca que um mesmo calor externo não causa nenhum efeito imediato a uma rocha, no entanto, aplicado em um ovo pode fazer nascer um pinto (TSE-TUNG apud FRANK, 1977). Esse tipo de reflexão o fez afirmar que são as contradições internas de cada fenômeno que oferecem vitalidade à pesquisa científica. Portanto, o elemento que influencia a dinâmica de classes de cada local é a determinação do modo de produção interno (a cada país, região, continente...) sobre a determinação das relações externas de troca e não o contrário (ARRIGHI apud FRANK, 1977). Ainda em seu diálogo com os apontamentos de Samir Amim², Frank (1977) aceitaria a crítica deste ao seu trabalho. Segundo o dependentista egípcio, Frank (1977) estava analisando as dependências da África, Oriente Médio e América-Latina de maneira separada, estaria portanto negligenciando os estágios históricos de cada região e não poderia compreender os motivos de a América-Latina ter sido incorporada ao capitalismo no século XVI, enquanto parte da África realizou o mesmo processo no século XX (AMIN apud FRANK, 1977). Assim, podemos concluir que, posteriormente, Frank (1977) daria ainda mais atenção aos aspectos globais da reprodução capitalista.

Ruy Mauro Marini é tributário desses esforços. A preocupação de Frank (1977) sempre foi a de utilizar o estudo histórico para perseguir problemas atuais e não passados e para tanto, elaborar “[...] uma teoria e uma análise capazes de situar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista numa escala integrada em nível mundial.” (FRANK, 1977, p. 8) Ocorre que Gunder Frank, ao adotar em suas obras a perspectiva de estudo braudeliana³, sempre optou por estudar grandes recortes históricos e isso se dá por posicionamentos teóricos bastante sólidos. Segundo Frank (1977):

² Talvez o maior nome da Teoria da dependência no Oriente Médio (de origem egípcia). Compõe junto a Paul Baran (1986), Emmanuel Wallerstein e André Gunder Frank (1977) os nomes mais conhecidos dessa corrente teórica: Teoria da Dependência.

³ Fernand Braudel (1902-1985) foi um dos principais nomes da chamada “Escola dos Annales” durante os anos 1950-1960. Ao trabalhar com fontes de pesquisas até então pouco utilizadas pela pesquisa histórica, deu novo fôlego as questões historiográficas. Seu livro mais influente, no que tange a formação dos dependentistas, foi: *Civilização e Capitalismo* (publicado no intervalo de 1949 a 1966).

O processo histórico da acumulação do capital e do desenvolvimento capitalista ocorreu em fases ou estágios. Decerto, essas fases não tem uma existência independente do próprio processo, nem o processo existe sem suas fases (FRANK, 1977, p. 45).

Portanto não é um elemento “formal abstrato” como o Estado que será o vetor privilegiado da ascensão capitalista nos países industrializados ou desindustrializados.

[...] o capital não transgrediu, demasiadamente, as fronteiras estatais para tornar-se internacional nos últimos anos, na medida em que o próprio Estado nacional formou-se há tempos como um subproduto e um servo do capital, cuja a existência e acumulação já eram – e, certamente, começaram assim – ‘internacionais’ antes que o Estado tivesse nascido (FRANK, 1977, p. 35).

Frank (1977) complexifica sua leitura ao entender que o ciclo de acumulação capitalista se desenvolve de maneira irregular e depende decisivamente do grau de desenvolvimento das forças produtivas em cada local em um tempo histórico determinado, inclusive tencionando diversas regiões do continente europeu.

O processo de acumulação irregular e desigual foi tanto a causa como consequência de uma crescente diferenciação das forças produtivas e das relações de produção; e tal diferenciação, por sua vez, foi causa e consequência e uma diversidade na composição e interesses das classes [...] no entanto [...] variações relativamente menores nas circunstâncias produtivas e sociais entre a Europa Ocidental e Oriental, na última Idade Média, permitiram todavia (ou, na expansão economia do século XVI), resultaram em um declínio da servidão e um desenvolvimento de certas manufaturas em algumas partes do Ocidente, enquanto geraram ou reforçaram uma classe de latifundiários no Oriente, cujos interesses se opunham a um desenvolvimento do tipo ocidental, orientando-se ao contrário no sentido da exportação de matérias-primas para o Ocidente; na ausência de uma oposição urbana suficiente, essa classe teve êxito em forçar o campesinato a uma ‘segunda servidão’[...] (FRANK, 1977, p. 51-52).

Na análise de estudo de Marini (2000; 2011; 2012) observaremos que em um esforço similar, Ruy Mauro adotou uma perspectiva metodológica distinta em ressaltar os fatores particulares de cada período histórico de sua pesquisa. Para isso, Marini (2000; 2011; 2012) era bastante criterioso na divisão temporal de suas colocações e trabalhou com recortes históricos relativamente pequenos se comparado a Frank (1977).

Cabe aqui fazermos uma rápida incursão sobre o debate de Ruy Mauro e Gunder Frank. Procurando expor as novas determinações da dependência brasileira, Marini (2011) discorre sobre o fim do ciclo do ouro que incorreu em

uma mudança qualitativa nas cadeias produtivas brasileiras com a incorporação da produção de bens primários. Daí provém a originalidade de um tempo histórico posterior (século XX). Um fato histórico que marca sua argumentação é que a partir dos anos 1840, a Inglaterra deu início a um processo de incremento de exportações que durou até a primeira guerra:

[...] a partir de 1840-1850 começa a verdadeira expansão do comércio exterior (da Inglaterra); [...] a luta da burguesia de Manchester pela abolição das Leis do Trigo, ocorrida em 1846 (que protegia a aristocracia rural, e ameaçava as exportações têxteis) foi um fator fundamental [...] desde 1860, as exportações representam 14% da renda nacional [...] nos anos que precedem a guerra de 1914-1918 as exportações alcançaram ao redor de 40% da renda nacional [...] a Inglaterra começará a depender cada vez mais do estrangeiro para sua subsistência [...] (BAIROCH apud MARINI, 2011, p. 135-136).

Esse elemento é um forte indício de que as economias industrializadas buscaram mercados menos desenvolvidos para servir ao abastecimento de seu sistema produtivo, induzindo-os à produção de bens primários. Importante citar que até esse ponto, a balança comercial brasileira é deficitária e que junto ao incremento de exportações, cresce o serviço da dívida externa que nos anos 1860 representava 50% do saldo, se elevando para 99% na década seguinte e progredindo nos anos posteriores. “Entre 1902-1913, enquanto o valor das exportações aumenta em 79,6%, a dívida externa brasileira cresce em 144,6%, e representa em 1913, 60% do gasto público total.” (J.A. BARBOSA-CARNEIRO apud MARINI, 2011, p. 134).

Para Frank (1977), esse é um elemento crônico da reprodução capitalista e pode repousar inclusive em períodos específicos de maturação de capital nos países “protótipos do capitalismo” como a Inglaterra em épocas anteriores ao desenvolvimento industrial. Para o teórico isso é decorrente de crises econômicas. Acontece que elas (as fases e crises) apresentam diferentes características, cada um dos seus ciclos não tem uma existência separada de cada evento que as compõem. Isso obriga o pesquisador a escolher entre padrões de regularidades e padrões de desigualdades e quais ciclos serão avaliados para observação, o que depende do objetivo de cada investigação. Assim, Frank (1977) argumenta que as oscilações no ciclo de acumulação capitalista parecem estar ligadas a invenções tecnológicas ou modificações nas relações de produção associadas às chamadas longas

flutuações (de 50 anos, por seu turno, associadas ao nome do estudioso Kondratieff) – e em alguns momentos (em especial no século XIV) a oscilação na produção de prata e ouro (FRANK, 1977).

Então qual a justificativa de Frank (1977) para estudar a existência de um padrão que o obrigue a utilizar períodos de análises tão extensos? Em nossa leitura, esse elemento se encontra nas crises que as sociedades de classe inevitavelmente constroem.

[...] em cada crise econômica importante, o processo de acumulação volta a depender significativamente e criticamente de um grande aumento da superexploração e da chamada acumulação primitiva. Essa aparente tendência parece se refletir, após 1760, na rápida aceleração do movimento de cercamento na Grã-Bretanha (descrito no *Deserted Village* de Oliver Goldsmith) e na pilhagem de Bengala após a Batalha de Plassey, em 1757, na Índia. [...] (FRANK, 1977, p. 50).

Em nossa apreensão “o ponto” é: uma produção capitalista necessita que produtos relacionados a mercados consumidores relevantes, particularmente gêneros alimentícios, força motriz da reprodução da força de trabalho, portanto da produção de valor, se dirijam à forma assalariada de trabalho. Esse será o critério da exploração e da vitória ou derrota dos capitalistas enquanto produtores individuais, que, em constante competição, lutam para acumular valor em escala mundial. Podem existir produções de gêneros sob formas primárias que não se associem imediatamente ao trabalho assalariado e que contribuam para a acumulação capitalista (ex: a produção de açúcar no século XIV nas ilhas oceânicas). No entanto, a forma de realização desses valores de uso será uniformizada tão logo a necessidade deles seja fundante à realização da acumulação capitalista. A tendência do capital é sempre a de monetarizar as relações sociais, tornando-as impessoais, mesmo em uma cooperativa. A necessidade da organização é trabalhar para que obtenha dinheiro para a manutenção de sua estrutura física e para reprodução biológica de seus integrantes. Nesse sentido, a constituição dos Estados nacionais é uma abstração central.

Concluimos que Marini (2011) distingue acertadamente o incipiente surto econômico brasileiro derivado de uma economia estritamente extrativista e o interpõe a um período no qual o processo produtivo dos países centrais gerou

tantas mudanças qualitativas que reverberaram nos países periféricos, condicionando-os a reverem seus sistemas de produção. Isso é uma distinção elementar entre a Colônia brasileira e o Brasil da segunda metade do oitocentos. Pois “[...] é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho [...]” (MARINI, 2011, p. 136).

Vê-se, dessa forma, que o surgimento da grande indústria na Inglaterra condicionou a inserção das antigas colônias latino-americanas e o Brasil, por excelência, nas malhas do mercado mundial como fornecedores de produtos alimentícios e matérias-primas imprescindíveis ao processo de Revolução Industrial. Essa ideia é de mais alta importância porque mostra que é o próprio desenvolvimento do capitalismo nos países clássicos, tendo a Inglaterra à frente, que põe as necessidades e condições da divisão internacional do trabalho. Noutras palavras, a emergência da grande indústria nos países clássicos e a expansão comercial dos produtos manufaturados ingleses, principalmente para o mundo, condicionou o lugar e a função que várias nações desempenhariam no desenvolvimento capitalista e do mercado mundial, cabendo aos países latino-americanos a especialização em atividades extrativas e da agricultura.

4.2.3 O papel da dependência no desenvolvimento industrial

Aprofundando nossas reflexões sobre o fenômeno da Revolução Industrial, Hobsbawm (2013) assinala que esse acontecimento teve relevância social tardia na Inglaterra (a literatura, os movimentos sociais e as plataformas de ações coletivas só incorporaram esse acontecimento posteriormente, na década de 1830). O fato existia antes do termo. No entanto o que importa é que por volta de 1780 “[...] foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas” (Hobsbawm, 2013, p. 59). Não era um movimento que possuía um início e fim, sua pretensão era a “expansão infinita.” Hobsbawm (2013) salienta que a revolução industrial não aconteceu na Inglaterra por conta de sua superioridade tecnológica ou científica. Se isso fosse um elemento importante, teria acontecido na França, país que tinha tradição na produção de conhecimento nas ciências naturais e na economia com os

contabilistas fiscais (Quesnay, Turgot). Com a produção de inventos mais originais: tear de Jacquard, em 1804, e navios mais sofisticados.

No entanto, o surgimento da indústria na Inglaterra tem um forte componente político e econômico onde a:

[...] mais de um século se passara desde de que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado...desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental [...] desde que [...] A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária...tinha sido encontrada na prática [...] portanto [...] A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais...aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrusas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBBSAWM, 2013, p. 63).

Retiramos dos apontamentos de Hobsbawm (2013) outro elemento que impediu a França de ganhar a dianteira no processo de industrialização: na França o “relativo conforto de seu campesinato e de sua pequena burguesia [...] destituíram a indústria da necessária injeção de mão de obra” (HOBBSAWM, 2013, p. 91). Cabe salientar que grande parte do século XVIII foi para a Europa um período de expansão e prosperidade econômica graças à expansão do capital comercial (HOBBSAWM, 2013). No entanto, para se sedimentar a indústria precisava se livrar da figura do comerciante que vive da compra de produtos por “x” e de sua venda por “x+1” e que dialeticamente deu origem à “acumulação primitiva” para a maturação posterior do capitalismo (MARX, 2013).

É necessário que a indústria ofereça recompensas excepcionais para os seus proprietários. Dessa forma sua expansão poderia aumentar rapidamente e isso foi alcançado, primeiro “[...] por meio de inovações simples e razoavelmente baratas, e, segundo, [...] por [...] um mercado mundial amplamente monopolizado por uma única nação produtora” (HOBBSAWM, 2013, p.66). O caminho foi encontrado pelos fabricantes de mercadorias de consumo de massa da Grã-Bretanha, com efeito, os de produtos têxteis (a invenção da máquina de fiar, o tear movido à água, a fiadeira automática e um pouco adiante, o tear a motor) eram invenções simples que em pouco tempo

compensavam os gastos com sua produção. Os ingleses não deixaram de incorporar esses inventos e isso constituiu um Estado suficientemente forte para, entre 1738-1815, eliminar do mundo não europeu todos os rivais dos britânicos (com exceção dos jovens Estados Unidos da América – EUA). “Entre 1789 e 1848, a Europa e a América foram inundadas por especiarias, máquinas a vapor, maquinaria para (processamento e transformação do) algodão e investimentos britânicos.” (HOBSBAWM, 2013, p. 66). A Inglaterra assimilou, então, que as melhores chances de expansão rápida desse comércio algodoeiro estavam no ultramar (comércio colonial). “Entre 1750 e 1769, a expansão britânica de tecidos de algodão aumentou mais de dez vezes.” (HOBSBAWM, 2013, p. 68). Em termos de venda, a revolução dos primeiros anos da década de 1780 pode ser tratada como a vitória do comércio exportador sobre o doméstico. “A Grã-Bretanha exportava cerca de quatro jardas de tecido de algodão para cada três usadas internamente, e por volta de 1850, treze para cada oito.” (HOBSBAWM, 2013, p. 66-67). Um outro elemento importante na implementação do monopólio britânico foram as guerras na América, na África e na Ásia. Quanto à América Latina, esta se tornou completamente isolada do contato com qualquer outro competidor europeu.

Por volta de 1820, as importações de tecidos de algodão ao empobrecido continente já equivaliam a mais de um quarto das importações europeias do mesmo produto britânico; ao redor de 1840, adquiriu o equivalente à quase metade do que importou a Europa. (HOBSBAWM, 2013, p. 69)

Seguiu-se a desindustrialização da Índia que passou de país exportador de produtos de algodão (quando a existência da Companhia das Índias Orientais) a mercado para produtos de algodão. A avidez por mercados consumidores da Inglaterra se tornara incontrolável, inclusive, pela primeira vez na história da humanidade, representando a submissão do oriente ao ocidente no comércio de mercadorias (com exceção da China) (HOBSBAWM, 2013).

O algodão teve outras vantagens, como toda a matéria-prima vinha do exterior o seu suprimento podia ser expandido pelos métodos radicais da escravidão e áreas de cultivos nas colônias (particularmente os EUA), não atrapalhava os interesses agrários já estabelecidos no restante da Europa. A

outra questão era o “sistema doméstico⁴” (HOBSBAWM, 2013). O setor têxtil (algodão) também era responsável (embora a existência de outras atividades têxteis e de mercadorias de consumo) pela impulsão das inovações químicas, elétricas e técnicas até a década de 1830. Nesse período a única atividade econômica promovida que alcançava o montante de divisas a produção do setor têxtil algodoeiro era a agricultura. No entanto esse último estava em expressivo declínio. A aristocracia rural inglesa levaria, a partir da corrida dos empresários de Manchester por produtos agrícolas mais baratos, sucessivos golpes até perder, a partir dos anos 1840, sua influência política (HOBSBAWM, 2013).

Segundo Marini (2011), o desenvolvimento industrial na Inglaterra e, posteriormente, noutros países europeus e nos Estados Unidos, na esteira da Revolução Industrial, engendrou níveis de especialização em escala mundial. Isso permitiu que algumas nações se especializassem, cada vez mais, na produção industrial, convocando outras a direcionarem sua produção a bens primários e produtos da terra, com o que os países que viviam o evoluir da Revolução Industrial puderam liberar grande parte de sua força de trabalho para as atividades industriais abastecendo-se de produtos agrícolas e matérias-primas por meio da importação dos países dependentes. Eis como os excedentes agrícolas produzidos nos países dependentes forneceram as bases para que a revolução industrial se desenvolvesse, envolvendo grande parte da força de trabalho disponível nos países europeus (na Inglaterra, fundamentalmente). Este processo de especialização retroalimentava os avanços da revolução industrial, por um lado, e, por outro, criava as condições econômicas para que os países europeus passassem a ocupar as esferas superiores das atividades laborais e os países dependentes ficassem com as atividades da base piramidal na divisão internacional do trabalho, assim engendrada pelo mercado mundial (MARINI, 2011).

⁴ Basicamente na Saxônia, Normandia e Inglaterra não eram comum se construir fábricas, mas um sistema no qual os trabalhadores do campo (antigos camponeses), antigos artesãos independentes, nos períodos estéreis do ano trabalhavam matérias-primas em suas próprias casas, com ferramentas próprias ou alugadas entregando sua produção a mercadores que mais tarde se tornariam patrões (HOBSBAWM, 2013).

O segundo estágio, que não é senão a outra face do movimento de interdependência e da divisão internacional do trabalho há pouco aludido, os capitais acumulados e concentrados nos países centrais retornam à América Latina para direcionar seus investimentos em atividades primárias, produzindo e retroalimentando a dependência. É Marini (2011) quem afirma:

É interessante observar que, a partir de um certo momento, as mesmas nações industriais exportarão seus capitais para a América Latina, para aplicá-los na produção de matérias primas e alimentos para exportação. Isso é sobretudo visível quando a presença dos Estados Unidos na América Latina se acentua e começa a deslocar a Inglaterra (MARINI, 2011, p. 137).

De maneira geral, no século XX, a Inglaterra direcionou seus investimentos na América-Latina com a construção de ferrovias e a compra de títulos públicos. Ocorre que com o declínio nesses investimentos, a partir do início do século XX, os Estados Unidos ganham destaque no cenário mundial ao se concentrarem em fundos de mineração, no petróleo e na agricultura (Marini, 2011). Não podemos também desconsiderar que a Inglaterra não assimilou com tanta eficiência os pressupostos da Segunda Revolução Industrial no final do século XIX (de origem tecnológica, com presença massiva de novas fontes energéticas a atividade produtiva).

Tratando especificamente da questão, Baran e Sweezy (1974) afirmam que abalos de “dois tipos” causam mudanças qualitativas na estrutura econômica das nações. O primeiro deles são as “inovações que marcam época.” Elas afetam profundamente tanto a localização da atividade econômica quanto a composição do produto. Exemplo: máquina a vapor, a estrada de ferro e o automóvel. Eles produziram mudanças profundas na geografia econômica com subseqüentes migrações internas e também na formação de comunidades novas que ampliaram mercados para produtos industriais. Ainda sedimentando novos ramos comerciais como o setor de transporte na atividade industrial.

Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a construção de redes ferroviárias absorveu grandes quantidades de capital: “[... de 1850 a 1900 os investimentos nas estradas excederam os investimentos em todas as indústrias manufatureiras juntas...]” (BARAN; SWEEZY, 1974, p. 223). Quanto aos outros investimentos, esses se direcionaram: a agricultura com

12%, a mineração 6,5%, a indústria manufatureira 31,4% e as indústrias reguladas pelo poder público 50,1%. O fato das estradas de ferro terem sido financiadas em larga escala pelo setor público (ocupando grande parte do orçamento desse setor) permitiu deduzir que as últimas duas décadas do século XIX (espaço de formação dos grandes monopólios) coincidiu com a formação de capitais privados nas estradas de ferro e essa inovação foi central (KUZNETS apud BARAN; SWEEZY, 1974). Em 1907 (com mais uma crise de superprodução) ocorre um forte abalo no direcionamento de recursos a esse empreendimento (estradas de ferro) que tiveram um decréscimo de investimentos no período de 1908-1915 da ordem de 44%, se comparado ao intervalo 1900-1907. O impulso tecnológico que marcou época se esgotou e isso antes do início dos grandes conflitos mundiais. Um dos elementos foi a estagnação do setor produtivo no intervalo 1907-1914, reforçando a assertiva que o “[...] desemprego e capacidade ociosa de produção são os sinais mais seguros da absorção inadequada do excedente [...]” (BARAN; SWEEZY, 1974, p. 230)

O segundo elemento que Baran; Sweezy (1974) ressaltam são as guerras e suas repercussões: do ponto de vista de suas consequências econômicas, as guerras se dividem em duas fases: a fase de combate e a fase do pós-guerra. Essas duas fases são caracterizadas por fortes abalos na economia e o século XX vivenciou essas implicações de maneira inédita com as guerras de 1914-1918 e 1939-1945. Disso Baran; Sweezy (1974) concluem que os bens produzidos no setor civil, de bens de produção são direcionados para setor bélico, ou seja, parte da indústria de base se direciona para a fabricação de armas. Tudo combinado ao aumento dos preços e ao racionamento do consumo. Também em períodos de guerras é necessário consumir os estoques do capitalista em proporções anormais. Isso faz com que o consumo civil seja retraído, isso tudo aliado ao crescimento populacional.

Vimos brevemente o fator que acarretou o declínio hegemônico da Inglaterra na transição do século XIX para o XX. Ressaltamos que existe íntima ligação desses fatos com o esgotamento econômico de uma inovação tecnológica (as estradas de ferro). No entanto apontamos que as guerras são o

segundo elemento mais importante na competição de capitais entre nações. Nesse ponto, fica claro que o espaço deixado pela Inglaterra seria ocupado por outra nação.

É importante lembrar que os EUA vinham concentrando capital derivado do setor têxtil: “De 1860 até o final do século no entanto, é gigantesca a acumulação de capital na indústria e, já em 1890, o valor por ela adicionado é superior ao da agricultura e igual ao da Inglaterra.” (VIEIRA, 1989, p. 38) o que somado à expansão das estradas de ferro ampliava a capacidade de escoamento de produção. Dialeticamente, podemos afirmar que a Inglaterra estava alimentando sua concorrente dando suporte a sua produção com investimentos de capitais na construção de estradas de ferro durante o século XIX. Essa concentração de capital alimentou o desenvolvimento tecnológico dos EUA:

No último quartel do século [...] XIX [...] o capitalismo norte-americano já tem plantadas praticamente todas as condições básicas que lhe permitirão...avançar sobre mercados mundiais e situar-se na ponta do processo de acumulação mundial. Estas condições...dizem respeito ao aproveitamento de recursos naturais (carvão, petróleo, etc.), à existência de uma reserva segura de força de trabalho e sobretudo, ao nível tecnológico de sua indústria [...] (VIEIRA, 1989, p.39).

Junto a isso, se tem o novo invento que se seguirá (o automóvel). Tendo acabado de aparecer no cenário econômico no início do século XX, naquele momento não significava tanto na conjuntura global (Baran; Sweezy, 1974). No entanto uma inovação tecnológica não seria capaz de emergir sozinha uma economia nacional como “emanadora” das diretrizes capitalistas. Ocorre que a guerra se aliou à inovação tecnológica transformando uma economia em depressão em uma aliança momentânea de prosperidade:

Nesse interim, a primeira grande onda do surto automobilístico, datada de aproximadamente de 1915 e que se espalhou ininterruptamente durante a guerra... por volta de 1925, ano em que a construção alcançou seu máximo – o impulso do surto automobilístico foi bastante poderoso para continuar mantendo a prosperidade por muitos anos ainda [...] na economia estadunidense [...] (BARAN; SWEEZY, 1974, p.234).

Posteriormente, após os anos 1930, estará aqui a raiz do esquema de ampliação de capital dos EUA: primeiramente se concentra capital do setor produtivo, quando esse alcança níveis inaceitáveis (no sentido de direcionar a

produção de mercadorias a uma crise imediata de superprodução), é necessário expandi-los a outros setores. Ocorre que o governo dos EUA percebeu que as guerras são um elemento central de ampliação de investimentos no setor improdutivo (propaganda, entre outros). Além disso, o século XX mostrou que os gastos em propagandas e em produção ideológica calcadas no fascismo e nacionalismo são elementos positivos ao espraiamento da cultura capitalista. Nenhum século será tão proveitoso à aplicação dessa fórmula quanto o século XX e a hegemonia estadunidense nesse período é prova disso.

Vimos que se todos os capitais concentrados direcionarem seus investimentos no setor produtivo, uma crise de superprodução é inevitável. Dessa forma, é preciso emanar as diretrizes imperialistas aos países periféricos que podem aceitar ou não tais comandos. Se aceitam tais condições (de investimentos diretos de capitais), passam a controlar setores inferiores das cadeias produtivas. Em caso de não aceitarem, sofrem intervenção direta do exército dos EUA, o que acaba por complementar a produção armamentista do “Tio Sam” encorpando mais um eixo de acumulação àquela nação. Adiante trataremos com maiores detalhes da questão englobando a dinâmica de classes brasileira quando discutirmos a categoria subimperialismo trabalhada por Ruy Mauro Marini.

4.2.4 O “valor”, a mais-valia e suas “variações”: elementos da exploração do valor.

Dando prosseguimento, Marini (2011) irá esclarecer outro elemento fundamental para compreender a dependência econômica que o Brasil e o restante dos países latino-americanos reproduzem no âmbito do mercado mundial. O deslindamento desse novo elemento exigiu de Marini (2011) um desdobramento da categoria mais-valia relativa, com o fim de mostrar de que forma as malhas da dependência criam as condições do seu desenvolvimento nos países europeus, ao tempo em que obstaculizaram sua emergência e espraiamento na realidade dos países latino-americanos. No entanto é importante salientarmos que para Ruy Mauro Marini o conceito de mais-valia

expressa antes uma relação de exploração e é mais do que uma relação entre produtos no sentido estrito:

Nos marcos desta relação, o trabalhador, ao trabalhar para obter uma remuneração dada, cria um valor correspondente a esta remuneração num tempo que é inferior à jornada de trabalho completa; como consequência, no tempo excedente ao que corresponde estritamente a reprodução do valor expressado pela sua remuneração, o trabalho cria um valor excedente, uma mais-valia. A relação entre esses dois tempos de produção contidos na jornada de trabalho representa o grau de exploração ao qual se submete o trabalhador, grau este que é igual à taxa de mais-valia. (MARINI, 2012, p.171).

É importante notar que Marini (2012) faz referência clara ao Livro I d'O Capital. Posto isto, é necessário estabelecer algumas considerações. A primeira é que em sociedades pré-capitalistas pode existir "valor". Isso é decorrência do aparecimento de uma produção excedente que não representa um "valor de uso" no sentido absoluto (propriedade que cada objeto fruto do trabalho humano tem de satisfazer uma necessidade específica do trabalhador) ao seu produtor. Ou seja, uma dada comunidade produziu bens que não a satisfazem de maneira estrita e imediata. Por uma causalidade, no decorrer da história, duas comunidades inseridas nessa condição (produtoras de valores de uso "extras") se encontraram. O importante em salientar nesse processo é que ambas possuíam valores de uso capazes de serem cambiados. No entanto é preciso estabelecer um critério para que isso ocorra. Nesse momento é necessário acionar a mediação essencial do intercambio do homem com a natureza: o tempo. Esse é um elemento crucial na produção de comunidades ancestrais que viviam a partir do consumo de produtos da terra, ele é fundamental para estabelecer o período exato do plantio, da colheita, logo temos duas variáveis a serem consideradas: o trabalho e o tempo (MARX, 2013).

No momento em que ocorre essa troca, ela tem como critério o trabalho medido no tempo e o "valor" é o desdobramento desse raciocínio. No entanto, essa troca não é sistemática, ocorreu de maneira acidental. Marx (2013), ao analisar a forma mercadoria, chamou esse fenômeno de "forma simples" da mercadoria. Com o desenvolvimento histórico das comunidades humanas, um grupo "A" (por exemplo) pôde perceber que poderia se especializar na produção de apenas um valor de uso e cambiá-lo com outras comunidades "B",

“C”, “D”. Essa forma é denominada por Marx (2013) de “forma extensiva” da mercadoria. Reparemos aqui que o valor (enquanto quantidade de trabalho) se tornou essencial ao produtor “A”, no entanto ainda não é dominante a produção de “B”, “C”, “D”. Quando todos os produtores (“A”, “B”, “C” e “D”) se tornam especializados e cambiam produtos de distintas qualidades entre si, temos a forma geral da mercadoria, agora sim dominada pelo “valor”. É bem verdade que nesse estágio existem valores de uso de distintas qualidades que “necessitam” serem trocados, pois eles passam a ser produzidos com essa finalidade. Para solucionar esse impasse, a sociedade mercantil a sintetizou na forma dinheiro. Dessa maneira, esse processo histórico atingiu seu ápice subjugando todas as qualidades da atividade laboral à abstração tempo. Este processo é imprescindível à valorização do capital, ele determina inclusive o valor da força de trabalho, único elemento capaz de gerar “novas” riquezas. Marx (2013) sintetizou tal fenômeno no conceito de trabalho abstrato⁵. Dessa forma, temos o “valor” como unidade social do sistema produtivo calcado na forma mercadoria. Ele deixa de ser uma variável secundária na sociabilidade humana e ganha relevância central e para representá-lo surge sua “síntese material”: a mercadoria dinheiro. Esse último movimento é apontado por Marx (2013) como sendo a forma universal da mercadoria.

⁵ Segundo Marx (2013) o trabalho que valoriza o capital é denominado abstrato, pois subtrai todas as potencialidades do exercício laborativo humano e impõe apenas uma característica (a relação entre o tempo de trabalho necessário a produção de uma mercadoria em contraposição ao tempo excedente de produção de uma mercadoria). A razão entre as duas variáveis revela o grau de exploração da força de trabalho. Em outras palavras, o trabalho no capital não é só dispêndio de tempo na produção de valores úteis, mas dispêndio da força de trabalho em termos abstratos (em uma forma geral). Como unidade contraditória, temos como outro elemento dos processos de trabalho, o trabalho concreto, ou seja, aquele que leva em consideração as potencialidades do trabalho humano em todas as suas qualidades, portanto unindo de forma indissociável arte, ciência e técnica. Assim podemos afirmar que o trabalho concreto e o abstrato não são “... duas atividades diferentes, mas a mesma atividade considerada em seus aspectos diferentes...” (BOTTOMORE, 2011, p. 66). Marx (2013) revela aqui seu posicionamento político na sua crítica aos princípios da economia clássica. Segundo Marx (2013), esses teóricos partem da naturalização de todas as espécies de mercadoria enquanto criadoras de valor de uso. Desconsideram, que ao adentrar nos processos de trabalho enquanto meios de produção, as máquinas, galpões e toda a infraestrutura que compõe a indústria passou antes, enquanto “material de trabalho” pela intervenção do trabalho humano que por sua vez o valorizou, nas palavras de Marx: “Seu valor [...] do capital fixo [...] é determinado não pelo processo de trabalho no qual ele entra como meio de produção, mas pelo processo de trabalho no qual ele resulta como produto. No processo de trabalho, ele serve apenas como valor de uso, como coisa dotada de propriedades úteis, que não poderia transferir nenhum valor ao produto se já não possuísse valor antes de sua entrada no processo” (MARX, 2013, p.283). Dessa incursão, retiramos como conclusão que o único elemento capaz de gerar “novo” valor ao processo produtivo capitalista é a força de trabalho.

Dessa maneira, retiramos dessa incursão teórica que “valor” não é mais nada que “tempo de trabalho médio socialmente necessário” à produção de uma mercadoria e que isso é o fundamento da relação entre produtores privados. Esses, ao entrarem em competição para obter vantagem sobre seu concorrente, tentam reduzir o tempo necessário para a produção de suas mercadorias. Como o trabalho humano tomado como uma mercadoria (força de trabalho) é o único elemento capaz de agregar valor ao processo produtivo capitalista e todas as outras espécies de mercadorias, é necessário encontrar formas eficientes de explorá-lo e gerar um trabalho excedente, um tempo excedente, um valor excedente. Esse elemento é denominado por Marx (2013) de “mais-valia” ou “mais-valor”.

Uma característica fundamental é que a mais-valia possui basicamente duas formas e isso tem ligação com as maneiras de exploração do trabalho. A primeira é a extração de mais-valia absoluta, está diz respeito ao crescimento das taxas de mais-valia pelo acréscimo de valor produzido por cada trabalhador (aumento do tempo de trabalho excedente) sem que se altere o montante de trabalho necessário (MARX, 2013). De maneira objetiva, esse fenômeno pode se processar devido a um alongamento (intensivo ou extensivo) da jornada de trabalho. Obviamente esse movimento pode se defrontar com forças históricas (sindicatos, associações trabalhistas, de ofícios), assim como os limites biológicos da reprodução da força de trabalho. Por exemplo: pode ocorrer que o aumento da jornada de trabalho se estenda de maneira tão agressiva que gere um extermínio massivo da força de trabalho, prejudicando a reprodução capitalista, resultando em prejuízos ao empresário (MARX, 2013).

A outra “modalidade” é denominada de extração de mais-valia relativa. Essa é uma espécie de alternativa ao enfrentamento dos limites da extração de mais-valia absoluta. Com isso estamos afirmando que ambas as formas de extração de mais-valor podem coexistir ocupando setores distintos da cadeia produtiva e valorando complementarmente o capital na sua totalidade, ou mesmo os mesmos setores, distinguindo as condições sociais de produção. Exemplo: pode ocorrer que a produção de determinado ramo industrial, ou mesmo de uma mercadoria específica se dê em territórios variados (regiões, países, continentes, províncias). Isso pode fazer surgir condições particulares

de extração de mais-valia em cada território, de maneira que uma suposta região “A” conviva de maneira íntima com relações de produção orientadas a extração de mais-valia relativa, enquanto um suposto território “B” se dirige à extração de mais-valia absoluta. O fator que dá as condições para a ocorrência desse fenômeno está na formação histórica de cada região. Obviamente, no último caso é necessária uma divisão do trabalho mundializada (MARX, 2013). Em síntese, a extração de mais-valia relativa opera reduzindo o tempo necessário à produção de uma mercadoria, em outros termos, uma redução no valor da força de trabalho. Ela pode se processar de dois modos: o primeiro é reduzindo a quantidade de valores de uso consumidos pelo trabalhador. O segundo modo é se comprimindo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mesma quantidade de valores de uso. Quanto aos efeitos colaterais de tais práticas, a primeira modalidade irá encontrar as mesmas dificuldades da extração da mais-valia absoluta, ou seja, resistência organizada da classe trabalhadora (importante salientar que esse fenômeno tem íntima ligação com o estágio de organização do proletariado, portanto é uma variável histórica e também regional). A segunda modalidade de mais-valia relativa é a confirmação que o capital é um sistema produtivo dinâmico em proporções assombrosas (MARX, 2013). Isso se explica pela maneira com que as inovações tecnológicas são incorporadas ao processo produtivo no capitalismo. Apenas uma mudança qualitativa na técnica de trabalho pode, ao longo da história, ir descobrindo novos valores de uso no mundo mineral “matérias-auxiliares” (aço, minerais), na maturação de ramos produtivos como o transporte (embarcações com alta tonelagem) e pondo-as a serviço do capital. Assim, o tempo de trabalho socialmente necessário de determinados bens pode ser reduzido. Ou seja, a redução do valor de bens que fazem parte do consumo do trabalhador, refratam no valor da força de trabalho que em consequência do decréscimo do primeiro, tem seu valor rebaixado. Dessa forma, alimentando a reprodução ampliada do capital.

Portanto, no deslindamento do conceito de mais-valia relativa, Marini (2011) adverte que os estudiosos dessa temática tendem, em geral, a confundir a com o conceito de produtividade do trabalho. Isso é um erro. O que interessa

dizer, é que somente a incorporação de capital constante⁶ a produção de mercadorias isoladamente não garante a elevação das taxas de lucro do capital. Isso acontece porque essas condições – incorporação de novas tecnologias – tendem a ser generalizadas ao ramo produtivo, sendo, também, uma das causas da formação de monopólios. Mesmo se generalizando, as inovações tecnológicas não são capazes de *per se* alterarem o grau de exploração da força de trabalho, pois o que ocorre é que a força de trabalho passa a produzir mais mercadorias na escala temporal – o que condiz com o conceito de produtividade. Todavia, tais inovações e o aumento de

⁶ Para esclarecermos tal conceito é necessário lembrarmos que o trabalho no capitalismo, enquanto produtor de mercadorias não é apenas trabalho útil, aquele que produz valores de uso. Isso revela um duplo aspecto da produção capitalista: “Enquanto produção de coisas que atendem necessidades humanas [...] o trabalho [...] é processo de trabalho; enquanto produção de mais-valia [...] o trabalho [...], é processo de valorização do capital.” (VIEIRA, 1989, p. 15) Desenvolvendo tal premissa, Marx (2013) afirma que “Os mesmos componentes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho [...] que nem sempre estão atrelados a valorização do capital [...], distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e variável.” (MARX, 2013, 286) É importante dizer que Marx (2013) fez tal afirmação baseado no dado que “... um fator do processo de trabalho [...] é que [...] um meio de produção entra inteiramente no processo de trabalho, mas apenas parcialmente no processo de valorização.” (MARX, 2013, p. 281) Os seus valores de uso irão imediatamente se desgastando no decorrer dos dias: as máquinas quebram, os humanos necessitam se alimentarem. Nesse período eles não estão valorizando o capital (consumo improdutivo), no entanto, é estritamente necessário que esse movimento se realize para que ocorra a valorização do capital. Posto isto, não é essa a questão, quando uma máquina quebra não funciona mais como meio de produção, mas como material de trabalho. Não se trabalha com ela porque ela está sendo trabalhada para restaurar seu valor de uso. (MARX, 2013) Interessa dizer que o trabalho total que compõe o “processo de trabalho” engloba o labor do operário que a restaura o valor de uso da máquina, do engenheiro que formulou a máquina a partir da técnica incorporada em uma instituição de ensino pública, e que a luta do capitalista será de reduzir ao máximo o tempo em que o trabalhador não está valorando o capital. Conclui-se que o valor do capital fixo não é determinado quando ele é assimilado como meio de produção, mas pelo processo do qual ele saiu como produto acabado. É Marx (2013) que diz: “Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante.” (Marx, 2013, p.286) E capital variável: “[...] a parte do capital constituída de força de trabalho [...] que [...] modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar [...] de acordo com o grau de exploração [...]” (MARX, 2013, p. 286).

produtividade que possa acontecer não alteram o total do valor – determinado pelo Tempo de Trabalho Médio Socialmente Necessário – incorporado ao conjunto das mercadorias produzidas.

Na perspectiva marxiana, ainda conforme Ruy Mauro Marini, o que está na raiz da mais-valia relativa e de sua dinâmica de expansão é a razão estabelecida entre o Tempo de Trabalho Excedente e o Tempo de Trabalho Socialmente Necessário. Noutras palavras, a mais-valia relativa se põe na medida em que o aumento do tempo excedente – que é a base da mais valia – se dá pela diminuição do tempo necessário, com o que cresce a razão entre estas duas porções de tempo que constituem o processo de uso da força de trabalho. É isso que Marini (2011) esclarece: que a mais- valia relativa se funda no crescimento da proporção estabelecida entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário e não pelo aumento isolado da produtividade do trabalho em qualquer setor da economia.

Nesse sentido, Marini (2011) nota com incomum perspicácia que a produtividade do trabalho interfere decisivamente na alteração da proporção acima referida quando ela atinge diretamente o setor de produção de bens-salário (alimentos, roupas, moradias populares, entre outros), porquanto a redução do tempo de trabalho socialmente necessário incorporado no conjunto dessas mercadorias de consumo dos trabalhadores desencadeia a queda dos seus preços (expressa, por exemplo, na diminuição dos preços da cesta básica, hoje), abrindo as portas para o rebaixamento do valor da força de trabalho e do seu preço – os salários. Por via de consequência, o rebaixamento do valor dos bens-salários expressa a diminuição do tempo necessário e o proporcional aumento do tempo excedente. Do ponto de vista da circulação, o rebaixamento do valor da força de trabalho se expressará na diminuição de seu preço (salários pagos aos trabalhadores) e em aumentos proporcionais da mais-valia e da lucratividade geral do capital, ambas objetivadas na forma dinheiro.

Disso podemos deduzir que a imensa oferta de alimentos proporcionada pelos países latino-americanos aos países capitalistas europeus, não apenas deu base ao deslocamento da força de trabalho na Europa e, logo em seguida, nos Estados Unidos, do setor agrícola para a indústria, como já observamos

acima, mas também forneceu as bases para o rebaixamento do valor da força de trabalho europeia empregada na indústria pela gigantesca oferta de alimentos produzidos nos países latino-americanos que para lá afluíam. Os preços baixos que a América Latina ajudou a criar na segunda metade do século XIX será um fator decisivo à concentração de capital em países centrais como a Inglaterra. Também implica dizer que se as taxas de produtividade se elevam, eleva-se também o consumo de matérias primas e por isso cai o valor do capital variável em relação ao capital constante. Isso acarreta um aumento da composição orgânica do capital⁷, característica dos países centrais.

Marini (2011) salienta que a taxa de lucro não pode ser fixada unicamente pelo seu intercâmbio ao capital variável. É necessário considerar todos os custos de produção (instalações, matérias-primas, salários). Esse movimento em escala ampliada elevará a participação de capital constante de maneira a reduzir as taxas de lucro, isso se dá porque o trabalho abstrato é o único elemento capaz de agregar valor ao capital e se a exploração da força de trabalho tende a ter participação menor no processo de acumulação de capital, a crise passa a ser um fenômeno inevitável.

4.2.5 América Latina e as contradições da expansão do capital internacional.

Frear esses elementos contraditórios dá aos países latino-americanos importância inédita no mercado mundial, pois a indução dos mesmos a altas taxas de produção de produtos primários em vista ao seu barateamento no mercado externo se torna condição fundamental à reprodução do capital em escala mundial. Celso Furtado havia descrito esse fenômeno antes de Marini (2011), no entanto não foi capaz de extrair do movimento do real suas conclusões políticas:

Os produtos industriais, que são aqueles com respeito aos quais o progresso tecnológico vem permitindo as grandes economias de

⁷ Sinteticamente a composição orgânica do capital é dada pelo capital constante dividido pelo o capital variável. Dessa forma, quanto maior o capital constante (numerador), mais elevada será as taxas de produtividade. No entanto, a participação reduzida do capital variável (denominador) afetará negativamente as taxas de lucro já que é a taxa de mais-valia é dada pelo grau de exploração da força de trabalho. Ou seja, pela relação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente (MARX, 2013).

escala e cujos preços relativos declinam nos países industrializados, são vendidos aos países subdesenvolvidos a preços reais crescentes...os produtos primários, que via de regra não se beneficiam de economias de escala, são vendidos aos países industrializados a preços reais declinantes (FURTADO, 1967, p. 258).

Ainda segundo Furtado (1967), é uma característica geral das economias subdesenvolvidas apresentar uma dependência elevada dos países centrais quanto aos processos de formação de capitais. Todavia, dado o intenso processo de industrialização do século XX, tem-se que apontar que a capacidade produtiva não se realizará mais somente a incorporação de novas terras a exportação de bens primários. Cresce a importância das indústrias e dos serviços que por sua vez, necessitam uma maior densidade de equipamentos mecânicos. Nesse contexto, Marini (2011) lembra que a situação é mais complexa: a deterioração do preço de produtos agrícolas acontecida pelo aumento da produção agrícola frequentemente estar associada à baixa nos preços. Em contraposição aos produtos industrializados (que ao vivenciarem o mesmo movimento, em geral, preservam seu preço por períodos mais longos), esse fenômeno é motor gerador da deterioração dos termos de troca (relativo à troca de bens primários por produtos industrializados). Embora isso não aconteça de forma objetiva, dado o aumento da produtividade nos países periféricos (expansão acelerada) de produtos da terra.

Mesmo em deterioração, as trocas continuam se expandindo e aqui se dá a distinção basilar entre Marini (2011) e os desenvolvimentistas dos anos 1950-1960. Partindo da economia-política, Ruy Mauro Marini irá considerar os elementos políticos da conjuntura nacional:

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala (MARINI, 2011, p.143).

Assim, Marini (2011) problematiza a tese da Comissão de Estudos para a América Latina e Caribe - CEPAL referente às trocas entre desiguais. Nela, países como o Brasil poderiam alcançar posição inédita no mercado externo através de uma indústria desenvolvida e autônoma que não necessitaria se submeter às imposições políticas e econômicas dos países centrais.

Possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos de terra e mão-de-obra preexistentes, o impulso externo cria o aumento de produtividade que é o ponto de partida no processo de acumulação de capital. A massa de salários e outras remunerações criadas no setor de exportações representam o embrião do mercado interno (FURTADO, 2007, p. 282).

Segundo Marini (2011), um dos equívocos dos desenvolvimentistas está em associar a participação de investimentos diretos de capitais estrangeiros na economia nacional ao desenvolvimento do mercado interno, quando o movimento que detectamos na realidade é justamente o contrário. Segundo Furtado (2007), a circunstância do aumento de poder de compra da moeda brasileira durante a 2ª Guerra Mundial divergiu da crise vivenciada pela mesma durante 1934-1837. A consequência disso foi o aumento do valor da moeda no mercado externo. Dito isso, se um produtor nacional antes vendia seu produto por 20, agora vendia por 10, isso diminuía os lucros do setor cafeeiro. Nessa conjuntura, criou-se uma taxa cambial que evitasse tal movimento, pois isso aumentaria as importações e prejudicaria o setor manufatureiro voltado as exportações.

Acima podemos perceber que mesmo analisando fatores políticos anteriores e extraíndo disso que a industrialização no Brasil sempre teve por objetivo incrementar exportações e não abastecer o mercado interno, Furtado (1967) insiste em negligenciar o direcionamento político da industrialização nacional.

É importante citar que existem nesse intercambio de produtos de diversas matrizes entre nações, mecanismos de transferência de valor. Nesse caso está se transgredindo o apontamento teórico em que a troca entre equivalentes é determinada pelo fluxo de valor. Por sua vez, determinado pela quantidade de trabalho abstrato inserido em cada mercadoria (MARINI, 2011).

O primeiro motivo é porque uma alta produtividade do trabalho pode fazer uma nação produzir mercadorias com preços de produção inferiores a seus concorrentes. Nesse momento a nação compradora desta produção está realizando um “lucro extraordinário” (relações ocorridas geralmente entre nações com elevado nível de industrialização e países produtores de bens primários). No segundo caso, pode ocorrer uma situação em que duas nações realizem venda de uma mercadoria na qual apenas uma delas é produtora

(monopólio da produção). Essa condição pode fazer uma mercadoria ser vendida acima de seu valor, ou seja, uma “troca desigual”. Observamos que no último caso a transferência de valor é dupla, pois cada nação possui uma mercadoria que a outra não produz (Marini, 2011): “Isso é o que explica [...] que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção.” (Marini, 2011, p. 146)

A queda nos preços das exportações brasileiras entre 1821-1930 e 1841-1850 foi próxima a 40%. No que diz respeito às importações, o índice de preços das exportações da Inglaterra [...] entre as duas décadas referidas se manteve perfeitamente estável. Pode-se, portanto, afirmar que a queda do índice dos termos de troca foi de aproximadamente 40%, isto é, a renda real gerada pelas exportações cresceu 40% menos que o volume físico destas. Como o valor médio anual das exportações subiu de 3.900.000 libras para 5.470.000, ou seja, um aumento de 40%, disso decorre que a renda real gerada pelo setor exportador cresceu nessa mesma proporção, enquanto o esforço produtivo realizado neste setor foi o dobro [...] (FURTADO apud MARINI, 2011, p. 146).

O que Marini (2011) está pontuando é que a dependência e a exploração internacional pode se desprender de uma vinculação estritamente militar, e repousar sobre relações econômicas que reproduzam a subalternidade de determinados países em detrimento da expansão de outros. Esse é um dos elementos sobre os quais se baseiam a expansão do mercado mundial, por sua vez, também sobre o qual se realiza a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais. No capitalismo existente até meados dos anos 1960, essa é a “base dicotômica” da reprodução ampliada do capital em nível mundial – a expansão do mercado forja uma divisão internacional do trabalho, por sua vez essa divisão retroalimenta esse mesmo mercado.

4.2.6 A superexploração do trabalho

Como assinalado anteriormente, o país periférico que transfere valor às economias centrais pode neutralizar sua perda (ao mesmo tempo que contribui para a ampliação das economias centrais). O elemento que permite esse fenômeno é a exploração da força de trabalho. Isso pode ocorrer de três

formas: primeiro pelo aumento da intensidade do trabalho, segundo pelo prolongamento da jornada de trabalho, terceiro pela expropriação de parte do salário necessário ao operário para repor sua força de trabalho (Marini, 2011). Importante salientar que só o primeiro caso contribui para o aumento da produtividade do trabalho já que se produz uma quantidade superior de valor em um mesmo período reduzindo o tempo necessário para a produção da mesma.

A conclusão que Marini (2011) tira desse movimento são esclarecedoras. As nações periféricas não buscam equilibrar a dissonância abissal entre o preço e o valor de seus produtos no mercado mundial elevando o grau de produtividade de seu setor produtivo. Ao contrário o faz através da exploração do trabalho, pois o:

[...] processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa da mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna [...] (MARINI, 2011, p. 147).

Em outras palavras, ao adentrar no mercado mundial, países como o Brasil se direcionaram à produção de produtos primários que valorizaram o capital industrial produzido nos países centrais por meio da mais-valia relativa (tomada em perspectiva mundial). Ocorre que isso implicou na desvalorização da produção de mercadorias dos países periféricos. Isso se dá também pelo fato da produção de bens primários agregar menos valor que a industrial. Sobre isso, Marini (2011) afirma que a interpretação de Celso Furtado sobre a “deterioração dos termos de intercâmbio” é uma proposição seminal, muito embora não se tire dela todas as conclusões necessárias. Segundo Furtado (1967) a capacidade de importação no contexto da troca de produtos entre países industrializados e economias subdesenvolvidas sempre estará sujeita a trocas desiguais. Exemplo:

No período compreendido entre 1950 e 1965 a capacidade de importação (derivada de exportações) dos países latino-americanos cresceu com uma taxa anual de 2,9 por cento, taxa praticamente idêntica à do aumento da população. Para obter essa expansão da capacidade de importação, foi necessário aumentar o quantum das exportações a uma taxa de 4,6 por cento anual. A diferença de 2,9

para 4,6, ou seja, 1,7, corresponde a deterioração dos termos de intercâmbio (FURTADO, 1967, p. 258).

Segundo Marini (2011), essa contradição se reproduz de maneira efetiva no mercado interno dessas economias periféricas. Um sintoma disso é seu mercado consumidor débil. Após a abolição da escravatura⁸ esse é o sistema misto baseado no trabalho assalariado e em relações de trabalho calcados na servidão que irá alimentar a expansão capitalista na América Latina e no mundo (MARINI, 2011).

A partir dos elementos até aqui expostos, podemos dizer que Marini (2011) irá sintetizar a base desse movimento de incorporação da América Latina ao mercado mundial em um conceito: a dependência. Ocorre que a base material de tal fenômeno é a compra de força de trabalho pelo capitalista abaixo do valor mínimo a sua reprodução. Esse fenômeno é denominado pelo estudioso de “superexploração”.

Tratando especificamente dessa questão (superexploração) podemos inferir que a base da acumulação capitalista é dada pela relação entre os dois tempos constitutivos da jornada de trabalho. No primeiro (tempo de trabalho necessário) o trabalhador reproduz seu próprio valor, ou seja, o valor é igual aos meios de subsistência necessários ao trabalhador. Importante citar que isso é apenas um pressuposto, pois depende das condições históricas da luta de classes (MARX apud MARINI, 2012). O segundo tempo é chamado de excedente. Nesse período o trabalhador está produzindo riqueza para o proprietário dos meios de produção (capitalista). A intensificação da valorização do capital depende da relação entre os dois tempos de forma favorável à ampliação do tempo excedente de trabalho. Os limites postos a essa ampliação do tempo excedente podem ser subvertidos em situações de crises econômicas, políticas, por ramos de produção atrasados de maneira a

⁸ Marini (2011) argumenta que a abolição da escravatura é peça chave para a criação de um mercado livre de trabalho. No entanto, ao mesmo tempo que liquida grande parte da base material da sociedade imperial na segunda metade do século XIX, também se tem o início à uma relação servil. Lembremos que por dívidas adquiridas (sistema de “barracão”), o trabalhador continuava preso a terra. Mais tarde esse será um empecilho a reprodução do capital visto que esse sistema precisa direcionar de forma íntima a produção do trabalho.

intensificar maior exploração de grupos de trabalhadores. Nesse sentido, elementos culturais podem ter participação efetiva mediante o pretexto da discriminação religiosa ou racial (MARINI, 2012).

Disso, conclui-se que é necessário ao capitalista depreciar o valor real da força de trabalho. A forma clássica de alcançar tal feito nas economias clássicas foi através do barateamento dos bens necessários para a subsistência do trabalhador, “[...] a história do desenvolvimento capitalista é, nesse sentido, a história da depreciação do valor real da força de trabalho [...]” (MARINI, 2012, p. 173).

Segundo Marini (2012), esse processo se realizou nas economias dependentes latino-americanas através do aumento do tempo de trabalho excedente sem a alteração do tempo de trabalho necessário, ou seja, sem restituir o trabalhador o equivalente ao valor fomentado no decorrer do tempo de trabalho necessário: “Assim, o que parece ser mais-valia relativa é frequentemente um caso anômalo de mais-valia absoluta” (MARINI, 2012, p.173). Não se pode esquecer que o aumento do tempo de trabalho excedente sempre significa o aumento do grau de exploração do trabalhador. No Brasil, em momentos imediatamente anteriores ao Golpe Civil-Militar de 1964 houve movimentos organizativos dos trabalhadores que desarticularam os mecanismos de superexploração e aumentaram o custo de vida com uma tendência de alta nos salários. Isso se estendeu aos setores mais explorados como as massas rurais: a conquista do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962, é um marco legal símbolo disso. Nesse caso, estava-se afetando diretamente a base de acumulação de capital no Brasil.

O freio a esse movimento se deu com o governo militar e por seu modelo subimperialista. Como marcos legais imediatos tem-se a lei antigreve e o arrocho salarial:

O salário médio mensal no centro mais industrializado do país, São Paulo, após aumentar progressivamente entre 1959 e 1964 – passando, em termos reais, de 8.298 cruzeiros para 9.611-, foi reduzido a 6.876 cruzeiros em 1966, sofrendo então queda de 15,6% nesses dois anos (DIEESE apud MARINI, 2012, p. 175).

Como elementos sociais para essa conjuntura, se punha a extrema juventude do proletariado fabril nacional e o vício tutelar e ideológico que a classe trabalhadora tinha herdado do Estado Novo. Esse paradigma desaguava em uma estrutura sindical viciada em um instrumental anacrônico às lutas trazidas por um nível de acumulação capitalista inédito. A reformulação dessas condições apenas começava com a unificação de um Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, pela criação dos sindicatos rurais quando deu de encontro com os punhos dos setores mais retrógrados do Brasil, em especial os militares (MARINI, 2012).

4.2.7 A esfera da circulação em economias dependentes

A reprodução ampliada do capital depende de uma maneira específica de circulação (MARX apud MARINI, 2011). Portanto, a América-Latina irá formular uma maneira particular de realizar essa etapa do sistema de produção. Como o território latino-americano nasceu para o capitalismo mundial com a tarefa de atender a necessidade de circulação dos países centrais através de uma produção voltada à exportação, ocorrerá uma cisão entre a esfera da produção e circulação de mercadorias.

[...] basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre que seja possível a incorporação de novos braços ao processo produtivo. [...] (MARINI, 2011, p.157)

Observamos que superexploração é uma categoria cara à dialética. Ao mesmo tempo em que abala o setor produtivo, amplia sua zona de influência à esfera da circulação. Os lucros obtidos com essa exploração pelo capitalista latino-americano permitem aumentar seu potencial de consumo através da importação de produtos. Marini (2011) conclui que o mercado interno apresenta a seguinte estratificação na América Latina: uma “baixa” esfera da circulação onde se localizam os trabalhadores assalariados que tende a ser comprimida pelo reduzido potencial de consumo que esse grupo apresenta. Composto esse esquema, temos também uma “alta” esfera da circulação onde se

localizam os “não trabalhadores” que tende a ser alargada pelo consumo via importações. Obviamente podemos pressupor que esse fato acentua o grau de dependência que as elites têm pela produção dos países centrais.

Parte desse fato se explica porque a indústria latino-americana é um elemento subordinado à produção e exportação de bens primários. É certo que houve momentos em que fatores externos (Primeira e Segunda Guerras Mundiais) alteraram a qualidade desse fato⁹, mas tal momento não chegou a sedimentar um “eixo de acumulação capitalista”, uma base econômico-política que se sustentasse posteriormente.

Ao esmiuçar tal apontamento, Marini (2011) assinala que nas economias clássicas vemos que o surgimento do trabalhador assalariado impulsionou a grande indústria. Ocorre que, nessas economias, a “[...] formação de um mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital. [...]” (MARINI, 2011, p. 160), pois o assalariado também representa o consumidor, a demanda em relação à produção. Ou seja, existe uma reciprocidade entre a expansão do mercado interno e a reprodução ampliada do capital. Outro

⁹ Segundo Marini (2011), a Primeira e Segunda Guerras Mundiais deslocaram o eixo de acumulação dos produtos industrializados para o mercado interno. Isso teve por objetivo alimentar a alta esfera do consumo interno que não encontrava no mercado externo possibilidades de satisfação de suas carências. Um novo arranjo entre classes tinha início composta por uma: “[...] burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno e de um novo proletariado, que passam a pressionar aos antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política [...]” (MARINI, 2000, p. 13). O resultado desse episódio é um compromisso claro e definido: a burguesia alcança hegemonia relativa no projeto do Estado Novo (modelo governista tipicamente corporativista com rígida organização sindical). Essa burguesia urbana é financiada pelas divisas fornecidas pelo setor agroexportador. Fato que alcançaria seu limite nos anos 1950: “O fato básico a considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 30 e que essa indústria não sofreu limitação ou competição sensível em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 tivera por base essa realidade objetiva. Por volta dos anos 50, a situação muda. Enquanto a indústria se empenha em manter alto os tipos de câmbio, o que leva a se chocar com o setor agroexportador, cujos lucros ficavam assim diminuídos, este setor já não pode oferecer a indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes era necessário que, através da formação de estoques generosamente pagos, o governo garantisse os lucros dos plantadores e exportadores, estoques que, na verdade, correspondem a imobilização de recursos necessários a atividade industrial” (MARINI, 2000, p.17).

elemento seria a luta travada entre trabalhadores contra capitalistas em torno da fixação dos salários. Esse fato faria as economias centrais direcionarem seu sistema produtivo ao barateamento de bens-salário (aumentando as taxas de produtividade). Isso sustentaria a expansão das taxas de mais-valia.

Mas um ponto central a citar é que o “mundo do trabalho” no capital já contava, na década de 1960, com experiências bastante desenvolvidas nas formas de organização do trabalho. Por sua vez, essas formas tendiam a fragmentar o potencial organizativo da classe trabalhadora. A indústria do século XIX tem uma organização do trabalho extremamente distinta da indústria do século XX. Tomemos como exemplo a indústria dos Estados Unidos da América - EUA no século XIX. A necessidade de complementar seu exército de reserva deu início a um dos maiores movimentos migratórios da história.

[...] de 1815 a 1915, aportaram nos Estados Unidos cerca de 20 milhões de pessoas das mais diversas procedências...tal imigração pode ser dividida pelas características da imigração, pela origem e pelas condições que encontraram nos EUA, em duas grandes vagas. A primeira, que vai de 1815 a 1860, de 5.000.000 imigrantes, compõe-se basicamente de irlandeses (2.000.000) e alemães (1.500.000), expulsos pela Revolução industrial e pela expropriação de terras camponesas (VIEIRA, 1989, p. 41).

Um fato curioso processou-se aí. Como esses trabalhadores tinham alguns recursos acumulados, muitos deles se aventuraram na “conquista do oeste” dos EUA, alguns se tornando proprietários de terras (Vieira, 1989). Assim, temos um dos motivos para que o movimento de incorporação de massa trabalhadora tivesse que ser complementado:

Essa primeira onda...seria completada com os 15 milhões recenseados entre 1880 e 1915, originários, predominantemente do leste europeu. São, sobretudo, poloneses, húngaros, tchecos ‘absolutamente não qualificados, não tendo praticamente nenhum contato com a manufatura e o trabalho industrial’, vão encontrar pouquíssima chance de se tornarem fazendeiros, devido ao preço da terra (VIEIRA, 1989, p. 41).

Assim, o arranjo do operariado norte-americano será composto por uma massa de trabalhadores desqualificados em oposição a uma pequena porção de trabalhadores qualificados (VIEIRA, 1989). Ocorre que essa pequena elite qualificada se organizou com base em profissões (ou ofícios), se tornando

impenetráveis ao trabalhador de “tipo médio”. Sobrava a esses se organizarem em instituições tuteladas pelo Estado como a “Nobre e Sagrada Ordem dos Cavaleiros do Trabalho, fundada em 1869.” (VIEIRA, 1989, p. 42) A elite operária era extremamente seletiva “[...] fato que, embora se constitua no fundamento de sua eficácia, vai prendê-las a uma política sindical de caráter corporativista com resultados desastrosos para seus membros e para toda a classe trabalhadora.” (VIEIRA, 1989, p. 42).

Posto isto, o desastre veio com o taylorismo. Com extrema perspicácia, Frederick Winslow Taylor (1883-1929) percebeu que, para controlar o tempo de trabalho dos operários e ampliar sua margem de lucro, era estritamente necessário desqualificar ou fragmentar a técnica dos trabalhadores (VIEIRA, 1989).

Isso foi feito no decorrer de várias experiências. Taylor percebeu posteriormente que era mais fácil atacar o próprio ofício que suas instituições organizadas (sindicatos). Um exemplo disso foi a figura do torneiro mecânico que lidava com o aço:

O aço, que começa a ser produzido a partir da segunda metade do século XIX, abre enormes perspectivas para o desenvolvimento de novos produtos e novas máquinas, fazendo da indústria metal-mecânica e, mais particularmente, da indústria de máquinas-ferramentas, a mola mestra de todo o desenvolvimento industrial moderno (VIEIRA, 1989, p. 43).

O profissional que lidava com tal “matéria auxiliar” concentrava muitas etapas do processo produtivo. Portanto tinha condições maiores de estabelecer seu ritmo de trabalho. Assim, Taylor logrou êxito com um processo calculado de desqualificação do trabalhador:

Cada uma das etapas ou partes do trabalho deve ser preparada meticulosamente, para o que serão designados vários funcionários...Na oficina também serão criadas várias funções para vigiar os mecânicos...Esta quantidade de trabalhadores vigilantes decorre da necessidade de obrigar os mecânicos a adotarem os métodos de trabalho emanados da gerência e também da imperiosa necessidade de uniformizar os comportamentos, gestos e ferramentas...pois se cada mecânico adota métodos e ferramentas diferentes, torna-se impossível estabelecer padrões de tempo (VIEIRA, 1989, p. 48-49).

Esse é um elemento central para termos a visão conjuntural do nível onde se encontra a organização do trabalho no que foi o maior reduto imperialista do século XX deslocando a sua rival, Inglaterra. Como apontamento adicional, importa dizer que Marini (2011) também considera que nas economias centrais também há separação entre alta e baixa esfera da circulação. A mais-valia produzida também se concentra nas mãos de classes e grupos não trabalhadores, o que aumenta a demanda pela produção de bens supérfluos. No entanto existe uma diferença salutar:

[...] a expansão da esfera superior é uma consequência das transformações das condições [...] qualitativas [...] de produção e se torna possível a medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais. A ligação entre as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe. [...] (MARINI, 2011, p. 161).

O contrário ocorre nas economias latino-americanas:

A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados (MARINI, 2011, p. 163).

Dito de outra maneira. No Brasil, quando a esfera do consumo sofre mudanças qualitativas efetivas, estas ocorrem por necessidades das elites e não por demandas advindas da classe trabalhadora. Fatos históricos que comprovem tal argumentação são corriqueiros. No final dos anos 1920. A política protecionista implementada por grupos industriais objetivando fortalecer seu setor na economia exportadora (isso em meio a crise dos preços de café). Viu a demanda pelo consumo de tecidos ruins no mercado interno rebaixarem-se nos anos seguintes (os trabalhadores não tinham condições de consumir tais produtos). Em resposta, alguns industriais se centraram na produção de tecidos médios e finos. Ao adentrarem nesse mercado, passaram a sofrer concorrência dos produtos ingleses. Os últimos, por meio de práticas comerciais pouco cordiais como o “dumping”¹⁰ e aumento de tarifas referentes

¹⁰ Sinteticamente “dumping” seria a venda de produtos abaixo de seu valor por um capitalista, com o objetivo de liquidar concorrentes.

ao tecido de algodão, alegaram que o mercado não suportaria o aumento da capacidade produtiva realizada (FAUSTO apud MARINI, 2011). A conclusão é clara, a crise do café não restringiu somente o poder de compra da classe trabalhadora, mas também reduziu as divisas necessárias ao abastecimento da alta esfera da circulação. Isso obrigou o deslocamento do setor industrial de tecidos. Segundo Marini (2011), esse fato ilustra o tropismo da indústria latino-americana e não seria privilégio da antiga economia exportadora.

Em síntese, a indústria brasileira assimilou um mercado externo com parâmetros já instituídos. Nesse mercado, o nível de preços impedia o consumo interno da classe trabalhadora latino-americana. A outra questão é que havia uma abundância de demanda por produtos em relação à produção que deixava os industriais com uma margem confortável para manter tal esquema. Mesmo em situações em que a oferta se equiparasse à demanda, não era a necessidade de ampliar mercado consumidor interno a primeira alternativa sugerida, mas sim a ampliação da margem entre o preço de produção e o preço de mercado a alternativa escolhida. Nesse caso, isso se dava pela ampliação da massa de lucro em função do preço por unidade do produto em questão. Nesse período entre guerras, o capitalista se aproveitará da crise do mercado mundial para aumentar o preço de seus produtos visto o monopólio que tinha da produção. Aqui, Marini (2011) ressalta dois fenômenos. É preciso considerar que as indústrias dos países periféricos possuíam baixo nível tecnológico. Isso nos leva ao segundo apontamento. Nessa conjuntura, o fator determinante das taxas de mais-valia será a apropriação de salários por parte do capitalista. Isso se dá pela grande oferta de trabalho criada pela economia exportadora e agravada por sua crise. Desse modo, o capitalista pressionará os salários no sentido descendente. O que junto a intensificação do trabalho e prolongação da jornada de trabalho concentrará ainda mais o capital.

Essa alta concentração de capital nas mãos de poucos em uma economia industrial dependente, permite dizer que não é mais a separação entre a esfera produtiva e a esfera da circulação que atua como variável propulsora da dependência, mas a divisão da esfera da circulação em alta

e baixa. É isso que permite que as economias latino-americanas se realizem de forma independente às condições salariais da classe trabalhadora (MARINI, 2011). Existem dois motivos para que isso ocorra. Primeiro porque a produção das manufaturas produzidas não determina o valor da força de trabalho, dado que não é um elemento que faz parte do consumo do trabalhador. Isso dispensa o capitalista de se preocupar em aumentar a composição orgânica do capital e o faz concentrar seus esforços em uma maior exploração (intensiva e extensiva) do trabalhador. Segundo porque a maior oferta de produtos manufaturados em detrimento do achatamento do potencial de compra dos trabalhadores não cria problemas ao capitalista na esfera da circulação, posto que os produtos produzidos não são elementos de consumo dos trabalhadores (MARINI, 2011).

4.2.8 Divisão internacional do trabalho: a tecnologia como instrumento de dominação.

Tratemos agora da submissão tecnológica dos países dependentes aos países centrais e como esse fenômeno ergue um mercado sólido que amplia a relação de dependência dos países periféricos em relação aos centrais. Para tanto, devemos recapitular algumas questões. Primeiro, em um dado momento pode acontecer da oferta de produtos e a demanda pelos mesmos se equipararem. Nessa situação, o capitalista se vê impelido a expandir seu mercado, portanto, bens de consumo restritos a um pequeno grupo têm de ser incorporados a um mercado consumidor maior. Nas economias industriais dependentes, isso se dá a partir da incorporação de setores médios e um esforço para aumentar as taxas de produtividade do trabalho. Tendencialmente, isso levaria a incorporação da classe trabalhadora enquanto consumidora na realização do produto gerado. Também deslocaria o eixo de acumulação do capital. No entanto, esse movimento é parcialmente neutralizado pelo incremento de renda de, novamente, setores médios. Esse é o fato que torna a transição de um paradigma de acumulação que “democratize” o acesso ao consumo, lento e débil (MARINI, 2011).

Ocorre que esse fenômeno é suficiente para dar início a um incremento estrutural ao parque industrial brasileiro, o que obstrui a possível transição anteriormente citada, pois direciona para um novo ramo produtivo as possíveis soluções de realização da produção interna, esse é “O novo anel da espiral” (MARINI, 2011).

O desenvolvimento da indústria brasileira altera a qualidade das importações, isso se dá pela importância que adquire a importação de capital estrangeiro que passa a financiar iniciativas diretas nesse setor em países periféricos (MARINI, 2011). Mas novamente existe um fator externo que condiciona esse movimento. A grande concentração de capitais em nível mundial fez com que as corporações imperialistas tivessem que buscar novas paragens para seus investimentos. No período entre guerras, de desorganização da economia mundial, se sedimentaram parques industriais satélites que ancorados na superexploração ofereciam possibilidades atrativas aos países centrais. Soma-se a isso o fato que a busca pela ampliação de taxas de produtividade nos países centrais reduziu o prazo de reposição do capital fixo praticamente pela metade, isso colocou a necessidade de exportar maquinário obsoleto as suas cadeias produtivas antes de serem amortizadas por completo. Um adendo interessante é que, nesse processo, os EUA tinham vantagem na indústria de máquinas e ferramentas:

A produção estadunidense de máquinas e ferramentas foi duplicada entre 1960 e 1966, enquanto crescia tão somente em 60% na Europa Ocidental e 70% no Japão. Por outra parte, desenvolveu-se mais rapidamente nos Estados Unidos a fabricação de conjuntos automatizados, cujo valor alcançou os 247 milhões de dólares em 1966, contra 43,5 milhões na Europa Ocidental e apenas 2,7 milhões de dólares no Japão (MANDEL apud MARINI, 2011, p. 167).

Junto a isso conclui-se que se transferem etapas inferiores da produção industrial aos países periféricos. Oportunamente, Marini (2011) irá se preocupar com o impacto dessas mudanças qualitativas no mundo do trabalho e suas implicações na ampliação do mercado. O primeiro aspecto é que o progresso tecnológico irá implicar em “[...] uma redução do tempo de trabalho produtivo em relação ao tempo total disponível para a produção. [...]” (MARINI, 2011, p. 168). A consequência disso é a diminuição do número de operários

industriais e a ampliação do número de trabalhadores que operam no setor de serviços. Nesse ambiente, as recomendações da época sinalizavam para a incorporação de tecnologias que abrigassem maior força de trabalho possível, visando manter o número de postos de trabalho (MARINI, 2011).

Essas diretivas ignoravam o fato que a escala de mudanças no processo produtivo nos países dependentes sofria influência, mais da dinâmica de acumulação capitalista em escala mundial do que das preferências desses países. O capitalismo dependente assimilou de maneira particular a “[...] redução da população produtiva e crescimento das camadas sociais não produtivas. [...]” (MARINI, 2011, p.169).

Na América-Latina, o aumento das taxas de produtividade se uniu à intensificação do trabalho e à remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Isso se deu porque a indústria que incorporou novas técnicas produtivas se direcionava à produção de bens que não faziam parte do consumo do trabalhador como: automóveis, aparelhos eletrodomésticos. Isso implicava dizer que as taxas de produtividade não influenciavam a elevação das taxas de lucro por meio do consumo individual do trabalhador, mas sim a massa de valor adquirida pela exploração do trabalho (MARINI, 2011). O que existia era um precipício entre o nível de vida do trabalhador e das camadas localizadas na esfera alta da circulação dada por uma imensa retração do mercado interno.

Agora, uma nação com um parque industrial mais amadurecido, enxerga na exportação de sua produção (tanto manufatureira, quanto supérflua) a única alternativa para manter a ampliação de sua massa de lucro. Esse afã do Brasil em busca de mercados consumidores é o fator gerador de outra categoria marinista: o de subimperialismo.

4.2.9 Subimperialismo: o projeto (não realizado) dos militares.

Tratando especificamente da categoria subimperialismo, Marini (2012) afirma que a partir do regime militar implantado em 1964 o Brasil passa a ter um novo estilo na política externa cujo principal fundamento é uma adequação

perfeita dos interesses nacionais à política estadunidense de hegemonia mundial.

Marini (2012) afirma ser necessário retomar as características da política estadunidense no pós-guerra no plano interno àquela nação e na sua relação com os outros países a ela periféricos para esclarecer porque a América-Latina se tornou uma zona de influência do “Tio Sam”. Também será necessário prestar atenção às transformações ocorridas no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, isso nos trará a posição do Brasil frente aos Estados Unidos naquele período.

O primeiro ponto é que a concentração de excedente na economia estadunidense tinha atingido tal nível na metade do século XX que se seus investimentos se dirigissem unicamente à esfera produtiva, a estrutura econômica esbarraria em uma nova crise de superprodução. A solução para a questão seria a aplicação de excedente no setor improdutivo, setor bélico e em gastos com publicidade (MARINI, 2012). Um outro ponto, é que a expansão do capitalismo mundial a partir de economias já industrializadas mantém uma tendência “integracionista” expressa pela “[...] exportação de capitais [...] dos países centrais aos periféricos [...] e pela subordinação tecnológica dos países mais fracos [...]” (MARINI, 2012, p.111). Esse processo de “integração” ou “cooperação” carrega contradições internas e pode ser sintetizada no conceito de “cooperação antagônica” (TALHEIMER apud MARINI, 2012). Essa integração onde países submetidos a processos de industrialização tornam-se centros exportadores de capitais (integração imperialista), carrega fissuras que dão margem, contraditoriamente, a processos revolucionários nos países subdesenvolvidos. Isso ocorria porque existia uma diversidade de capitais muito grande nessa época que impedia uma sincronização perfeita da penetração imperialista. E deve-se salientar que capitais investidos em atividades de exportação não possuem exatamente os mesmos interesses que os aplicados na atividade industrial ou agrícola do mercado interno (MARINI, 2012).

Soma-se a isso imprevistos do tipo: “Pode ocorrer – como aconteceu, por exemplo, no Brasil entre os anos 1930 e 1950 – que o setor industrial nacional aumente de maneira muito mais rápida que a desnacionalização econômica resultante dos investimentos externos” (MARINI, 2012, p. 113). Aqui acontecia um choque no terreno cambial, a necessidade de exportação dos países centrais (que implementavam regras a estrutura do comércio exterior) gerava limites as importações de uma indústria nacional nos países periféricos com certo grau de desenvolvimento. Isso se alia à necessidade eminente que os países desenvolvidos tem de exportar capitais “obsoletos” a suas cadeias produtivas. No fim, esse impasse encontra resolução (no caso das economias latinas) no investimento direto de capitais estadunidenses (também sob a forma de bens de capital). Isso implica em primeira instância na desnacionalização e integração de capitais (MARINI, 2012).

Essa “cooperação antagônica” encontra sua crise no declínio do sistema de exportação brasileiro de acentuação semicolonial. Existem dois motivos para que isso ocorra. Primeiro, os Estados Unidos não tinham capacidade de absorver os volumes crescentes de exportações que a indústria brasileira necessitava para adquirir divisas à sua industrialização. Segundo, o regime de propriedades de terras obstaculizava a oferta de gêneros alimentícios e de matérias-primas necessárias pela indústria e pelo crescimento demográfico¹¹. Nos anos 1950, os governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek encontraram uma forma pacífica de solucionar o impasse sem remeter a um confronto entre as posições envolvidas que, no plano interno, apresentava a seguinte configuração: burguesia industrial x burguesia agroexportadora. No plano externo, a indústria nacional x indústria estadunidense (MARINI, 2012).

A pretensa solução desenvolvimentista foi posta em movimento: a economia brasileira se abriu aos capitais estadunidenses. Nesse marco se

¹¹ Marini (2012) recorre frequentemente aos escritos de Karl Marx para deixar claro que um regime de propriedade atrasado prejudica o abastecimento da grande indústria. A propriedade agrária deve se desvincular de interesses restritos (que atendem viciosamente a oligarquias locais) e se direcionar a valorização do capital de forma impessoal. Sodré (2002) trata da mesma questão ao relatar as iniciativas necessárias a transição de um capital comercial no feudalismo ao capital comercial no capitalismo. Nesse caso, tratando também da participação do capital usurário nesse processo.

sobressai o Plano de Metas com um investimento de 2,5 milhões de dólares que empurra novamente a expansão do setor industrial. No entanto, no ano de 1960 essa ação começa a se esgotar com a queda no preço e volume de exportações, também com a imensa vasão de lucros obtidos pelo capital estrangeiro no Brasil, afundando o país em uma séria crise cambial (MARINI, 2012).

Alguns fatores nesse contexto necessitam serem detalhados. Primeiro, a expansão industrial brasileira teve como consequência uma elevação da produtividade do trabalho, o que agravou o problema dos números de postos de trabalho na indústria:

[...] entre 1950 e 1960, frente a uma taxa de crescimento demográfico de 3,1% ao ano e enquanto a população urbana cresce quase 6% ao ano e a produção manufatureira mais de 9%, o emprego na atividade industrial não apresenta um aumento anual maior que 3% [...] (MARINI, 2012, p.116).

O segundo aspecto diz respeito à dinâmica de classe interna no Brasil. As contradições que anteriormente (1953-1954) havia se manifestado entre uma burguesia defensora de uma indústria desenvolvida em confronto com uma classe média, e massas trabalhadoras em busca de melhorias no seu nível de vida retornaram com energia redobrada. Isso aliado aos estreitos marcos estabelecidos pelo setor latifundiário exportador. Qual o resultado desses embates? A burguesia industrial urbana, pressionada, ataca com sua política de classe. Os mandatos de Jânio Quadros e Joao Goulart são símbolos desse esforço. Como isso ocorreu? Nesse período existe uma tentativa do governo em ampliar sua margem de manobra a partir da diversificação de mercados convidativos à atividade de exportação (África e América-Latina). Isso abriria caminho para a diversificação do mercado interno. Ocorre que esse movimento divergia dos interesses dos latifundiários e dos grupos monopolistas exportadores, em sua maioria estadunidenses (MARINI, 2012).

Nesse embate o governo buscou apoio junto às massas trabalhadoras urbanas. No entanto esse grupo já havia, pela própria emergência que a crise financeira impunha, radicalizado suas lutas. Quanto aos setores médios, esses, afetados pela crise cambial do período e ameaçados pela sua completa

proletarização, inclusive com algumas parcelas em pânico não puderam ser de grande valia aos planos de Goulart (MARINI, 2012). No plano ideológico, o discurso anticomunista, a radicalização das ações de massas, o fracasso do Plano Trienal de Goulart e por fim, a revolta dos marinheiros, deixaram o lugar na capacidade de governar, vazia. Quem assumiria esse posto em um gesto audaz seriam os militares da Escola Superior de Guerra (MARINI, 2012).

A partir de Castelo Branco a “política externa independente” de outrora entra em decadência e as proposições de intelectuais como o general Golbery do Couto Silva (“Aspectos geopolíticos do Brasil”) ganham circuito. Segundo ele, o Brasil sofria inevitável influência dos Estados Unidos pela proximidade geográfica com esse país. Segundo o chanceler Leitão da Cunha, era necessária uma aliança interamericana fundada no conceito de interdependência (MARINI, 2012). Esse elemento ideológico foi fundamental ao apoio que o Brasil deu aos Estados Unidos à invasão da República Dominicana e revelava a submissão do Brasil a diretiva onde a ajuda econômica dos Estados Unidos estava vinculada a ajuda militar do Brasil aos EUA. Com essas decisões, a burguesia brasileira caminhava conscientemente para a sua integração ao imperialismo estadunidense.

Outra questão diz respeito à tentativa de instauração de um complexo militar no Brasil. O documento símbolo disso são as diretivas presentes no Plano Trienal 1964-66. Em síntese, esse documento democratizava a atuação do capital estrangeiro no Brasil como via para enfrentar a situação de inferioridade do capital privado nacional no mercado mundial. Isso deu condições à expansão de alguns setores e ramos industriais, especialmente o metalúrgico, de material de transporte e químico que apresentaram crescimento significativo durante o governo de Castelo Branco enquanto o setor têxtil, de couros, de calçados, de vestuários regrediram (MARINI, 2012).

Isso significa que a opção por um mercado interno economicamente participativo estava fora dos planos do governo militar. Isso estraçalhou a pequena e média indústria ligada à produção de bens não duráveis. Também expôs o desejo do governo em consolidar uma indústria de bens intermediários

com elevada composição técnica da produção (MARINI, 2012). A outra questão é o incentivo ao fortalecimento do setor bélico nacional.

[...] em agosto de 1965, o subsecretário estadunidense de Defesa para Assuntos de Extremo Oriente, Avin Freeman...manifestou interesse do Pentágono em adquirir, no Brasil, armas e outras manufaturas para a guerra do Vietnã em virtude da dificuldade em mobilizar...a indústria estadunidense para a produção de guerra. [...] (MARINI, 2012, p. 125).

Também em 1966 houve a visita de agentes do governo norte-americano que manifestaram o interesse de implantar uma fábrica de aviões turboreatores do tipo anti-guerrilha (MARINI, 2012).

Segundo Marini (2012) é importante ressaltar que o Brasil não aceitou passivamente as decisões do governo norte-americano. Embora no contexto dos fatos acima expostos, contribuía para a expansão imperialista, nela assumindo posição central. Não se trata de vincular esse posicionamento somente ao desejo de destaque político pelas lideranças nacionais, mas também de associar tal movimento às implicações econômicas que a opção pelo desenvolvimento integrado impõe às elites brasileiras. Nisto está embutido o restabelecimento das antigas classes oligárquicas exportadoras. Na esteira industrial existe o consenso em modernizar o parque industrial brasileiro com recursos aos equipamentos obsoletos ao Estado Norte-Americano (MARINI, 2012). É importante lembrarmos que o Brasil se tornou nesse período, um país com imensa oferta de mão de obra. Essa indústria apresentava aguda expansão técnica. Como efeito desse movimento, existiam elevados níveis de desemprego e extrema necessidade de trabalhadores qualificados. Ocorre, mais uma vez, que a aliança com o latifúndio não permitiu que a classe trabalhadora brasileira absorvesse a crescente produção decorrente da modernização do parque industrial nacional. Disso decorria a particularidade brasileira no que diz respeito aos métodos de exploração do trabalho (superexploração), contradição que repousa no vínculo do aumento das taxas de mais-valia estarem vinculadas ao enfraquecimento do consumo do trabalhador (MARINI, 2012).

Diante disso, a partir do governo de Castelo Branco a burguesia nacional assumiu uma posição de ampliação do mercado externo com a incorporação

extensiva de mercados formados (a exemplo do Uruguai). Estavam postos os motivos para a expansão imperialista do Brasil aos países latino-americanos, de outra maneira, uma extensão indireta do imperialismo estadunidense. Posteriormente, a história provará que existiam certas vicissitudes nesse processo. A primeira variável é que esse “subimperialismo” brasileiro não podia alcançar êxito fora dos limites da “cooperação antagônica”. Outra questão é que haveria uma disputa pela esteira desse processo na própria América-latina. A querela entre o Brasil e a Argentina seria símbolo disso. Inclusive desaguando em uma corrida armamentista com compras massivas de armamentos no exterior e com o desenvolvimento acelerado de suas indústrias bélicas (MARINI, 2012).

Marini (2012) não deixa de ressaltar que alguns setores elitistas tentaram dialogar com a classe trabalhadora nesse momento. No entanto, os elementos históricos dispostos após o Golpe Civil-Militar de 1964 acabaram por realizar uma cisão horizontal entre as classes. De um lado, uma coalizão dominante (a burguesia, empresários estrangeiros e os grandes proprietários de terra). No outro lado, as massas trabalhadoras da cidade e do campo. Aqui se repousava o caráter revolucionário da realidade que Marini (2012) aludia. Era inevitável um intenso embate entre classes que desaguaria em uma guerra civil pelo próprio grau de exploração no qual as massas trabalhadoras estavam inseridas.

De maneira ampla, é importante salientar que o desenvolvimento econômico brasileiro após o Golpe Civil-Militar de 1964 partiu das reivindicações do capital internacional. Isso estava ligado às facilidades de exploração do trabalho e a busca por novos mercados que os países centrais almejavam. Existiam duas frentes principais para se atuar. A primeira consistia em complementar o mercado interno através do consumo público. A segunda seria a ampliação do mercado externo. No primeiro eixo se investiu em obras vinculadas ao interesse do capital “[...] seja com o objetivo de criar maiores facilidades para sua reprodução, seja com a finalidade de absorver parte daquilo que não podia ser destinado ao consumo popular [...]” (MARINI, 2012, p. 165-166). Nesse contexto, grandes obras de infraestrutura, como a

ampliação do setor energético (que visava dar subsídios aos mais diversos setores industriais) aliada à intensa compra de material bélico (suporte material das forças armadas) transfiguravam-se na coluna vertebral do esquema subimperialista (MARINI, 2012).

No âmbito do mercado externo, as possibilidades de expansão estavam subordinadas aos interesses dos monopólios internacionais. Aqui, é importante a participação da coalizão burguesa vinculada à indústria pesada, pois esta orientava sua produção a mercados que tivessem condição de absorvê-la, mas também impulsionava o nível tecnológico da indústria leve. Dois fenômenos ilustram essa argumentação: a “questão nuclear” e a do “café solúvel”. Sobre a primeira, é importante dizer que a aproximação do governo militar brasileiro dos EUA tinha como um dos propósitos aumentar o poderio militar nacional. Mas também se preocupava em fomentar uma superioridade da indústria nacional em relação aos outros países medianamente desenvolvidos (questão nuclear). Também havia a intenção de dinamizar a indústria leve sem recorrer ao mercado externo com a inserção de novas técnicas produtivas e de refinamento (café solúvel). Nesses dois casos, os EUA impuseram limites à autonomia industrial nacional. O que permite dizer que a ascensão imperialista brasileira sempre tinha sido uma intensão não realizada (MARINI, 2012).

Marini (2012) aponta também que o modelo subimperialista (no que diz respeito a dinâmica de “frações governistas” nacionais) estava intimamente vinculado a sua representação ideológico-política. No entanto essa mesma representação trazia fissuras objetivas condicionadas por fatores externos apresentados pelas nações imperialistas:

[...] a equipe tecnocrático militar que tomou o poder em 1964 [...] condicionava [...] a burguesia [...] que [...] só poderia ter uma consciência parcial e incompleta de seus próprios interesses, muito inferior ao grau de consciência ostentado por sua representação, tendo então que ser ‘convencida’ de que o modelo expressava a solução mais adequada para os problemas gerados pela acumulação. Para isso era necessário apresentar resultados imediatos, e os obstáculos externos, na medida em que atrasavam a obtenção desses resultados, provocavam um afastamento inicial entre as reivindicações burguesas e a política geral do regime [...] (MARINI, 2012, 167-168).

A classe burguesa tinha se subdividido e dado origem a uma elite que se beneficiava da centralização de capitais. Contudo setores médios vinculados a uma indústria mais atrasada se beneficiava também do extremo rebaixamento da força de trabalho no período. Esse último grupo sentia com maior ênfase as flutuações salariais no custo de sua produção. De toda forma, esse fato não compensava os prejuízos trazidos com a queda do poder de compra dos trabalhadores. A situação econômica e social dos trabalhadores se processava de maneira específica no Brasil. No próximo capítulo, abordaremos alguns aspectos relacionados ao conceito de “questão social” que possuem correspondência direta com esta condição.

4.3 “QUESTÃO SOCIAL”: DA UNIVERSALIDADE ÀS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS.

No último capítulo do presente trabalho pretendemos investigar as principais concepções que alguns teóricos do Serviço Social têm sobre a “questão social”. O objetivo de tal incursão é fixar para o leitor parte dos acúmulos teóricos trazidos pelo debate sobre um elemento tão caro à assistência social e, quiçá, sinalizarmos a nossa contribuição apresentando novos elementos calcados em cientistas sociais pouco usuais no estudo do tema. Nesse caso adotaremos as proposições de Ruy Mauro Marini como marco de nossa contribuição.

Durante nossa exposição pretendemos derivar os elementos constituintes de uma “questão social brasileira”, pois, como já demonstrado nos capítulos anteriores, o capitalismo brasileiro é *sui generis* com o que é plausível pensar também em particularidades da “questão social” no Brasil. O que fizemos até aqui foi articular a dimensão totalizadora do modo de produção capitalista aos elementos particulares que engendram a especificidade brasileira num movimento de situação sócio-histórica de conceitos e categorias universais. Assim, a pergunta que norteia o presente capítulo é: É possível pensar particularidade na “questão social brasileira” à luz dos desdobramentos feitos anteriormente? Em caso afirmativo, quais seriam as mediações

encontradas no terreno concreto das contradições sociais que permitiriam apontar os elementos objetivos de tal assertiva?

Para percorremos esse caminho optamos por apontar, primeiramente, os elementos abstratos acerca da categoria “questão social”. Esse passo inicial nada mais é do que tomar a “questão social” como ela é, uma categoria reflexiva surgida em meio ao conservadorismo cristão no século XIX (por isso o uso das aspas), portanto algo que é confrontado imediatamente no campo dos fenômenos sociais.

Santos (2012) salienta que o termo “questão social” não poderia ser compreendido como uma categoria (pelo menos no sentido marxiano) porque não é relativa a determinação da existência de um fenômeno, ela não existe na realidade. Antes deve ser entendida como um conceito, cuja natureza é reflexiva, intelectual (PONTES apud SANTOS, 2012). O que possui existência real são as expressões da “questão social”, determinadas pelo modo de produção capitalista. Nos teóricos do Serviço Social brasileiro esta categoria assume lugar central, pois elucida o objeto de estudo e de intervenção do profissional da área e ainda constitui um dos pilares explicativos das políticas sociais. Portanto, o objetivo desta etapa é sentar bases concisas para a exposição de alguns elementos históricos da conjuntura brasileira, ou seja, apreender as mediações histórico-concretas que devem estar no centro da constituição das categorias, recorrendo a outra categoria que, muito embora não esteja alçada na obra de Marx ao estágio reflexivo, o está do ponto de vista ontológico. Essa categoria é a de “formação social”. Tomemos a seguinte passagem:

O fato portanto é o seguinte: indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção (MARX apud SANTOS, 2012, p. 53).

Postos estes termos, o nosso esforço é o de tratar o conceito abstrato “em-si” e nesse caso recorreremos a autores como Iamamoto (2001) e Netto (2001), estudiosos que são referência na divulgação do tema dentro do Serviço

Social brasileiro. No entanto, esse movimento isolado só permite apanhar a generalidade dos fenômenos sociais. Se objetivamos aprofundar nossa compreensão sobre o objeto de estudo, temos que recorrer à história, ao modo que ela se objetivou durante o decorrer do tempo histórico em um território específico. No caso do presente estudo, a realidade brasileira é a “pedra angular” e o trabalho é tomado como categoria fundadora das relações sociais e imperativa no modo como essas relações se articulam dentro dos processos sócio-históricos.

Nessa perspectiva, em um segundo movimento estaremos analisando dados relativos ao mercado de trabalho e ao regime de trabalho no Brasil. Para tanto, tomamos como aporte o livro *Questão Social: particularidades no Brasil*. Esta publicação é derivada da tese de doutorado de Josiane Soares Santos intitulada: *Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro*. Esse texto fornece um importante aporte ao estudo de elementos como taxas salariais, níveis de produtividade do trabalho no Brasil, processo de industrialização nos anos 1950 e 1960 e suas reverberações sobre as condições de vida da classe trabalhadora.

Esse esforço de captar e expor as categorias presentes no conceito de “questão social” em dois movimentos é devido ao fato de estas serem tomadas em uma dupla dimensão. A dimensão ontológica que as caracteriza como ‘formas do ser, determinações da existência’, conforme deve ser concebido todo objeto pertencente ao mundo social que existe independente do conhecimento que se tenha sobre ele. A segunda dimensão das categorias seria a teórica, que responde, no nível do intelecto, ao movimento do real. Nisso é necessário ressaltar a primazia ontológica da realidade sobre o pensamento. O conhecimento teórico existe em decorrência de uma substância real sobre a qual o pensamento racional se debruça. Inverter essa lógica e generalizar os movimentos sociais seria um erro metodológico grave.

Não é nossa intenção analisar uma variável em particular como Santos (2012) faz em sua obra, ao se aprofundar no fenômeno do desemprego como forma derivada da “questão social brasileira”. É fundamental olharmos para

dados como formalização e informalização do trabalho, níveis de desemprego, graus de pobreza relativa e absoluta e violência para estabelecermos mediações que possibilitem ir além da manifestação imediata do fenômeno posto e adentrarmos em sua essência estabelecendo conexões históricas profundas com a formação histórica do Brasil.

Como último movimento, trazemos o resgate dos dois primeiros capítulos estabelecendo nexos com os debates presentes neles, ou seja, a “controvérsia da revolução brasileira” e as categorias marinistas relativas à dependência para, enfim, fundamentarmos os elementos constituintes da “questão social brasileira”, vista agora pelo olhar da Teoria Marxista da Dependência. Tal iniciativa se faz necessária porque o atual estágio da luta de classes no Brasil traz muitos elementos do passado recente do país, só que agora amparado em um novo estágio de acumulação do capital condicionado por taxas decrescentes de lucro, o que está gerando maiores restrições ao campo dos Direitos Sociais. Posto isto, é imprescindível que os assistentes sociais estejam atentos a tal conjuntura para fundamentar uma reflexão teórica e prática profissional qualificada e amparada em valores éticos concisos.

4.3.1 “Questão Social”: uma polêmica fina no Serviço Social

Muito embora o conceito de “questão social” seja utilizado em diversos campos profissionais e disciplinas variadas. No Serviço Social esse ponto tem saliência central, representa um ponto polêmico e o próprio objeto de intervenção da profissão. Nesse contexto existem diferentes leituras e posicionamentos vinculados a intelectuais e profissionais na esfera da defesa dos Direitos Sociais. Isso porque estes estudiosos possuem vinculações teóricas e posicionamentos políticos dissonantes, o que reflete sobremaneira no modo como apreendem as reverberações da “questão social”. Para situar o leitor nesse debate, iremos expor alguns elementos advogados por cientistas e fundamentais para a apropriação crítica do conceito de “questão social”. Neste movimento, adotaremos apenas estudos desenvolvidos por assistentes sociais.

Para Iamamoto (2001), a “questão social” é intimamente ligada ao complexo do trabalho. Este complexo está inserido em uma arena de disputas entre projetos societários fomentados por distintos interesses de classe acerca de proposições econômicas e políticas. Vista por muitos como um problema de disfunção social decorrente do fim do “Estado Providência”, as apreensões da “questão social” frequentemente possuem uma visão reducionista da problemática e propõem como solução do impasse a humanização dos problemas sociais, não importando se vinculado a valores abstratos, como a solidariedade desvinculada das classes sociais. Para observar o fenômeno da “questão social” sobre um viés crítico, Iamamoto (2001) sugere observar a mesma como produto do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, portanto um fenômeno com raízes no século XIX. Ressalta que foi a partir da segunda metade desse século que a classe trabalhadora pode enfrentar o problema de maneira coletiva e articulada, desenvolvendo ações reivindicatórias de inserção do Estado no desenvolvimento de políticas sociais de cunho universal. Neste processo, existem duas dimensões intrincadas nas manifestações da “questão social”. A dimensão em-si, de caráter econômico, posto que o lugar do trabalho na estrutura social é de subordinação à lógica de valorização do capital; e a dimensão para-si do fenômeno, ou dimensão política – que é quando a classe trabalhadora o assume como objeto de disputa, de lutas e reivindicações.

Outro ponto é que os fenômenos sociais, a exemplo da “questão social”, não podem ser vistos como meros fatos econômicos decorrentes do intercâmbio do homem com a natureza. Toda a ação do homem se manifesta na história, matéria essencialmente social. Isso leva a duas considerações. A primeira é que a forma mercadoria é a construção elementar das relações sociais no capital. O próprio trabalhador aparece como um “vendedor da sua força de trabalho”. O que quer dizer que em certa medida de tempo, o trabalho assume a forma específica de trabalho assalariado, fato que deriva de condicionantes sociais (IAMAMOTO, 2011). A segunda característica é que a mais-valia é a finalidade da produção no capitalismo. Isso tenciona a intensificação das forças produtivas do trabalho social/coletivo. Isto é uma

relação histórica, se situa em um estado de condições materiais específicas (IAMAMOTO, 2001). No fim, o conjunto dos meios de produção é transformado em capital. Deste percurso temos como derivação imediata que a “questão social” é uma construção pertencente à maneira como o sistema capitalista se reproduz. Diz respeito diretamente à mutilação do trabalho enquanto princípio formador do gênero humano. Para tanto, é subsumido o trabalho à lógica de valorização do capital. Esse mecanismo remete à reprodução capitalista a contradição entre capital x trabalho, em que se gera riqueza na medida em que o lucro privado se espalha em uma produção mundialmente articulada, ocasionando, por isso, elevados níveis de miséria, o que põe o tema como questão de ordem no Serviço Social, já que é imperativo para a sobrevivência da classe trabalhadora que os resultados da produção sejam socializados.

Ainda como ponto importante, é necessário afirmar que a separação do trabalhador das condições de seu trabalho transformam os mesmos em “pobres virtuais”. Isso porque sua capacidade de criar o novo é direcionada unicamente para a forma valor (o trabalho medido no tempo). Além disso, as potencialidades da classe trabalhadora são mera potência, pois só existe a possibilidade de integração dos indivíduos no sistema produtivo hegemônico por meio do “mercado capitalista” que iguala o trabalho humano a todo o resto de mercadorias dispostas ao consumo e cujo controle é alheio a todos os trabalhadores. Assim, quanto mais se desenvolve o mercado, mais maduras se encontram as condições de trabalho no capitalismo, maior é o grau de pauperismo do trabalhador. O que tem como derivação que a pobreza não é um fenômeno gerado pela má distribuição de renda, mas decorrente da esfera da produção (IAMAMOTO, 2001). Iamamoto sintetiza: “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado.” (IAMAMOTO, 2001, p. 16). Outro elemento que compõe a definição do conceito de “questão social” é a emergência da luta coletiva dos trabalhadores em prol de direitos atinentes ao trabalho.

Iamamoto (2001) salienta que no Brasil contemporâneo o tratamento do tema tem evocado pressupostos conservadores como a substituição das

demandas advindas das classes laboriosas pela das “classes perigosas” com a criminalização dos movimentos sociais. O atendimento às necessidades dos trabalhadores passa a ser ligado ao atendimento focalizado de suas demandas. Aqui se forma um binômio composto por assistência e repressão em detrimento de consensos adquiridos por vias democráticas. A democracia é, assim, uma plataforma política frágil no país. Iamamoto (2001) também alerta que a compreensão fragmentada da “questão social” pode fazer com que a responsabilização dos efeitos do fenômeno recaia sobre os indivíduos isolados, perdendo a compreensão de classe envolvida no convívio de grupos sociais e nos efeitos que os conflitos perpetrados por essas coletividades geram ao tecido social. As potencialidades de enfrentamento da “questão social” são, portanto, esvaziadas, pois suas particularidades são obscurecidas, não se detectando suas várias formas de manifestação: trabalho infantil, violação dos direitos humanos e violência.

A “questão social” necessita ser compreendida como um fenômeno histórico. Nessa altura, Iamamoto (2001) salienta quatro mediações para a apreensão da “questão social contemporânea”. A primeira diz respeito ao fato da lógica financeira do capital tender a acentuar diferenças de renda do trabalho e do capital, aumentando a concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas. Também a abertura repentina dos mercados periféricos das economias dos centros mundiais, o que desagua em fechamento de empresas nacionais, déficit da balança comercial, na elevação das taxas de juros e no ingresso maciço de capitais especulativos. As importações substituem a produção nacional. “A economia passa a mover-se entre a reestruturação de sua indústria e a destruição de parte do aparato industrial que não resiste a competitividade dos grandes oligopólios e a grande expansão das exportações e importações.” (IAMAMOTO, 2001, p. 19). As políticas financeiras dos grandes centros capitalistas passam a ser as embaixadoras da concentração da produção industrial. Vimos no segundo capítulo que existem nos pressupostos marxistas razões objetivas para que isso ocorra em países periféricos de maneira mais acentuada.

O segundo ponto é referente à flexibilização das formas de gestão da força de trabalho no globo. Esse modelo ergue uma ampla concorrência no mercado mundial. A lógica passa a ser a diminuição dos gastos e maximização dos lucros. A criação do “fator trabalho”, o que na prática representa a figura do trabalhador polivalente, precarizado por mecanismos de contrato como a terceirização e tensionado constantemente a ampliar os níveis de exploração de seu trabalho. Além disso, temos uma profusão da participação de capital fixo no processo produtivo. Os exemplos são a robótica, a informática, a microeletrônica que contribuem para uma reestruturação dos processos de trabalho, incluindo o conteúdo dos processos laborais (IAMAMOTO, 2001).

O terceiro ponto se dirige à plataforma política com a divulgação do ideário neoliberal. Sendo assim, a participação do Estado no financiamento de políticas sociais é reduzida sobre o argumento da redução de custos fiscais. Os interesses nacionais passam a ser vigorosamente submetidos às diretrizes do capital financeiro e ao pagamento da dívida interna e externa como condição para a manutenção da confiança dos investidores privados nas economias. Neste cenário o assistente social se vê tolhido em suas ações, pois precisam de recursos, meios de trabalho e condições para operacionalizar políticas e serviços sociais públicos (IAMAMOTO, 2001).

O quarto e último ponto é referente à sociabilidade gerada pelos três fatores anteriores. Os critérios do mercado passam a ser o eixo regulador da vida social. As diretrizes para analisar os fatores sociais passam a ser regidos por pontos pragmáticos como a rentabilidade, a eficiência. A mentalidade utilitarista ganha circuito e cada indivíduo é chamado a se virar no mercado (IAMAMOTO, 2001). Nesse contexto, a naturalização da questão por pressupostos positivistas e o apego à solidariedade é recorrente.

Iamamoto (2001) afirma que, para haver a compreensão da dimensão em que se encontram os meandros constituintes da “questão social contemporânea” é necessário ter em mente a disputa de dois projetos distintos. Essa disputa é representada pela defesa dos direitos sociais públicos em oposição à mercantilização do atendimento às necessidades sociais. O

primeiro movimento é materializado na carta magna de 5 de outubro de 1988. Ou seja, tem por base o aprofundamento de práticas democráticas com participação, controle popular e equidade. O Estado nessa perspectiva é o principal ente de estímulo ao desenvolvimento das políticas sociais no atendimento às carências da maioria da população. Dentro disso, a atuação dos conselhos de saúde, de direitos e de assistência é fundamental. No entanto, dado o avanço do ideário neoliberal e do apego aos trabalhos voluntários (em geral, responsabilidades estatais transferidas para a sociedade civil), por sua vez, calcados na despolitização da “questão social”, faz-se necessário também o estímulo ao trabalho de base, de educação e mobilização popular que aparentemente foi submerso no Serviço Social pelos reflexos dos movimentos sociais na última década (década de 1990).

No que se refere à mercantilização dos direitos sociais, Iamamoto (2001) afirma haver também um agigantamento do chamado “terceiro setor” (o primeiro setor seria constituído pelo Estado e o segundo setor pelo mercado). Esse setor, segundo a perspectiva legalista é considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento da sociedade. Composto principalmente de entidades que emergiram dos movimentos sociais e originárias da “filantropia empresarial”, portanto englobando entidades de origem distinta (pública ou privada). Uma característica é que além da exclusão de organismos de cunho político como os sindicatos, associações, entre outros, a ideologia envolvida no terceiro setor tenta se equiparar as da sociedade civil, no que tange a satisfação de demandas coletivas advindas da população, só que afirmando sua existência desvinculada de conflitos sociais de natureza classista. No fim, as entidades do terceiro setor não condensam reivindicações da sociedade entendida como uma construção universal, mas demandas setorializadas e privadas a grupos específicos. A perspectiva de direito social se esgota e se metamorfoseia em uma mercadoria. Em atividade de natureza distinta, associada ao mecanismo de compra e venda de um bem, no caso em questão, o direito social.

Embora esse cenário seja pouco otimista, os assistentes sociais estão sendo tensionados a ampliar seus espaços ocupacionais além da sua função

original enquanto executor terminal de políticas públicas. Dado o princípio constitucional de descentralização das políticas sociais e sua decorrente municipalização. A atuação em conselhos, em equipes multiprofissionais, em atividades de planejamento e gestão redimensionam os espaços ocupacionais do assistente social. Dessa forma, a profissão encontra novos campos de atuação. No entanto, isso não interfere na posição que o assistente social tem na divisão social e técnica do trabalho como atividade auxiliar da reprodução da força de trabalho com a prestação de serviços públicos ou privados, vistos como salário indireto. Em síntese, as implicações da mercantilização da força de trabalho especializada do assistente social, coloca, como imperativo, a análise do trabalho concreto de maneira articulada à órbita do trabalho abstrato, pertencente à sociedade capitalista, que se firma com a sociedade de mercado. Essa sociedade positiva uma ordem histórica de individualidade social. A questão é que seu selo distintivo é também seu modo elementar, o caráter social assumido pelo trabalho, necessariamente oposta à individualização da “questão social”.

Para Yasbek (2001), a “questão social” é o elemento que congrega a profissão com a realidade, o que remete à luta pela apropriação da riqueza em uma sociedade dividida em classes. Esse embate contém diferentes características que desapareceram e permaneceram com o passar do tempo histórico. Dessa forma, Yasbek (2001) afirma como elementos contemporâneos da “questão social” alguns pontos já colocados por Yamamoto (2001) como: transformações das relações de trabalho, perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade. Como elemento novo, Yasbek (2001) ainda traz a categoria de “subalternidade”, que nada mais é que a ausência de protagonismo de poder, expressando a dominação e exploração de um grupo social por outro. Esse elemento não está unicamente associado à dimensão econômica, mas diz respeito a processos de opressões diversos, de origem étnica, de gênero, de geração, entre outros. Em síntese, ainda segundo Yasbek (2001), pobreza, exclusão social e subalternidade configuram-se como modo de inserção na vida social, econômica, cultural e política na qual os pobres são desqualificados por suas

crenças, seu modo de pensar e seu comportamento social. Como Yamamoto (2001), Yasbek (2001) afirma haver no liberalismo uma confrontação de ideais igualitários com o princípio da diferenciação do mercado. Assim, para buscar solucionar essa contradição de maneira dúbia, o que era direito é transformado em ajuda, portanto não podendo ser judicialmente reivindicado, fato que acentua o clientelismo por parte das classes dominantes visto que o que “é dado” necessita de uma contrapartida, em muitos casos, a lealdade e a obediência.

Assim, as propostas neoliberais em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade (YASBEK, 2001, p. 37).

No fim, as políticas sociais são subordinadas às políticas de estabilização da economia. Os desafios postos aos assistentes sociais nesse contexto têm como orientação a concretização de um projeto ético/político vinculado a uma outra sociabilidade para além do capitalismo. Nesse projeto, existem mais perguntas que respostas.

Quanto aos elementos historiográficos relativos à categoria “questão social”, Netto (2001) salienta que o emprego do termo data do início do século XIX (década de 1830), tendo sido utilizado de maneira diversificada por diferentes grupos sociais. No entanto, o termo sempre estava associado ao principal fenômeno decorrente da industrialização da produção de bens e do amadurecimento do capitalismo concorrencial: o pauperismo, sobre condições extremas, da classe trabalhadora. A dinâmica proporcionadora de diferenças sociais entre ricos e pobres ganhava contornos inéditos, pois pela primeira vez na história humana a pobreza aumentava de maneira proporcional à capacidade da produção de riqueza. A partir de então, o que acontece na Europa ocidental no século XIX? A reação dos trabalhadores ao estágio de miséria enfrentado por eles através de diversos movimentos de resistência como os “*luddistas*” e posteriormente a constituição das “*trade unions*” em vistas ao enfrentamento da ordem burguesa. Essa movimentação deu vazão a debates de variadas ordens, relativos aos problemas sociais enfrentados pela

classe trabalhadora. Os apontamentos condensaram-se em um conceito: “questão social”. Dessa forma, o termo é cunhado a partir do desenvolvimento sócio-político das contradições de classe no capitalismo onde a organização burguesa é ameaçada pela organização dos trabalhadores.

A dispersão ideológica no trato com a “questão social” começa a ser limada após a Revolução de 1848, quando os setores intelectualizados vinculados à burguesia começaram um processo de naturalização da “questão social” secundarizando paulatinamente sua estrutura histórica, portando a sedimentando na mais clara base conservadora (NETTO, 2001). A proposta era que as mazelas vivenciadas pelos trabalhadores (doenças, fome, desemprego, desamparo, entre outros) eram consequências inelimináveis do desenvolvimento social moderno. Dessa forma, só poderiam ser enfrentadas de maneira residual através de uma intervenção política limitada. Posto isso, o programa de enfrentamento das consequências da “questão social” é feito através de pressupostos moralizadores com alinhamentos reformistas que preservem a propriedade privada dos meios de produção. Dentro desses pressupostos era impossível problematizar a ordem econômico-social estabelecida.

Mas é em meio a um cenário em que setores elitistas buscavam, a partir de recursos ideologizantes, frear o potencial organizativo da classe trabalhadora que, segundo Netto (2001), leva ao grande salto qualitativo da classe trabalhadora, ou seja, após a Revolução de 1848, onde se passa de uma compreensão de “classe em si” para “classe para si”. No entanto, é importante ressaltar que consciência política não significa o mesmo que compreensão teórica. A classe trabalhadora demoraria certo tempo para assimilar criticamente os elementos constituintes da desigualdade entre as classes no capitalismo, formulando, a partir disso, sua interpretação da “questão social”. É a partir da descoberta da “Lei Geral da Acumulação Capitalista” proposta por Karl Marx no primeiro tomo de “O Capital” que se tem a derradeira afirmação do pauperismo como elemento imprescindível ao desenvolvimento capitalista. Concluindo-se que é impossível suprimir a desigualdade social sem fazer o mesmo com o capitalismo, a “questão social” é

elementarmente ligada à exploração do trabalho, portanto a apropriação privada da produção coletiva. No entanto, pela primeira vez na história é possível que se suprima a exploração do trabalho sem que isso afete as condições de sobrevivência de toda comunidade humana, pois essas condições não diminuiriam a produção de riquezas.

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podiam suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sobre o comando do capital. (NETTO, 2001, p. 46)

Dessa incursão, Netto (2001) afirma não haver nenhuma ilusão com relação aos efeitos de pretensas reformas ocorridas dentro do sistema capitalista. Ocorre que esse debate é obscurecido pela ascensão econômica de algumas economias centrais, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que concentraram capital com o processo de reconstrução da Europa. No entanto, em nada limitou os crescentes estágios de pauperismo nos países periféricos. Somaram-se a isso as conquistas sequenciais dos movimentos sindicais durante as décadas imediatamente posteriores. Só a partir da década de 1970, a onda expansiva do capital tem seu fim. Daí em diante o que se viu foi um processo de reorganização do capital através de acordos ideológicos entre a classe trabalhadora e governos burgueses (M. Thatcher e R. Reagan), especificamente chefes de Estado da Inglaterra e EUA, e posteriormente uma rígida reorganização econômica denominada neoliberalismo (NETTO, 2001).

Importante citar que a gravidade da “questão social” nos diversos lugares do globo deu impulso a diversas produções teóricas caricaturadas que afirmavam existir uma “nova questão social”. Numa realidade social mais extrema, o que esses cientistas sociais de filiações teóricas variadas propunham era a revisão dos contratos sociais que estabelecessem vínculos

de solidariedade em comunidade transclassitas e reflexões alheias aos novos mecanismos de exploração do capital. Segundo Netto (2001), nada mais que utopias conservadoras características do século XIX.

Netto (2001) conclui que na verdade existem novas expressões da “questão social”, não uma “nova questão social”. Inclusive com elementos tradicionais que remetem ao século XIX. No fim, a “questão social” se complexificou, o que coloca o problema em identificar as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. No entanto, as contradições da “Lei Geral de Acumulação do Capital” permanecem objetivando-se em particularidades culturais, geopolíticas e nacionais.

Já Pereira (2001) sinaliza que mesmo havendo novas mediações envolvidas nas relações de trabalho, o cerne da questão permanece sendo a relação dialética entre estrutura e ação na qual sujeitos sociais assumem papel central na transformação de necessidades sociais em questões de ordem pública. Nesse contexto, também não poderíamos falar em uma “nova questão social”. Mas é inegável o papel de novos fenômenos como o desemprego estrutural, que segundo a autora incorrem em uma mudança civilizacional onde os valores iluministas de igualdade, liberdade e justiça social são secundarizados. O desemprego deixaria de ser uma manifestação passageira e se tornaria permanente. Dessa maneira, determinada parcela da população jamais seria incorporada ao mercado de trabalho e consumo. “Em consequência, tem-se o esvaziamento da sociedade salarial, a perda do poder de pressão e de contra-regulação social dos sindicatos, o desmantelamento dos direitos sociais e o aumento da pobreza relativa e absoluta.” (PEREIRA, 2001, p. 52). Nesse quadro, a pobreza invadiria o primeiro mundo e colocaria os trabalhadores com alto grau de qualificação sobre rígidas condições de trabalho, com elevadas responsabilidades. O que acabaria por gerar um quadro de neurose, ansiedade e deficiência de sentido. Do outro lado, os trabalhadores com reduzida qualificação profissional viveriam a incerteza de empregos temporários, com pouca segurança laboral. Em consequência, os dois “tipos” de trabalhadores acabariam passando por dificuldades similares, pelo menos no que tange aos abalos psicológicos sofridos.

Segundo Pereira (2001), as implicações desse quadro ainda não foram suficientemente explicitadas, não foram alvo de uma correlação de forças estratégicas que pudesse abalar a hegemonia da ordem dominante. Parte disso se daria porque existiriam pressupostos característicos na explicitação da “questão social”: a relação entre estrutura e sujeitos e também a presença de atores sociais capazes de se posicionar coletivamente. Esses elementos se articulariam com a presença de um Estado que regulasse direitos e deveres pela presença de regras democráticas que englobassem a luta política. No entanto, são essas condições que estão sendo desmanteladas nas últimas décadas. No século XIX, a “questão social” era caracterizada, principalmente, por um embate de natureza política e isto não está ocorrendo agora segundo a autora. Para a estudiosa “[...] a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais – mas, de embate político, determinado por essas contradições.” (PEREIRA, 2001, p. 54). Portanto, para o Serviço Social ter uma compreensão precisa dos fundamentos teóricos e políticos da “questão social” são necessários quatro questionamentos anteriores. A primeira indagação é referente às diferenças entre a “questão social” e suas precondições constituintes, sejam elas a miséria, desigualdades, entre outras. A segunda pergunta é referente às diferenças entre a “questão social” surgida no amadurecer da sociedade industrial e o embate de interesses entre duas classes principais: o proletariado e a burguesia. Isto em relação à chamada “nova questão social” gestada a partir dos anos 1970 na esteira da terceira revolução ou revolução tecnológica, fenômeno que esvaziou o poder reivindicatório dos trabalhadores. A terceira provocação se dirige às precondições constituintes da “questão social”. Não seriam os seus elementos o principal motivador de um esforço analítico por parte do Serviço Social? A miséria, as desigualdades e as opressões geradas por esses elementos não estariam emergencialmente na lista de fenômenos a serem decifrados, publicitados e submetidos ao julgamento público. Portanto invocar as latências da “questão social” para decisivos enfrentamentos seria um movimento fundamental na atualidade. A última questão é que o conceito de “questão social” estaria sendo referida de maneira tão genérica que ficaria

sendo confundida com questões sociológicas ou questões teóricas que frequentemente se dão no ponto de partida de pesquisas diversas tornando a categoria banalizada.

Para assimilar a noção de que a “questão social” não é “nova” e sim complexificada por novos elementos de ordem conjuntural, temos que ter em mente que o seu propulsor estaria nas mudanças sociais, nas forças produtivas identificadas com o desenvolvimento da maquinaria, com a descoberta de novas tecnologias, com a maturação do complexo da educação e por derivação direta: as mudanças ocorridas nos processos de trabalho (PEREIRA, 2001).

No caso do Brasil, os elementos constituintes da “questão social” seriam agravados pelo totalitarismo do neoliberalismo (OLIVEIRA apud PEREIRA, 2001), o que reverberaria em um esvaziamento da esfera pública, privatização dos negócios públicos, anulação das falas populares, desmoralização das demandas sociais e substituição da política pelo tecnicismo. Esse panorama implicaria em uma reformulação da “questão social” pautada pelo voluntarismo e focalizado na pobreza extrema. Isto, em parte, seria uma atualização da velha Lei dos Pobres “elizabetanas” e “vitorianas inglesas” (PEREIRA, 2001). Estes pressupostos se uniriam a propostas “schumpeterianas” que vinculariam a proteção social à contrapartida do trabalho, à criatividade empresarial e à autonomia dos consumidores para imprimir um estilo meritocrático para as políticas sociais.

Por fim, Pereira (2001) reforça que nem sempre os temas relativos à pesquisa, projetos de intervenção estão obrigatoriamente relacionados à “questão social” (de fato) no Serviço Social. Os assuntos pertinentes à profissão podem ser relacionados a um amplo espectro de fatos, processos e relações sociais reais e não constructos que necessitam de intervenção profissional. Os exemplos são variados, poderíamos destacar o desemprego estrutural; pobreza absoluta; violência urbana; entre outros. Segundo a autora, esses temas, mesmo estando em contato contínuo com mecanismos midiáticos, e representando efeitos deletérios à sociedade, nunca se tornaram em questões de caráter social que abrigasse o poder público a tomar medidas

eficazes de maneira a equacionar definitivamente suas reverberações. Constituem-se em questões não explicitadas, não sedimentando como tal, em parte pelo tratamento paliativo que receberiam (PEREIRA, 2001). A “questão social” representa mais que isso, faria referência a um estágio avançado, conflituoso e consciente de reação das classes subalternas à dominação capitalista.

Nesta primeira etapa de nossa exposição, vimos algumas das fundamentais considerações que os principais estudiosos, no campo da pesquisa em Serviço Social, afirmam sobre as manifestações da “questão social”. Nelas existem algumas divergências em relação à utilização de categorias e na sua conseqüente articulação. Para alguns, a dimensão da publicidade, ou seja, da movimentação coletiva em torno de reivindicações e da transposição dessas à “esfera pública” é central. Também a manifestação do modo de vida, da construção de códigos de pertencimento é central na compreensão e substância do entendimento de “questão social”. Já outros afirmam que o ponto central consiste em observar e tirar encaminhamentos a partir da dinâmica da luta de classes, para então articular a classe trabalhadora em torno da tomada dos meios de produção e conseqüente administração das riquezas produzidas. Nesse contexto, o ponto convergente entre todos está no fato de que as manifestações da “questão social” são sempre algo negativo ao progresso do gênero humano, em grande parte por degenerar as condições materiais ou espirituais da convivência social. Portanto compreendê-la, seja do ponto de vista sociológico e compreensivo, seja pelo ponto de vista revolucionário e crítico é um exercício urgente.

Em um tempo histórico onde se confrontam novos elementos, inéditos ao século XIX, ou mesmo, improváveis no início do século XX, desenvolver pesquisas que apreendam de forma crítica as reverberações da “questão social” é imperativo.

4.3.2 A “questão social” no Brasil: elementos particulares.

Após estabelecer as mediações mais abrangentes relativas ao problema da “questão social”, vamos nos deter aos elementos históricos vinculados à manifestação ou materialização histórica deste conceito no Brasil. Para tanto, estabelecemos pontos relativos às mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira e como isso afetou o regime de trabalho no país. Como enunciado na introdução do capítulo, trabalharemos com as proposições de Josiane Soares Santos no livro *“Questão Social”: particularidades no Brasil*. É nessa altura que pretendemos esmiuçar as características da “questão social brasileira”, sendo necessário tratar dos elementos constituintes do capitalismo brasileiro através da exposição das mediações constituintes de sua particularidade por meio de suas relações com a universalidade. Só assim podemos dizer que a escravatura (fenômeno característico do Mundo Antigo) foi instaurada nas Américas (com a expansão marítima e os processos de colonização) de forma subordinada a formas sociais do modo de produção capitalista. Este movimento consiste em uma particularidade da formação social brasileira (SANTOS, 2012).

Dessa maneira, a “questão social” é um fenômeno singular e ao mesmo tempo, universal, cujo fundamento comum é dado pela centralidade do trabalho na constituição da vida social. Santos (2012) optou por priorizar em seu estudo a questão do desemprego – que é uma das expressões da “questão social” mais diretamente ligada a leis da reprodução do capital. Portanto, tratando de suas mediações centrais, quais sejam o mercado de trabalho e o regime de trabalho. É dentro dessas duas categorias que Santos (2012) afirma residir as formas concretas de exploração do trabalho, e do outro o nível de interferência das classes sociais e do Estado em relação a essas mesmas categorias. Os exemplos são as legislações promulgadas para regular as relações entre capital e trabalho, o que remete ao movimento de que: “[...] para particularizar a ‘questão social’ é necessário ‘destrinchar’ as relações entre capital e trabalho, tomando-se em conta a realidade nacional, de nossa formação social” (SANTOS, 2012, p. 135)

Assim, temos que considerar quais as características do mercado de trabalho nacional. Com efeito, o mercado de trabalho se estruturou através de

um intenso processo migratório do campo para a cidade entre os anos 1930-1970. Particularmente no intervalo entre 1930–1956, onde se teve a centralidade da indústria de transformação na composição dos empregos gerados e, de outro lado, o perfil do trabalhador urbano-industrial que será a base para a estruturação posterior do movimento sindical em nível nacional. E foi justamente a partir do fim deste intervalo de tempo que se deu a “industrialização pesada”, um período marcado por intensa intervenção estatal na economia e associação entre capitais nacional e internacional como parte de um esquema de expansão mundial do capitalismo para aqueles países que não haviam participado da primeira revolução industrial. É no último período citado que as indústrias têxteis e de produtos alimentares declinam sua participação no emprego diante da indústria de transformação (SANTOS, 2012).

No entanto, este processo é interrompido com a ditadura e com a acentuação do grau de flexibilidade estrutural e precarização das ocupações, o que resultou em uma alta rotatividade dos trabalhadores em diferentes postos de trabalho onde o padrão de proteção social não impactou no regime de trabalho apesar do alto grau de regulação das relações de trabalho (SANTOS, 2012).

[...] particularidades da ‘questão social’ no país: a flexibilidade estrutural do mercado de trabalho e precariedade das ocupações. Essas particularidades são especialmente evidentes no contexto da ditadura militar, devido à intensa repressão às lutas de classe associada a uma legislação que, com a instituição do FGTS (Fundo de garantia por Tempo de Serviço), possibilita a elevação da rotatividade na utilização da mão de obra pelos empregadores [...] Com isso, quero sublinhar que ao contrário do que ocorria nos países cêntricos – cujo padrão de proteção social reforçava a estabilidade dos empregos como condição para as excepcionais taxas de lucro do período – a flexibilidade/precariedade se afirma como princípio estruturante dos postos de trabalho no Brasil (SANTOS, 2012, p. 22).

Nesse contexto entra o papel do trabalhador negro com a abolição da república, sendo antes o de população excedente em face da opção pela imigração de trabalhadores estrangeiros. No entanto, as marcas do escravismo, especialmente no meio rural são muito presentes. O trabalhador super explorado no meio rural acaba se reproduzindo em sua cultura política enquanto trabalhador assalariado urbano. As consequências foram o

autoritarismo patronal, unilateralidade das decisões, estímulo dos conflitos judiciais de natureza individual (impedindo que ganhos obtidos se transformassem em direitos de uma classe), forte atuação de intermediários substituindo as funções inerentes aos trabalhadores, sindicatos e empregadores (SANTOS, 2012).

Como o Brasil se constituía um país eminentemente agrário, os trabalhadores que exerciam funções em ramos produtivos voltados à exportação sempre tiveram maior atenção do Estado. O trabalhador “herdeiro” de relações trabalhistas escravas também era o que detinha a maior parte da atenção do Estado. Aqui se tem uma rígida estratificação dos trabalhadores a partir de suas posições no mercado de trabalho, a cidadania está embutida na profissão e os direitos derivados de tal condição, restringem-se ao lugar que o trabalhador ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido em lei. Uma conquista central dos trabalhadores brasileiros se deu em 1907, com a conquista de sua organização por categorias profissionais, independentemente da tutela do Estado. Mas esse grande salto qualitativo foi possível porque as demandas coletivas antecederam as demandas individuais e as greves de 1917 foram forças vitais para a criação de sindicatos autônomos (SANTOS, 2012). No entanto, o processo de ascensão de uma burguesia industrial por um movimento “heterônimo” se estabiliza nos anos 1930. O sindicalismo autônomo sofre um ataque sério a partir de 1935. Até a constituição de 1934 era admitido o pluralismo sindical, assim os sindicatos oficiais conviviam com os sindicatos autônomos relegando ao corporativismo a tarefa de desmobilizar as ações do último. No entanto, a partir da oficialização dos sindicatos imposta pelo Ministério do Trabalho e posteriormente a aprovação da Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), do imposto sindical, houve a combinação do tratamento legal ao aumento do controle sob os sindicatos e a restrição ao acesso ao imposto sindical (pago indistintamente por sindicalizados ou não). Tem-se o “xeque-mate” do sindicalismo autônomo no Brasil (SANTOS, 2012).

O Estado foi sendo implantado para intervir na “questão social” desde então, mas, nesse momento, havia um limite claramente estabelecido: essa intervenção deveria restringir-se às áreas urbanas e, dentre suas categorias, às

que tinham importância estratégica para a economia exportadora. Portanto, desde que a legislação promulgada não chegasse ao mundo agrário, a oligarquia cafeeira não lhe opunha obstáculos (SANTOS, 2012). Esse estado de coisas se tornou uma característica central da classe trabalhadora brasileira. Exemplo disso é que durante o Governo Dutra e os princípios constitucionais de 1946 (criada a Justiça do Trabalho e a proibição do direito, na prática, da greve, todos os dissídios passariam a ser arbitrados pela esfera judicial), houve uma elevação da taxa de exploração dos trabalhadores. O fato é que entre novembro de 1943 e janeiro de 1952 a base salarial ficaria congelada. As únicas categorias a obter reajustes nesse período foram justamente assalariados da classe média como bancários (SANTOS, 2012).

Posteriormente, a fase de “industrialização pesada”, iniciada em 1956 com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e intensificado com o início do período ditatorial modificará as condições de funcionamento dos mercados de capital e de força de trabalho, especialmente com a participação do setor automobilístico. “Isso indica, entre outras coisas, que o ‘surto’ de desenvolvimento econômico estava gerando dividendos apropriados, diversamente, é óbvio, tanto pela burguesia industrial brasileira, quanto pelas classes médias e pelo próprio proletariado.” (SANTOS, 2012, p. 145). Esse fato aumentou o grau de dependência da participação de capital estrangeiro no desenvolvimento interno da economia brasileira. A classe operária brasileira, com uma margem de consumo mais abrangente tendeu a se desmobilizar e a atuação dos sindicatos se tornou mais restrita a esfera estatal, pois as organizações só conseguiam mobilizar os setores industriais monopolizados pelo estado. A partir de então, as lideranças sindicais acabam por se enveredar no jogo do populismo sem perceber seus traços manipuladores e autoritários. A participação de sindicalistas nos institutos de aposentadoria e pensão, na comissão de salário mínimo e nas estruturas do Ministério do Trabalho eram a prova disso (SANTOS, 2012).

No fim, a “questão social” no Brasil possuía, predominantemente, traços antidemocráticos e repressivos. Isso é representado no teor corporativo da legislação social do trabalho, que teve um papel repressor quanto às

potencialidades organizativas dos trabalhadores brasileiros. E também presente no tratamento policial (no sentido estrito) dado ao tema. Soma-se a isso elementos político-econômico de natureza exógena que associam: “[...] baixos níveis de organização política e altos níveis exploração do trabalho.[...]” (SANTOS, 2012, p. 149). Os trabalhadores rurais não estavam ao alcance da regulação estatal, embora sua importância central no setor de agroexportação, fundamental para o equilíbrio da balança comercial brasileira. O Brasil, assim, atrai a participação do capital estrangeiro pelo baixo custo de sua força de trabalho. Em um período onde se gestavam políticas keynesianas associadas a mecanismos de negociação coletiva, o Brasil destoava completamente dessa conjuntura. “Tivemos uma regulação do trabalho que, embora essencial para moldar a subjetividade das classes trabalhadoras até os dias atuais, não possibilitou uma reversão do padrão histórico de exploração do trabalho pelo capital.” (SANTOS, 2012, p. 149).

O segundo momento do desenvolvimento do capitalismo no período denominado por Santos (2012) de “industrialização pesada” ocorre após 1964, em um período onde o mercado de trabalho brasileiro já tinha seus principais marcos regulatórios consolidados. As desigualdades regionais decorrentes desse movimento ganhariam circuito:

[...] se pela metade do século [XX], a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre distintas regiões, por outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente. Na medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda [...] O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a primeira guerra mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial (FURTADO apud SANTOS, 2012, p. 152).

Já Santos (2012) citando as proposições de Wilson Cano afirma que tanto a Primeira quanto a Segunda Guerra Mundial contribuíram, ao contrário, para a integração do mercado nacional, retardando a concentração industrial.

Por não haver possibilidade de modernizar o parque industrial nacional nesse período com importações de equipamentos, optou-se por manter as indústrias existentes em atividade. Essa concentração só ocorrerá com o início da “industrialização pesada”, agora com a participação de influxos tecnológicos que contribuiriam para dinamizar a estrutura produtiva, especialmente no estado de São Paulo. “De acordo com os Censos de 1919 e de 1970, o crescimento médio da indústria no Brasil foi de 7,2%. Enquanto em São Paulo e no centro-oeste registrou-se respectivamente um crescimento de 8,4 e 8,8% , no Nordeste essa média ficou em 5%.” (CANO apud SANTOS, 2012, p. 152). Somou-se a isso a produção tecnificada e capitalista de algodão e do açúcar em São Paulo. Esta produção bloqueava a produção da periferia do Brasil, principalmente a do Nordeste, região que já era prejudicada economicamente por uma agricultura com baixos índices de produtividade.

Na segunda fase da “industrialização pesada”, a precariedade dos regimes de trabalho passa a ser marca relevante da “questão social” no Brasil. Isso distancia completamente a realidade brasileira do padrão clássico de fordismo/keynesianismo. No Brasil as taxas de crescimento econômico sempre foram acompanhadas de “exclusão social”. Isso se deve a um processo de desenvolvimento tardio, esporadicamente democrático, dissociando-se do paradigma clássico em que:

Do ponto de vista da acumulação, a política de pleno emprego se explica pela elevação da produtividade, que impunha o crescimento, nas mesmas proporções, do mercado consumidor, para o qual era essencial, por sua vez, o crescimento do nível do emprego e do assalariamento (SANTOS, 2012, p. 159).

Este padrão era sustentado por uma alta regulação estatal e manutenção do pleno emprego, assim como citado no capítulo anterior, em uma divisão da esfera da circulação em baixa e alta. No entanto, o grande período de crescimento industrial no Brasil foi marcado por um regime político ditatorial onde uma legislação autoritária e repressiva privilegiou os regimes de contratos individuais de trabalho e foi acompanhada por uma alta rotatividade no emprego. Assim a consolidação da estrutura industrial iniciada nos anos 1930 era estabilizada sobre a rígida batuta do Estado ditatorial que paralisou

uma eventual elevação do salário mínimo legal, o que também serviu como instrumento de contenção das taxas inflacionárias.

Para fazer isso, uma das medidas tomadas pelo governo foi a centralização, na esfera do Poder Executivo, da definição dos percentuais de aumento do salário mínimo, a conhecida política do “arrocho salarial”. Em 1980 o salário mínimo tinha perdido 50% de seu ganho real em comparação a 1950. Nesse sentido, existiu uma forte concentração de renda nas décadas de 1960 - 1970.

O governo alcançava, desse modo, dois de seus objetivos de uma só vez: ao tempo em que despolitizava as relações entre capital e trabalho, enfraquecendo um dos eixos centrais da ação sindical, controlava a inflação e as condições macroeconômicas, mantendo-as atrativas aos investimentos estrangeiros (SANTOS, 2012, p. 164).

Os ganhos no setor produtivo não foram revertidos para os salários e uma das características do “fordismo à brasileira” foi um mercado consumidor interno restrito quantitativamente. Santos (2012) justifica a participação da classe trabalhadora na esfera do consumo ser diminuta pelo fato das normas salariais brasileiras serem bastante restritas. Nesse contexto, muito embora o grau de participação da indústria na economia tenha se acentuado de 20% em 1949 para 26% em 1980 e o número de pessoas empregadas no segundo setor tenha quintuplicado (crescia 7,8% ao ano), não eliminaram o alto grau de precariedade do regime de trabalho como particularidade da “questão social” no Brasil:

[...] particularidades da ‘questão social’ no país: a flexibilidade estrutural do mercado de trabalho e precariedade das ocupações. Essas particularidades são especialmente evidentes no contexto da ditadura militar, devido à intensa repressão às lutas de classe associada a uma legislação que, com a instituição do FGTS (Fundo de garantia por Tempo de Serviço), possibilita a elevação da rotatividade na utilização da mão de obra pelos empregadores [...] Com isso, quero sublinhar que ao contrário do que ocorria nos países cêntricos – cujo padrão de proteção social reforçava a estabilidade dos empregos como condição para as excepcionais taxas de lucro do período – a flexibilidade/precariedade se afirma como princípio estruturante dos postos de trabalho no Brasil (SANTOS, 2012, p. 22).

5. CONCLUSÃO

Nosso esforço no decorrer deste trabalho teve como objetivo apresentar as argumentações basilares da escola da dependência brasileira, particularmente as contribuições de Ruy Mauro Marini. Este percurso incluiu como desígnio derivar os contributos do autor à apreensão das particularidades da “questão social” no Brasil.

Após os argumentos dispostos nas seções anteriores, podemos afirmar que as particularidades da “questão social” apresentam saliência ímpar no Brasil. Para justificar tal proposição, podemos remeter primeiramente ao modo como a propriedade fundiária sedimentou-se no país. Em nosso caso, o recorrente uso de mão de obra escrava fez com que a figura do camponês não estivesse presente no amadurecimento econômico e social do território brasileiro. Na economia do século XIX na qual a maior parte da produção de bens se dirigia a produtos da terra, tal fato possuía relevância considerável, pois impediu, mesmo que com exceções, que as famílias residentes no campo organizassem sua produção de maneira a amadurecer seus meios de produção para protótipos mais elaborados como a “forma” artesã, entre outros.

Além disso, a figura do escravo na grande lavoura brasileira era o próprio meio de produção; neste caso ele era despossuído de condições cívicas e de uma identidade nacional formal. Com relação as elites proprietárias da terra, estas derivaram de movimentos imigratórios. Portanto possuíam raízes étnicas externas, esta característica se estendia ao modo como elas desenvolviam o comércio de suas mercadorias em um mercado mundialmente integrado. Disso pode-se derivar que o Brasil se insere no sistema de produção capitalista, desde o início, de maneira desnacionalizada, pois não existia um grupo social com “substância econômica e social” suficiente para fazer frente a penetração de diretivas externas. Deste percurso, compreendemos o porquê do amadurecimento da produção de bens no Brasil se dá por uma necessidade externa já na etapa final do século XIX. Nesse período, a revolução industrial já havia sedimentado bases em países como a Inglaterra fazendo com que sua produção se dirigisse a produtos com alto valor agregado, ao mesmo tempo em que se constituía nestes lugares uma classe derivada de antigos comerciantes com influência social relevante na

administração dos setores produtivos. Nesse caso, o Brasil era inserido no mercado mundial como um “equalizador” das frequências dissonantes do capital, normatizando “ondas” que não fossem interessantes à valorização da produção capitalista nos países centrais. Dentre esses fatores, o que ganhou mais destaque e que reverbera em uma conjuntura política conservadora até o presente, diz respeito à produção de bens primários para o mercado externo.

Do ponto de vista sociológico, podemos dizer que as mudanças sociais decorrentes da penetração do capital internacional trouxeram consigo o ideário liberal ao Brasil no fim do século XIX. Isso fez com que novas necessidades sociais fossem geradas. Exemplo disto foi uma burocracia mais elaborada para gerir uma produção com grau de produtividade inédito como a do café. O surgimento de construções como as cidades foram centrais ao aparecimento de novas relações sociais, no entanto, podemos avaliar que esses acontecimentos contavam, corriqueiramente, com um grau de centralização exacerbado, no qual uma elite originalmente imigrada de alguns centros europeus preservava rígido controle sobre os escravos e parte dos trabalhadores livres. No fim, embora tenha realmente ocorrido a presença de novas práticas sociais com o início da liberalização da economia, afirmamos que essa se manteve em nível restrito (só algumas camadas sociais sentiram os impactos desse acontecimento). Não poderia deixar de ser diferente, pois não havia correspondência material para que esse fenômeno atingisse a massa trabalhadora. Basta lembrar que não havia moeda corrente para pagar os trabalhadores nessa época, o que forçou o governo a emití-las em ritmo extraordinário causando um processo de inflação da economia (SECCO, 2008).

A passagem de uma estrutura estamental para relações predominantemente classistas estavam ligadas a composições sociais “heteronômicas”, ou seja, com complexos laços com o capital estrangeiro e toda sorte de fatores que isso pôde gerar. É neste contexto que nasce a figura do burguês no Brasil, sendo ele uma mistura entre o antigo proprietário rural e o “moderno empresário capitalista”, ao contrário do que ocorre em algumas partes do continente europeu onde esta figura surge do rompimento radical com a estrutura feudal. Da mesma forma surge um novo perfil de trabalhador,

livre, muitas vezes imigrado de países estrangeiros com uma organização de regimes de trabalho madura que entrava em choque com a tradição das práticas coloniais nos processos de trabalho¹².

Adiante, com o advento histórico da Segunda Guerra e a demanda por produtos industrializados gerados no mercado mundial. O Brasil dinamiza seu setor produtivo e em margem restrita seu mercado interno. Do ponto de vista econômico, observamos o surgimento de setores médios que dinamizarão minimamente o mercado interno, a exemplo dos servidores públicos. Contudo devemos ressaltar que a classe trabalhadora nunca esteve presente na realização da esfera do consumo de maneira significativa no Brasil, o que revela outra particularidade do desenvolvimento da “questão social” brasileira.

Outro elemento é que o arranjo de classes característico do Brasil não eliminou a dependência que os setores progressistas nutriam da velha oligarquia latifundiária, especialmente quando se tratava da conquista de divisas para a modernização do parque industrial brasileiro. Este é um ponto decisivo na análise no desenvolvimento da “questão social” brasileira no período: 1920-1950. Com isso estamos buscando pensar os elementos particulares da “questão social” (o regime de trabalho na economia brasileira) em íntima articulação com a universalidade constituinte do modo de produção vigente (o mercado de trabalho mundial no capitalismo). Portanto, se a “questão social” são refrações materiais da reprodução capitalista na esfera das relações sociais, especialmente, no que diz respeito as suas implicações à classe trabalhadora. É fundamental lidar “complexamente” com os fatores particulares e universais do objeto de maneira integrada. Nesse contexto temos como pedra angular em nossa análise do mercado mundial que países

¹² Caio Prado (2008) cita que na segunda metade do século XIX a imigração dos trabalhadores alemães para o Brasil foi proibida pela Alemanha devido a denúncias de práticas vexatórias por parte dos proprietários das lavouras de café nos locais de trabalho. Assim, a iniciativa de agregar maior produtividade ao trabalho (com trabalhadores livres docilizados fisicamente ao labor no campo) e contribuir para o embaquecimento da população entrava em confronto com o elevado grau de exploração do trabalho que esses latifundiários estavam acostumados a empregar com o uso do trabalho escravo. No fim, o fracasso da união do trabalhador imigrante com o escravo, revelava a opção das elites brasileiras pelo alto grau de exploração da força de trabalho.

dependentes se alimentam de capital estrangeiro. Em direção oposta, os países centrais exportam capital para os países dependentes. Essa é parte da base dicotômica do mercado capitalista mundial. O que consiste em dizer que sem os países periféricos, os países centrais logo esbarrariam em uma crise de superprodução. E sem a existência dos países centrais as economias dependentes não teriam vivenciado um processo de industrialização acelerado, o que acabou por formar um proletariado fabril e urbano com uma maior regulação dos processos de trabalho, subjugados a intensa exploração de sua força de trabalho.

Neste caminho analítico, temos que recuperar a situação da classe trabalhadora no campo e na cidade. Na medida em que a partir dos anos 1920, houve uma expansão de legislações protetivas aos trabalhadores do meio urbano com a lei Elói Chaves (1923) e a criação de caixas de aposentadorias e pensão (esse último, um mecanismo protecionista forjado pela solidariedade proletária e desvinculado do Estado de maneira direta). O trabalhador do campo oprimido por rígidas relações de trabalho e com íntimas ligações com o trabalho escravo continuava participando do setor mais representativo da economia brasileira com poucos avanços sociais. Assim, podemos inferir que o processo de amadurecimento das relações de trabalho capitalistas fez-se no Brasil em um ambíguo processo constituído de pequenas mudanças e grande grau de permanência de um regime de trabalho com elevado grau de exploração da força de trabalho e ampliação da concentração de capital. Essa assertiva é central para a compreensão das particularidades da “questão social” nacional e releva o intenso disparate da situação da classe trabalhadora brasileira em comparação com algumas categorias que alcançaram maior margem de renda. Podemos assim mais uma característica da “questão social” brasileira.

Quando nos dirigimos à compreensão classista em torno do fenômeno, vemos que foi justamente esse capital acumulado com a exportação de gêneros primários que forneceu divisas ao primeiro ciclo de expansão das atividades industriais e urbanas. Ocorre que os altos níveis de exploração do trabalho no campo foram, também, transferidos para o meio urbano (com

exceção de pequenos setores médios). A rígida tutela das elites foram reatualizadas à burocracia estatal com o controle das diretivas sindicais, dissolvendo a autonomia e a fluidez da organização dos trabalhadores (principalmente a partir de 1935). Ao contrário do que acontecia na maioria dos países centrais onde a transferência de valor produzido em economias periféricas daria maior margem a um “Estado Providência”. Este é mais um elemento particular que orbita a “questão social” brasileira.

Se o Brasil apresenta maturação de seus processos de trabalho de maneira particular, é consequente afirmar maneiras particulares de exploração da classe trabalhadora. Isso acontece, entre outros fatores pela sua dinâmica de classes específica, na qual o camponês não se ligou a setores comerciantes progressistas como na Rússia (até porque este grupo nunca existiu em seu sentido tradicional no Brasil), também a figura do burguês que, no Brasil, nasce com um atraso considerável. Esse personagem é tangido por elementos diferentes dos vivenciados pelo burguês europeu do início século XIX. No Brasil o burguês possuiu a missão de integrar a produção interna de mercadorias aos incentivos derivados da penetração de capital externo em sua produção. Sendo assim, não é mais a grandeza de suas propriedades (unicamente) que lhe atribuem prestígio político, mas a capacidade de acumular capital, esse é um elemento sociológico essencial.

É desta conjuntura que decorria a particularidade da formação socioeconômica brasileira no que diz respeito aos métodos de exploração do trabalho (superexploração), uma contradição que repousa no vínculo do aumento das taxas de mais-valia estarem ligadas ao abatimento do consumo do trabalhador. Em todas as ocasiões no decorrer da historiografia brasileira na qual as elites brasileiras se viram na berlinda entre a opção pelo aumento da produtividade com a instituição de um setor produtivo maduro com o incentivo em pesquisa, a sua escolha sempre foi pelo aumento da exploração da força de trabalho. Nos momentos em que isso não ocorreu (como na crise do mercado de tecidos finos nos anos 1920), os incentivos à indústria nacional só duravam até a recuperação do mercado externo, onde se realizou

majoritariamente o consumo das mercadorias produzidas no Brasil e de onde as elites importavam seus bens de consumo suntuosos.

Deste percurso, observamos que a mais-valia absoluta se une quase sempre à mais-valia relativa no caso brasileiro. Mesmo na fase de composição de um parque industrial efetivo (industrialização pesada) nos anos 1960, o que se viu foi o aumento das taxas de desemprego e a inflação como instrumento de depreciação do valor real do salário da classe trabalhadora, enquanto o trabalhador brasileiro transferia valor para as economias centrais com a exploração violenta de sua força de trabalho ajudando a equacionar a tensão entre as classes nos países centrais. Isso foi alcançado, por exemplo, pelo barateamento do preço dos alimentos que compunham o grupo alimentar da massa dos trabalhadores nas economias centrais.

Posto isto, entendemos que a “questão social” se processa de maneira particular no Brasil. Ao contrário do que diz parte da literatura clássica no estudo do tema, ela não apresenta características mais salientes na contemporaneidade por conta da crise do “Estado Providência”. Nunca houve no Brasil uma política de Estado sistemática com o objetivo de prover saúde, moradia, educação e previdência, na verdade, a desvinculação da ótica protecionista do Estado foi um instrumento que assegurava uma posição ao Brasil no ciclo mundial de reprodução do capital, este é outro elemento particular da “questão social” brasileira. No Brasil, a superexploração do trabalho é um elemento, com efeito, estruturante da relação capital x trabalho.

Neste debate, afirmamos como “fio condutor” que a “questão social” faz referencia direta ao sistema capitalista de produção. Como esse paradigma produtivo desenvolveu-se de maneira peculiar no Brasil, inferimos que seus elementos são distintos em nosso território. A presença das classes sociais e seus respectivos comportamentos obedecem a necessidades próprias no Brasil seguindo uma “cooperação antagônica” em nível nacional e internacional. Do ponto de vista do burguês, ele não possui características nacionais, isso porque sua “raiz etnográfica” tem características externas, a terra é fonte de lucro e nunca foi veículo para o seu trabalho. Disso deriva a grande

propriedade fundiária, provinciana e com ampla dependência de interesses imperialistas. Neste contexto, mesmo bandeiras reformistas como a “reforma agrária” não podem alcançar circuito perante as elites brasileiras. Argumentou-se que intelectuais como Caio Prado Jr. negligenciaram o papel dos bancos no Brasil, portanto o capital financeiro tinha importância secundária em sua análise, mas é respeitável colocar que poucos estudos se atentaram ao fato de como a exploração do trabalho se dá em territórios marginais no Brasil, à exemplo do Nordeste. Além disso, detectaram a função econômica e social dos grupos sociais nesse universo os contrapondo com processos de formação de classes característicos do “velho mundo”.

Os setores que destoaram de um comportamento provinciano e parasitário nunca conseguiram legitimidade política para governar e aplicar um projeto progressista de ampliação de um mercado interno autônomo no Brasil. Concluímos que a categoria “particularidade” é um elemento central na compreensão dos fatos econômicos e políticos. Apesar de não desenvolvermos essa categoria ao nível reflexivo nesse trabalho, podemos afirmar que do ponto de vista do trabalhador brasileiro, permiti-nos dizer que eles nunca tiveram importância relevante na realização da produção de mercadorias no Brasil, isto porque ele nunca representou a figura do consumidor das mercadorias que produzia. Ruy Mauro Marini prestou uma imensa contribuição a crítica deste fato histórico, e a partir disso descobriu uma cisão na esfera da circulação em economias dependentes como a do Brasil. Nesse esquema, uma “alta esfera da circulação” se tornou cada vez mais restrita, agregando as elites que concentravam capital. Em contraponto, uma “baixa esfera da circulação” se desenvolveu de maneira brutal agregando uma imensa massa de trabalhadores miseráveis. Podemos derivar mais um elemento da particularidade brasileira na análise do sistema mundial do capital onde a deterioração dos termos de troca força sempre a uma superexploração do trabalho como maneira de equacionar o déficit na balança de pagamentos do governo brasileiro.

Esse conjunto de fatores nos propõe o desafio de enfrentar o espraiamento do pauperismo e da violência no Brasil a partir da apropriação

dos elementos historiográficos particulares a constituição do povo brasileiro, também nos autoriza a afirmar que existe uma particularidade efetiva na constituição da “questão social” no Brasil fundamentada na exploração violenta da força de trabalho além do limite a sua reposição. Na ausência de políticas públicas de proteção ao trabalhador e na preponderância de um setor dominante intelectualmente débil, amplamente calcado em ideologias mistificadoras com forte apego aos dogmas religiosos e que frequentemente se associaram com setores bélicos da sociedade civil e militar para implementar programas de governo que diluam qualquer processo político efetivamente participativo. Estas coligações se dirigem com recorrência aos interesses do capital estrangeiro e nunca articularam três dimensões fundamentais a uma sociedade materialmente igualitária: reformas, políticas públicas e revolução.

Neste contexto, defendemos que, mesmo que surjam outras formas de reprodução do capital, na qual o grau de concentração deste e sua composição orgânica elevada leve a ampliação dos níveis de exploração da classe trabalhadora no globo. Em países periféricos como o Brasil, tais elementos são hiperbolizados por regimes democráticos frágeis, com pouca participação da classe trabalhadora; isso é um elemento histórico particular e que nos revela outra característica da contradição capital x trabalho. Somente a partir da análise crítica desses subsídios é possível a constituição de uma teoria revolucionária viável em economias periféricas. Neste momento, a apropriação crítica da história nacional é a bandeira da infantaria. Saber apontar precisamente essas distinções, recobrando a herança socialista internacional é o desafio dos trabalhadores. Neste momento crítico da história nacional, os locais formalmente legitimados para a proposição de conhecimento crítico sistemático e financiados pelos trabalhadores brasileiros não podem se furtar a esse dever.

6. REFERÊNCIAS

BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. 2^o ed. São Paulo. Nova Cultural, 1986.

BARAN, Paul. SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana.** 2º ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1974.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** – 2 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** – 5 ed. – São Paulo: Globo, 2005.

FRANK, André Gunder. **Acumulação Mundial 1492-1789.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1977.

_____. **Apresentando o Tio Sam – sem roupas.** In: A América Latina e os desafios da globalização/Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** – 34º Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** 2º ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1967.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. 2ª reimp. - São Paulo: Atlas, 2009.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções.** 25º ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo.** Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS. Graffine, 2001.

LESSA, Sérgio. **Cadê os Operários?** 1º Ed. – São Paulo. Instituto Lukács, 2014.

_____ **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** 2º. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Processo e tendências da globalização capitalista.** In: *Dialética da Dependência/ uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader – Petrópolis, RJ ozes; Buenos Aires CLACSO, 2000.*

_____ **Dialética da Dependência.** In: *Dialética da Dependência/ uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader – Petrópolis, RJ ozes; Buenos Aires CLACSO, 2000.*

_____ **Origem e trajetória da sociologia latino-americana.** In: *Dialética da Dependência/ uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader – Petrópolis, RJ ozes; Buenos Aires CLACSO, 2000.*

_____ **Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil.** In: *Dialética da Dependência/ uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader – Petrópolis, RJ ozes; Buenos Aires CLACSO, 2000.*

_____ **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** Roberta Trspadini e João Pedro Stédile (org.) – 2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____ **Subdesenvolvimento e revolução.** – 1ed. – Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** – 1ª. Ed. revista. (3ª reimpressão). São Paulo: Boitempo, 2015

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** – São Paulo: Boitempo. 2013.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS. Graffine, 2001.

OSÓRIO, Jaime. **Dependência e superexploração**. In: A América Latina e os desafios da globalização/Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania**. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS. Graffine, 2001.

PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira; A questão Agrária no Brasil**. – 1ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2014.

_____. **História econômica do Brasil**. – São Paulo: Brasiliense, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961 - 1971**. – 2º ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**. – São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1993.

SADER, Emir. **Ruy Mauro, intelectual revolucionário**. In: A América Latina e os desafios da globalização/Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”: particularidades no Brasil**. – São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Theotonio dos. **Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano**. In: A América Latina e os desafios da globalização/Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SECCO, Lincoln. **Caio Prado Júnior: o sentido da revolução**. –1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 14 ed. – Rio de Janeiro: Grapha, 2002.

STEDILE, João Pedro. TRASPADINI, Roberta. **INTRODUÇÃO**. In: Vida e obra. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs.) – 1º ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro. **A vida e a obra de um revolucionário**. In: Vida e obra. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs.) – 1º ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. 1º Ed. – São Paulo. Instituto Lukács, 2013.

VIEIRA, Pedro Antônio. **...E o Homem fez a Máquina: a automatização do torno e a transformação do trabalho desde a Revolução Industrial até a Revolução Microeletrônica**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1989.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil**. In: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS. Graffine, 2001.